



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NUCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - NUCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGMAD

Cirléia Carla S. Santos Soares

Governança Ambiental: conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa

PORTO VELHO

2015

CIRLÉIA CARLA S. SANTOS SOARES

Governança Ambiental: conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: **Professor Osmar Siena, Dr.**

PORTO VELHO

2015

Biblioteca Central Prof^o. Roberto Duarte Pires
Ficha Catalográfica

S676g

Soares, Cirléia Carla Sarmento Santos

Governança Ambiental: conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa/ Cirléia Carla Sarmento Santos Soares, 2015.
107f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Siena.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD), Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2015.

1. Governança Ambiental. 2. Produção Científica. 3. Características. I. Título.

CDU: 658.15

Bibliotecária responsável: Eliane G. G. Barros – CRB-11/549

Cirléia Carla Sarmento Santos Soares

Governança Ambiental: conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa

Dissertação apresentada em 28 de outubro de 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito final para obtenção do título de Mestre em Administração e aprovada em sua forma final.



Prof. Dr. Carlos André da Silva Müller
Coordenador do Programa – PPMAD/UNIR

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Osmar Siena
Orientador



Prof. Dr. Joliza Chagas Fernandes
Membro Externo - UNIR



Prof. Dr. Eleimíria Batista da Costa
Membro PPGMAD

PORTO VELHO
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, inicialmente, por ter sempre abençoado meus estudos e preparado meu caminho para grandes conquistas.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Osmar Siena, pela disponibilidade, seriedade, paciência e dedicação. Não faltam qualidades pra descrever essa pessoa incrivelmente inteligente que guiou meus passos durante o curso e principalmente durante a elaboração desta pesquisa. Obrigada mestre!

Agradeço a minha família, sem exceções, que me apoiou durante toda a jornada desse curso. Qualquer exemplo que eu cite relacionado ao caminho percorrido nesses dois últimos anos, em nenhum deles estive sozinha, de forma que o mérito desta conquista não seria possível se não houvesse empenho coletivo para que pudesse chegar até aqui.

Mãe, você é a maior referência que eu tenho e a de que preciso pra ter a certeza do meu sucesso na tarefa de criar meus filhos de maneira íntegra e responsável, reta e perseverante. Fortaleço minha admiração por você a cada dia, obrigada por estar sempre disposta a servir e dar o melhor de si.

Obrigada Rodrigo, meu esteio, meu amigo e guardião de uma desmedida paciência diante de alguns e não raros momentos de estresse que acumulei com tantos compromissos e trabalhos urgentes. Diversas vezes precisou ajustar a programação de seus fins de semana para me deixar imersa em leituras extensas, tendo ainda que se dedicar a ouvir e discutir assuntos alheios ao seu domínio. Obrigada meu amor.

Agradeço aos meus amigos e aos colegas do mestrado, pessoas queridas, que cruzaram meu caminho por algum tempo, mas que ficarão na memória eternamente. Fazer parte dessa turma foi uma experiência que me acrescentou muito conhecimento e momentos bons de vida.

Agradeço ainda a alguns amigos que me auxiliaram a moldar ideias na condução desta pesquisa. Obrigada Demétrius e Celina.

Por fim, dedico este trabalho e agradeço a minha querida avó Nazaré que, mesmo sem ter tido a oportunidade de aprender a ler e escrever, com maestria viveu esta vida e passou seus conhecimentos de forma verdadeira. Vozinha linda, obrigada por tudo, descanse em paz.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas
pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que
todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer)

SOARES, Cirléia Carla S. Santos. **Governança Ambiental**: conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração (PPGMAD). Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho: UNIR, 2015. 106f.

RESUMO

Questões ambientais tem sido o centro das discussões em múltiplas disciplinas desde que ganhou importância com o advento de documentos e eventos oficiais, nos quais instituições demonstram preocupação com o modo de agir humano diante da escassez de recursos. Foi constatado que o crescimento econômico ininterrupto reflete diretamente no comportamento da natureza, comprometendo a continuidade dos recursos. O tema governança ambiental vem conquistando lugar de destaque nesses discursos acerca dos desafios que envolvem a questão ambiental, estando cada vez mais presente em pesquisas nos diversos campos do saber científico. Coadunado à crescente importância dispensada ao assunto, observam-se distintas interpretações emergindo em múltiplos estudos teóricos e empíricos sobre o tema. Esta pesquisa buscou compreender o entendimento no Brasil para expressão governança ambiental, a partir da análise da produção científica disponível em bases de dados brasileiras. A pesquisa se caracteriza como descritiva quanto aos fins e documental quanto aos meios. A população da pesquisa foi constituída por trabalhos científicos em língua portuguesa contendo as palavras “governança” e “ambiental” no título, localizados no Portal de Periódicos da CAPES e no repositório Google Scholar. Foram identificados 135 trabalhos, entre artigos publicados em periódicos e em eventos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Após a adoção de critérios de inclusão e exclusão, obteve-se uma amostra de 63 trabalhos. A primeira fase da pesquisa consistiu da descrição das características gerais da produção, por meio de procedimento derivado da bibliometria conhecido como meta-análise. Na segunda fase foi realizada revisão bibliográfica sistemática dos trabalhos que obtiveram pelo menos 3 citações no Google Scholar, visando identificar os conceitos, abordagens, teorias de base, focos e lócus de pesquisa sobre o tema governança ambiental. As características quantitativas mostraram que o tema passou a ser investigado no Brasil a partir de 2003, predominando trabalhos do tipo artigo publicado em periódico, prevalecendo autoria masculina. O baixo número de publicações entre Universidades demonstra que o papel das instituições de pesquisa é ainda embrionário. Os dez trabalhos mais referenciados no quadro geral da produção sobre governança ambiental no Brasil proporcionam um direcionamento para pesquisadores, influenciando de maneira direta o crescimento de futuros estudos sobre o tema. A revisão integrativa indicou convergências quanto às abordagens e teorias de base em estudos sobre governança ambiental, com lócus diversificados e focos predominantemente em base normativa de políticas ambientais. O predomínio da abordagem geral do tipo governança global indica que a inclusão de novos atores no processo de discussão acerca de governança ambiental é relevante e se mostra presente entre os pesquisadores na busca pela compreensão do conceito. Os resultados revelam que a área é recente e ainda não atingiu maturidade quanto ao conceito predominante para governança ambiental no Brasil, mas apresenta características que apontam para convergência ao considerar uma forma organizada de gerir questões relacionadas à esfera ambiental, com a participação múltipla de atores na tarefa de conciliar o desenvolvimento econômico e social à preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Governança Ambiental. Produção Científica. Características.

SOARES, Cirléia Carla S. Santos. **Governança Ambiental**: conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração (PPGMAD). Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho: UNIR, 2015.

ABSTRACT

Environmental issues have been the focus of discussions in multiple disciplines since gained importance with the advent of official documents and events, in which institutions show concern for the human way of acting in the face of scarce resources. It was found that the uninterrupted economic growth directly reflects on the behavior of nature, compromising its continuity. The theme environmental governance has gained a prominent place in these talks about the challenges involving environmental issues and are increasingly present on the research in various fields of scientific knowledge. Combined with the increasing importance given to the subject, they observe different interpretations emerging in multiple theoretical and empirical studies on the subject. This research aimed to comprehend the understanding in Brazil for the expression environmental governance, based on the analysis of scientific literature available in Brazilian databases. The research is characterized as descriptive as to its purposes and documental as to the means. The survey population consisted of scientific papers in Portuguese containing the words "governance" and "environmental", located at the CAPES Journal Portal and Google Scholar repository. One hundred and thirty five works were identified, including articles published on periodicals and events, as well as dissertations and doctoral theses. After the adoption of inclusion and exclusion criteria, there was obtained a sample of 63 jobs. The first phase of the study consisted of the description of the general characteristics of production through bibliometry derivative from the procedure known as meta-analysis. In the second phase it was conducted a systematic literature review of the work with at least 3 citations in Google Scholar to identify the concepts, approaches, basic theories, focus and locus of the research on the topic environmental governance. The quantitative characteristics showed that the theme came to be investigated in Brazil since 2003, predominantly works Article type published in journals, prevailing male authorship. The low number of publications between universities show that the role of research institutions is still embryonic. The ten most referenced work in the general framework of production on environmental governance in Brazil provide guidance to researchers, influencing direct effect on the growth of future studies on the subject. The integrative review indicated convergence as to the approaches and base theories in the study of environmental governance, with diversified locus and focuses predominantly on normative basis of environmental policies. The predominance of the general approach to global governance type indicates that the inclusion of new actors in the process of discussion about environmental governance is relevant and it's made present among researchers in the quest for understanding the concept. The results reveal that the area is recent and has not yet reached maturity as the prevailing concept for environmental governance in Brazil, but has characteristics that point to convergence when considering organized way to manage environmental issues related to environmental sphere, with multiple participation of various actors in the task of reconciling the economic and social development to preserve the environment.

Keywords: Environmental Governance. Scientific Production. Features.

Lista de Ilustrações

Lista de Quadros

Quadro 1 - Aplicação dos diferentes métodos quantitativos.	24
Quadro 2 - Revisão Narrativa <i>versus</i> Revisão Sistemática.	27
Quadro 3 - Matriz de síntese da produção científica sobre governança ambiental.	41
Quadro 4 - Distribuição das publicações por Periódico, Evento e Instituição.	51
Quadro 5 - Métodos de pesquisa adotados.	53
Quadro 6 - Estratégias de pesquisa.....	54
Quadro 7 - Obras mais referenciadas sobre governança ambiental no Brasil.	56
Quadro 8 - Trabalhos selecionados para revisão integrativa.	60
Quadro 9 - Áreas de conhecimento e questões abordadas.....	63
Quadro 10 - Abordagens adotadas.....	72
Quadro 11 - Teorias de base.	78

Lista de Figuras

Figura 1 - Descrição Geral do Processo de Revisão Sistemática da Literatura.....	28
Figura 2 - Processo de Revisão Sistemática Integrativa.....	31
Figura 3 - Síntese das fases da pesquisa.	35
Figura 4 - Sequência das etapas da pesquisa.	43
Figura 5 - Áreas de conhecimento que abordam governança ambiental no Brasil.	62
Figura 6 - Principais lócus de pesquisa sobre governança ambiental.....	66

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Tipos de Trabalho	44
Gráfico 2 - Gênero de Autoria.....	46
Gráfico 3 - Frequência de autores por trabalho	46
Gráfico 4 - Produção científica sobre governança ambiental no Brasil	49

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Vinculação institucional dos autores.....	47
Tabela 2 - Quantidade de publicações por veículo.....	50

LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E CONVENÇÕES

ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
ANNPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ECOECO – Sociedade Brasileira de Economia Ecológica
EnANPAD - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FSG – Faculdade da Serra Gaúcha
GA – Google Acadêmico
GAG – Governança Ambiental Global
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PPGMAD - Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Administração
SciELO - Biblioteca Eletrônica Scientific Electronic Library Online
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP – Universidade de São Paulo
WCED – *World Commission on Environment and Development*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema de Pesquisa	12
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Justificativa.....	16
1.4 Organização da Dissertação.....	18
2 ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 Método Geral e Delineamento da Pesquisa	33
3.2 Base de dados da investigação.....	35
3.3 Coleta e Análise dos Dados	36
3.3.1 Primeira fase da pesquisa	36
3.3.2 Segunda fase da pesquisa	39
4 RESULTADOS	44
4.1 Características Gerais da Produção Científica sobre Governança Ambiental.....	44
4.1.1 Tipo de Trabalho	44
4.1.2 Identificação de autoria e co-autoria e instituição declarada de autoria.....	45
4.1.3 Instituição declarada de autoria	47
4.1.4 Ano de publicação e evolução quantitativa ao longo do tempo	48
4.1.5 Veículo de publicação	50
4.1.6 Métodos e estratégias de pesquisa	52
4.1.7 Dados das citações: autor, obra, ano de publicação, tipo de obra e origem da autoria	55
4.2 Revisão Sistemática Integrativa	59
4.2.1 Áreas de Conhecimento, questões abordadas e Locus de pesquisa.....	61
4.2.2 Abordagem adotada.....	69
4.2.3 Teorias de base	77
4.2.4 Conceito de governança ambiental.....	82
5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES	87
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A - QUADRO GERAL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE GOVERNANÇA AMBIENTAL	102

1 INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais decorrentes do processo de industrialização, ocupação territorial, desmatamento, degradação da terra entre outras ações que colocam o homem diretamente ligado aos danos causados ao meio ambiente têm sido, nas últimas décadas, pauta de diversas discussões em âmbito global. Diante de incontestes evidências acerca da crise ambiental global surgem propostas como a do desenvolvimento sustentável, cercada de marcos históricos que contribuíram para o avanço do pensamento sobre as crises do final e início de milênios (SACHS, 1994).

Até o início dos anos de 1960 a humanidade não sentia necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, haja vista as poucas nações desenvolvidas terem se tornadas ricas a partir da industrialização (VEIGA, 2008). O primeiro grande passo global no âmbito do desenvolvimento sustentável foi a realização da Conferência de Estocolmo em 1972 (*UN Conference on the Human Environment*), na qual se constatou a necessidade de mudanças de atitudes humanas com o planeta. No entanto, o desenvolvimento sustentável passou a ser a questão principal de política ambiental somente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92 (MIKHAILOVA, 2004). Por outro lado, a definição concedida para o termo desenvolvimento sustentável em 1987 pela *World Commission on Environment and Development* (WCED) mobilizou inúmeros grupos de pesquisa, organizações e movimentos sociais a fim de capturar a “verdadeira essência” deste conceito (MUNCK *et al.*, 2012), gerando muitos debates e discussões acerca do assunto. O conceito trazido pelo Relatório *Brundtland* reflete a ideia de que as ações de desenvolvimento econômico não podem ser mais fortes do que a garantia de permanência de recursos para as gerações futuras (DIAS, 2008). Assim, a exploração de recursos e as mudanças a que se propõem os projetos empreendedores devem estar alinhadas ao conceito de sustentabilidade ao tempo que buscam atender às aspirações humanas.

Após a publicação do Relatório *Brundtland*, a Assembleia Geral das Nações Unidas realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida como Cúpula da Terra, Conferência do Rio ou simplesmente Rio-92, a qual gerou os seguintes documentos: Agenda 21, programa de ação global com 40 capítulos; Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios por meio dos quais deveria ser conduzida a interação dos seres humanos com o planeta; Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção Quadro sobre

Mudanças Climáticas (SEQUINEL, 2002). “[...] No entanto, talvez a maior herança da Conferência tenha sido a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável a todas as partes do mundo devido o envolvimento de um variado número de atores no seu processo de preparação [...]” (SIENA *et al.* 2009, p.6). As várias visões difundidas acerca do tema “desenvolvimento sustentável” são claramente distintas daquelas que dão suporte a um processo de crescimento econômico guiado essencialmente pelo mercado e pela tecnologia (CANELAS, 2005).

Em nova conferência mundial para questões ambientais, em Joanesburgo, África do Sul, em 2002, foram discutidos compromissos firmados na Rio-92, bem como levou à definição de um plano de ação global, capaz de conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento econômico e social da humanidade, com a obrigação de manter o planeta habitável para as gerações futuras (SEQUINEL, 2002). Foi proposta nova interpretação para o binômio “desenvolvimento sustentável”: “[...] procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra.” (Joanesburgo, 2002). Em 2012, completados vinte anos da conferência Rio-92, novo balanço em relação aos compromissos firmados foi realizado, onde ficou claro o reconhecimento de progressos e retrocessos, haja vista os avanços não terem sido suficientes para atenuar a degradação do meio ambiente decorrente das ações humanas; muitas das medidas acordadas não foram implementadas de forma integrada (HAINES *et al.*, 2012).

Assim, as discussões centradas nas questões ambientais, diante de eventos de magnitude global, propiciaram o surgimento de diversos conceitos e princípios para o termo “desenvolvimento sustentável”, adaptados a diferentes abordagens, como tentativa de ampliar a visão do desenvolvimento tradicional, alicerçado numa perspectiva de crescimento que deveria considerar os efeitos sobre a qualidade de vida, a ecologia e as habilidades das futuras gerações (SIENA *et al.*, 2009). Por isso, os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade foram e são estudados e questionados por diversos autores, passando a ser de interesse de múltiplas disciplinas, disseminando diversas contribuições relacionadas ao seu campo de estudo (MUNCK *et al.*, 2012). Desse modo, as temáticas do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade emergiram trazendo consigo uma diversidade de conceitos e abordagens distintas; demonstram uma preocupação dos setores públicos e privados no tocante a gestão do meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Tal preocupação demandou, por parte do poder público, uma forma diferenciada de tratar questões de interesse coletivo, refletindo o deslocamento de políticas públicas de abordagens focadas no conceito

de governo para um conceito mais abrangente, de governança, que incorpora também atuação de atores não estatais (DIAS, MATOS, 2013).

O conceito de governança traz em seu bojo diversas definições, sendo aplicado a diferentes objetos de estudo e adaptado a várias realidades organizacionais, seja no nível econômico, nas discussões acerca da gestão pública, na definição de papéis políticos em torno de temas polêmicos nacionais e internacionais e, mais recentemente, na gestão dos recursos naturais (MOURA, 2009). Os conceitos e acepções que permeiam o termo, para Létorneau (2014), estão relacionados à pluralidade de comunidades de usuários, podendo-se atribuir ao termo, de modo geral, ao fato de governar.

A ideia de governança emerge relacionada à gestão dos recursos ambientais (VEIGA, 2008), antes adstrita às organizações privadas e posteriormente passando a ser transliterada ao setor público. Nesse contexto, demandam-se novos modos de cooperação entre os diversos atores, envolvendo organizações, mecanismos políticos e financeiros, regras e instrumentos normativos que visam salvaguardar o meio ambiente (LOPES, 2009).

1.1 Problema de Pesquisa

Quando o conceito de governança é estendido à esfera do desenvolvimento sustentável e das políticas ambientais, emprega-se a expressão governança ambiental. Nesta visão, trata-se de uma delimitação temática do conceito (FONSECA; BURSZTYN, 2009).

Na conjuntura internacional, o surgimento da governança ambiental desenrolou-se com a consciência da escassez dos recursos naturais do planeta. Desde o advento da Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, e as inovações tecnológicas que se seguiram, o mundo se deparou com um desenvolvimento econômico ininterrupto, resultando em uma exaustão dos recursos naturais (AZEVEDO, 2012). Em escala regional, em estudo recente sobre a governança ambiental na América Latina, Castro *et al.* (2011) propõem que as mudanças e contradições emergentes quanto aos debates acerca do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da proteção dos ecossistemas, deveriam ser inclusas na análise de como a governança ambiental tem sido modelada e quais lições podem ser tiradas. Para os autores, existe uma necessidade urgente de programas integrados que promovam o diálogo entre as diferentes disciplinas e comunidades de pesquisa.

Zhour (2008) destaca que o conceito de governança, via de regra, está relacionado ao de gestão, dentro de um contexto voltado à noção de desenvolvimento sustentável predominante, que aposta na possibilidade de conciliação de interesses econômicos, sociais e

ecológicos, mas que não considera as relações de poder que envolvem a dinâmica social. Assim, diante dos processos de mudança do cenário mundial observados nas últimas décadas, o desafio da governança ambiental para uma sociedade sustentável, com o surgimento de novos atores, requer a transformação de velhas estruturas e uma adaptação à realidade que se delineia, na qual o Estado e os novos sujeitos atuam em cooperação e administração de interesses comuns: a governança (AZEVEDO, 2012).

Inspirado no conceito de desenvolvimento sustentável, Gabaldón (2005) entende que governança ambiental pode ser considerada a maneira de gerir os recursos naturais e o meio ambiente, com a participação ativa dos atores interessados, com objetivo de assegurar que as riquezas naturais sejam aproveitadas, atendendo às necessidades sociais presentes, sem que se comprometa a vida das gerações futuras.

Outro conceito de governança ambiental é trazido por Toni (2005) e se refere ao conjunto de instituições públicas e privadas responsáveis por regular o controle, acesso e distribuição, e ainda, as maneiras como os recursos naturais devem ser utilizados e preservados. Zhouri (2008), por sua vez, defende que a governança ambiental é remetida ao contexto do paradigma da modernidade ecológica ou adequação ambiental, centrado nas estratégias técnicas, mercadológicas e no conservadorismo como soluções para os ditos “problemas ambientais”, enquanto Kooiman *et al.* (2005) asseveram que a governança ambiental leva em conta as capacidades coletivas de resolução de problemas de diferentes atores para compreender as interações sociais e os possíveis conflitos entre elas e um processo complexo e dinâmico.

Para Leis (2000), a conceituação de governança ambiental no Brasil compreende um arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico; possui atributos comparativamente avançados, tendo evoluído nas últimas três décadas de uma abordagem limitada de proteção, restrita a poucos setores da natureza, para uma de feição mais abrangente e integrada, orientada pela noção da sustentabilidade ecológica abarcando o capital natural, funções do ecossistema e serviços na natureza.

Portanto, governança ambiental ganhou importância à medida que as responsabilidades políticas, em diferentes níveis, foram inseridas na linha do desenvolvimento sustentável, enfatizando a necessidade de mudanças na solução de conflitos ambientais, com o propósito de resolver problemas de maneira sustentável com base em parcerias entre atores públicos e privados. No entanto, como afirma Léorneau (2014), há expressões e termos que

possuem sentidos que não são precisos para todos. Um desses termos é “governança ambiental”. É certo que diversos estudos têm sido realizados no intuito de conceituar, discutir e apontar aplicações para governança ambiental nas perspectivas de diversas áreas de conhecimento, tais como trabalhos de Cavalcanti (2004), Toni (2005), Gabaldón (2005), Viana (2006) e Zhouri (2008). Mas, como uma questão relativamente recente, não há consenso sobre os aspectos envolvidos na discussão. O termo é utilizado em diversas especialidades e aplicado a várias áreas do saber, cujos pesquisadores engendram entendimentos particularizados, conceituando, aplicando em estudos específicos, com focos peculiares e contextos distintos.

A produção científica sobre governança ambiental mundial é ainda pequena comparada com a produção de outras áreas ou temas, pois numa busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram localizados apenas 386 artigos científicos contendo a expressão *environmental governance* no título. No Brasil, a produção científica sobre o tema em periódicos de reconhecida qualidade é igualmente ínfima. A busca no mesmo portal localizou apenas 14 artigos com a expressão “governança ambiental” no título, o que sugere um campo ainda em formação.

Por tratar-se de campo em formação e desenvolvimento, sendo estudado por múltiplas disciplinas, não há consenso sobre o conceito de governança ambiental. Essa afirmação é reforçada por Meyer e Braga (2015) que discorrem sobre a dificuldade de sistematização do conhecimento acerca da inter-relação dos fatores situacionais e subjetivos. Na opinião dos autores, a articulação teórica transdisciplinar tem se mostrado cada vez mais necessária para ultrapassar os limites das soluções fundadas em bases neoclássicas, fortalecendo a compreensão do fenômeno.

Neste contexto, é fundamental compreender a ainda incipiente produção científica brasileira sobre o tema e a latente necessidade de desvendar os conceitos utilizados, abordagens, teorias embasadoras, focos e lócus de pesquisa com o propósito de contribuir para consolidação do tema e orientar trabalhos futuros. Por isso, a presente pesquisa visou responder ao seguinte questionamento: **o que se entende no Brasil por Governança Ambiental?**

O estudo proposto origina-se no pressuposto de que os diversos conceitos, teorias de base, abordagens, focos e lócus de pesquisa em governança ambiental carecem de análise quanto às diferentes perspectivas, identificando as teorias que orientam as pesquisas já realizadas e caracterizando os estilos de pensamento predominantes na produção científica sobre o assunto.

No contexto desta pesquisa, entende-se por:

- Conceitos de Governança Ambiental: explanação do sentido a respeito de elementos que definem governança ambiental, pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais que constituem o significado do termo;
- Abordagem: é a visão geral que indica a forma como a matéria está sendo apropriada pelos pesquisadores e a interpretação que se faz sobre o tema;
- Teorias de base: conjunto de princípios que regem determinada área de conhecimento, transmitindo uma noção geral sintetizada por ideias, axiomas e postulados, consistindo em um conjunto que tenta explicar determinado fenômeno;
- Áreas de conhecimento, temas e questões abordadas (foco): áreas de conhecimento onde se inserem as pesquisas, temas e questões abordadas sobre governança ambiental;
- Lócus: é o campo de estudo, local, objeto ou sujeito de estudo.

1.2 Objetivos

Para dar resposta ao problema de pesquisa, formularam-se os objetivos, geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Segundo Beuren (2004) o objetivo geral indica uma ação ampla do problema, por isso mesmo ele deve ser elaborado com base na pergunta de pesquisa. Diante desse entendimento e coadunando com a pergunta direcionadora do escopo da presente pesquisa, busca-se compreender qual o entendimento no Brasil para expressão governança ambiental.

1.2.2 Objetivos Específicos

No sentido de lograr êxito à resposta do problema de pesquisa, objetivos específicos permitirão, ao final, que o questionamento central seja solucionado, contribuindo assim para a disseminação do conhecimento gerado pela pesquisa científica.

De forma sistêmica, procurando alcançar o objetivo geral, pretendeu-se durante a pesquisa alcançar seguintes objetivos específicos:

- analisar as principais características quantitativas da produção científica brasileira sobre o tema governança ambiental;
- analisar os principais conceitos, teorias embasadoras e abordagens sobre governança ambiental presentes na produção científica sobre o tema;
- identificar os principais focos e lócus de pesquisa sobre governança ambiental presentes na produção científica analisada.

1.3 Justificativa

A motivação desta pesquisa reside na percepção de que as discussões sobre questões ambientais não estão focadas apenas em disciplinas diretamente relacionadas ao meio ambiente ou ecologia, mas perpassam os mais diversos campos do saber científico (MOURA, 2009), de modo que essa constatação legitima a necessidade de novos estudos capazes de integrar as diferentes contribuições e conduzir a novas perspectivas.

Do ponto de vista de sua importância e originalidade, justifica-se a pesquisa por atuar no campo da busca de um delineamento quanto ao referencial teórico sobre governança ambiental, a fim de subsidiar novas pesquisas nas áreas relacionadas ao tema.

O caráter multifacetado do termo “governança ambiental” gera uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas que embaraçam a sistematização de conceitos e a compreensão das especificidades do tema, sendo de suma importância estudo que busque conhecer a produção científica e a contribuição de seus resultados (FERNANDES *et al.*, 2013).

Desta forma, o aprendizado gerado pelos estudos teóricos e empíricos da governança ambiental pode representar em termos acadêmicos um alicerce para novas formas de regulação do uso de recursos naturais (CASTRO *et al.*, 2011). No caso desta pesquisa, investigações voltadas para integrar conceitos sobre governança ambiental podem trazer compreensão sobre a atual configuração e mapeamento desse campo demonstrando tanto aspectos oriundos da perspectiva da qualidade como daqueles oriundos da quantidade, portanto atendendo públicos variados quanto à abordagem da pesquisa.

Ademais, é latente a necessidade de um novo modelo de pensar cientificamente, a partir de uma revisão das aproximações existentes (SIENA, 2009), integrando as perspectivas e permitindo uma compreensão entre os fatores contextuais e os padrões de produção e consumo sob constante mudança social e ambiental (CASTRO *et al.*, 2011). Por conseguinte,

direcionar mais claramente as estratégias e os temas para pesquisas futuras, contribuindo efetivamente para a consolidação da área do conhecimento, notadamente por preencher a lacuna formada pela falta de levantamento sobre essa produção a qual deve servir de referência para os estudiosos da área.

Nesse sentido, é admissível concordar com a opinião de Pedro Demo ainda ao citar que a “[...] pesquisa coincide com a vontade de viver, de sobreviver, de mudar, de transformar, de recomeçar.” (DEMO, 1997, p.40). Para o autor a pesquisa revela-se como oportunidade de olhar o mundo sob diferentes pontos de vista por meio de suas diversas alternativas de investigação resultando em produção científica confiável.

A importância de se analisar a produção científica é reconhecidamente válida, contribuindo para o avanço da ciência. Assim, investigar produção científica tem se tornado, cada vez mais, uma abordagem utilizada nas diversas áreas do saber científico, bem como foco principal de pesquisas documentais de teor e envergadura relevantes para geração de avaliações tanto quantitativas quanto qualitativas ou mistas.

Desse modo, verifica-se a complexidade do tema pela importância de aprendizagem que ele suscita notadamente quanto aos cuidados ao tratar da análise da produção científica, especificamente, “[...] pelo fato de não existir em administração um consenso sobre a maneira de fazer ciência.” (BERTERO, CALDAS e WOOD JR., 2005, p.4).

Tendo em vista o objeto de estudo ser a produção dos pesquisadores que investem e evidenciam esforços para avançar nesse ramo da administração, denota-se a relevância da pesquisa para os estudiosos do tema “competências organizacionais” e, ainda, para aqueles pesquisadores de comunicações e produções das ciências (SILVA, 2014).

Em relação ao aspecto prático, a pesquisa pode possibilitar, por meio da abordagem de métodos mistos aplicados na produção científica, maior compreensão do problema de pesquisa (CRESWELL, 2010) e revelar lacunas ou gap’s que talvez não tenham sido avistados até então pelas pesquisas já realizadas, uma vez que o foco de estudo ora proposto é distinto dos trabalhos publicados sobre o tema até o momento.

Neste contexto, há de se considerar a necessidade de analisar a produção científica como aspecto que pode influenciar a evolução da ciência e expansão do conhecimento (CASTRO, 2006). O que, nestas circunstâncias, assume relevância as observações de Meadows (1999) quando argumenta que produzir é importante, mas comunicar os resultados da pesquisa se constitui parte essencial, para que se obtenha legitimidade da comunidade científica.

1.4 Organização da Dissertação

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos.

O primeiro capítulo traz na introdução a apresentação da pesquisa, onde são descritos o problema de pesquisa, o objeto geral e objetivos específicos e a justificativa que motiva a realização do estudo.

No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico acerca do tema análise de produção científica, trazendo conceituações para a compreensão dos aspectos metodológicos empregados na pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta metodologia utilizada para balizar a pesquisa, caracterizando suas perspectivas e definindo estratégias. Neste capítulo foi definido também o universo da pesquisa e a matriz utilizada para categorizar a produção científica acerca de governança ambiental.

No quarto capítulo estão apresentados e discutidos os resultados encontrados com aplicação das técnicas selecionadas, as quais permitem identificar as peculiaridades referentes à produção científica sobre governança ambiental no Brasil.

O quinto e último capítulo contém as conclusões, as contribuições do estudo para o mundo acadêmico e recomendações para futuras pesquisas.

São apresentadas em seguida as referências e um apêndice com o quadro geral sobre produção acadêmica acerca de governança ambiental no Brasil.

2 ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Estudos acerca dos campos do saber científico têm evoluído e colaborado de forma singular ao avanço da pesquisa acadêmica, contribuindo ainda para avaliação da produção científica gerada, propiciando ascensão da qualidade e disseminação do conhecimento (SILVA, 2014). A produção científica, dentre as diversas atividades acadêmicas, ganha crescente atenção e méritos de fator chave para o crescimento da ciência, tecnologia, inovação e competitividade. Atribui-se tal importância ao expressivo crescimento da produção científica e dos meios para sua propagação desde a década de 80. No contexto brasileiro, a produção acadêmica acende igualmente de forma expressiva. No entanto, é ainda discreto o aproveitamento dos resultados científicos para incrementar a tecnologia, intensificar a inovação e contribuir para a competitividade econômica e melhoria das condições sociais (CRUZ; PACHECO, 2004; FAPESP, 2002, 2005).

O avanço da produção acadêmica concretiza-se por meio da pesquisa (SILVA, 2014), cujo resultado se apresenta na forma de produção científica, caracterizada como produto concreto da atividade enquanto produção intelectual, com o propósito de fazer avançar o conhecimento em seus variados aspectos (SILVEIRA JUNIOR, 2006). Nesse sentido, a fim de que se possa extrair a contribuição do meio acadêmico para o avanço da ciência, o compêndio de produções carece ser analisado, a fim de interpretar as abordagens e conceituações predominantes, que influenciam e são influenciadas por novas pesquisas, conquanto seu caráter de mutabilidade (BERTERO *et al.* 2005). Com efeito, há a necessidade de se investigar a produção científica, pois, como considera Morin (1998, p. 41) “O conhecimento do conhecimento científico comporta necessariamente uma dimensão reflexiva, que deve deixar de ser remetida à filosofia; que deve vir do interior do mundo científico [...]”. Neste contexto, cabe ao pesquisador buscar as respostas para as próprias indagações. Assim, a análise da produção científica possibilita direcionar mais claramente as estratégias e os temas para pesquisas futuras, contribuindo efetivamente para a consolidação da área do conhecimento, notadamente por preencher a lacuna formada pela falta de levantamento sobre essa produção a qual deve servir de referência para os estudiosos da área.

Sánchez Gamboa (1987) ressalta que a análise da produção científica de determinada área de conhecimento deve estar amparada por suposições metodológicas, haja vista sua importância quanto ao desenvolvimento e resultado da pesquisa, possibilitando acumulação do conhecimento. Whitemore e Knafl (2005) afirmam que a proliferação de inúmeras formas

de pesquisa tem contribuído para o uso de métodos mais sistemáticos e rigorosos, haja vista a complexidade das revisões de literatura.

A análise da produção científica em administração desempenha papel fundamental para o fomento, disseminação e a socialização do conhecimento científico. Para Ribeiro *et al.* (2013), o número de estudos na exploração de acervos de periódicos nacionais e internacionais tem aumentado significativamente em várias áreas do conhecimento, dentre elas administração.

A análise da produção científica em administração, de acordo com Vieira (2005), teve início com a pesquisa de Clóvis L. Machado-da-Silva, Vera C. Cunha e Nério Amboni em 1990 sobre a publicação em Estudos Organizacionais no período de 1985 a 1989, que exerceu influência sobre pesquisas posteriores no sentido de indicar os elementos em futuras meta-análises, considerando quantidade e qualidade da produção, metodologia, paradigmas e fontes bibliográficas utilizadas.

Hoppen *et al.* (2005, p.36) revisaram 163 artigos que tratam de sistemas de informação em revistas científicas de Administração. Selecionaram os critérios: pertinência do método escolhido, objeto da pesquisa, desenho de pesquisa, os instrumentos de medida e a coleta de dados, a validade do construto, a análise dos dados, a apresentação dos resultados e o estilo do artigo. Constataram com a pesquisa que, em sistemas de informação, os métodos de pesquisa utilizados com maior frequência são os métodos survey (por enquête), experimental e qualitativo.

Em análise sobre produção científica em estudos organizacionais, Vergara (2005) buscou resposta quanto à independência intelectual de autores brasileiros que promovem o autoconhecimento do país, o reconhecimento de sua identidade e, a partir daí, seu desenvolvimento. Inspirado em ideias de pensadores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Sílvio Romero e Guerreiro Ramos a autora apresenta o seguinte questionamento: “[...] até que ponto, no Brasil tais estudos desenvolveram uma análise própria, brasileira?” Na busca de indicadores da independência intelectual foram apresentadas pesquisas realizadas sobre as nacionalidades dos autores referenciados nos artigos publicados nos Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnAnpad e em três das principais revistas de administração: Revista de Administração de Empresas (RAE), Revista de Administração Pública (RAP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Revista de Administração (RAUSP), da Universidade de São Paulo. Constatou-se predomínio das referências estrangeiras frente às brasileiras, sendo as americanas as mais utilizadas. Os achados da investigação de Vergara revelam que parece haver um encaminhamento a uma

análise organizacional brasileira e sugere que o ensino em administração privilegie uma análise própria na produção científica, concluindo que isto contribuirá para uma relação ensino aprendizagem mais crítica e contributiva ao país com respostas adequadas aos seus problemas utilizando as potencialidades que possui.

Em levantamento sistemático, Bertero, Binder e Vasconcelos (2005) apresentam uma avaliação crítica da produção científica em Estratégia Empresarial no Brasil com base em: perspectiva teórica, temáticas propostas, metodologia empregada, artigos produzidos por universidades/faculdades e número de autores por artigo. Utilizaram o modelo proposto por R. Whittington para ordenar as diversas abordagens teóricas à estratégia, o qual se baseia em uma matriz de classificação bidimensional, na qual os eixos são referentes à orientação da Estratégia – focada no lucro ou em objetivos pluralistas – e ao processo de decisão – deliberado ou emergente. A combinação dessas duas dimensões formou uma matriz com quatro grandes perspectivas no pensamento estratégico: a clássica, a evolucionária, a sistêmica e a processual. Os resultados apontaram que a produção científica não se distancia dos pontos principais do histórico da área no Brasil; que a área é mundialmente nova e, no Brasil, novíssima, o que se manifesta na existência de poucos autores que tenha uma tradição de exercício profissional em estratégia; verificaram ausência de produção com lastro nas ciências sociais e comportamentais, com exceção de alguns autores que fazem uso da teoria institucional com origem na sociologia; predomínio da concepção da estratégia enquanto posicionamento.

Silva *et al.* (2013) mapearam a produção científica em Administração Pública no Brasil para o período de 2000-2010 a partir da ótica de redes complexas, como tentativa de aprofundar as explicações sobre os fenômenos observados neste campo do saber no país. A finalidade foi oferecer informações que aprofundassem os estudos levados a cabo por autores como Pacheco (2003), Peci *et al* (2011) e Fadul *et al* (2010, 2011 e 2012). Metodologicamente, foram coletados dados dos principais eventos e periódicos que amparam o campo do saber na última década. Como resultado, verificou-se o crescimento da produção científica, e do número de pesquisadores, a característica de colaboração, o perfil dos autores, bem como os prolíficos.

Na área ambiental, Jabbour, Santos e Barbieri (2008) utilizaram a meta-análise para realizar estudo sobre a produção científica em gestão ambiental empresarial, no período entre 1996 e 2005. Os resultados mostraram que a produção acadêmica em gestão ambiental empresarial corresponde a apenas 2,3% do total em administração, sendo que parte

significativa dessa produção fundamenta-se em trabalhos internacionais e restringe-se a um pequeno grupo de pesquisadores e instituições.

Souza e Ribeiro (2013) realizaram um meta-estudo a fim de investigar o perfil das pesquisas e a evolução de tema sustentabilidade ambiental nos artigos nacionais publicados em periódicos nacionais *Qualis* de Administração de A1 a B2, no período de 1992 a 2011, a fim de orientar rumos e estratégias de futuras pesquisas. Os resultados evidenciaram que há alguns indícios que favorecem a qualidade e a consolidação da pesquisa em sustentabilidade ambiental no Brasil: a tendência de crescimento do número de artigos, mesmo que ainda concentrada em poucas revistas; a pluralidade de subtemas que surgiu principalmente nos últimos anos; o crescimento de estudos feitos por grupos de pesquisadores ao invés de iniciativas individuais; e o crescimento de estudos quantitativos que, a partir de 2007, foi maior que as pesquisas qualitativas, e a pluralidade de abordagens metodológicas.

Assim, a fim de avaliar a produção científica, diversos pesquisadores têm utilizado como foco de seus trabalhos a análise do acervo produzido em determinada área do conhecimento ou tema específico. Existem diferentes perspectivas de lidar com o assunto.

Quanto à seleção de técnicas de pesquisa, para Creswell (2010) depende de fatores-chave tais como o tipo de problema a ser abordado, o treinamento e experiências pessoais do pesquisador bem como o público a quem se destina o resultado da pesquisa.

Já o método de pesquisa, em sentido amplo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Desta forma, toda pesquisa deve ser planejada e executada de acordo com as normas que acompanham cada método. As duas estratégias de pesquisa, em termos de aplicabilidade, podem ser chamadas de abordagem qualitativa e abordagem quantitativa (RICHARDSON, 1989).

No Brasil, a pesquisa sobre a produção acadêmica tem recebido especial atenção nos últimos anos, tanto os estudos do ponto de vista quantitativo, orientados por abordagens métricas, quando se utiliza a bibliometria, cientometria, informetria e webometria (MUGNAINI, JANNUZZI e QUONIAM, 2004), quanto à qualidade da produção por meio de variados estudos, tais como mapeamento, estudo crítico e autocrítico, estudos epistemológicos ou meta-estudos, dentre outros (BRAGA, 2013).

O método quantitativo de pesquisa caracteriza-se pelo emprego de quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas (RICHARDSON, 1989).

A bibliometria fundamenta-se em três leis clássicas (VANTI, 2002): Lei de Lotka; Lei de Bradford; e, Lei de Zipf. Lotka (1926), utilizando análises estatísticas de informação

bibliográfica modelou a primeira lei clássica, relacionada com a produtividade de autores, pesquisadores e cientistas, alegando a existência de reduzida quantidade de pesquisadores altamente produtivos e elevada quantidade de cientistas menos produtivos; já a Lei de Bradford, ou Lei de Dispersão, permite, mediante a medição da produtividade das revistas, estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas; a Lei de Zipf, também conhecida como Lei do Mínimo Esforço, consiste em medir a frequência do aparecimento das palavras em vários textos, gerando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto (VANTI, 2002). Com base nas três leis, com suas respectivas abordagens, é possível correlacionar a utilização da bibliometria como uma ferramenta estatística para analisar e identificar características sobre produção científica de determinado assunto.

No que diz respeito à cienciometria, o termo surgiu na antiga URSS e Europa Oriental e foi empregado especialmente na Hungria. Originalmente, referia-se à aplicação de métodos quantitativos para o estudo da história da ciência e do progresso tecnológico (VANTI, 2002). Para Van Raan (1997), a cienciometria se dedica a realizar estudos quantitativos em ciência e tecnologia e a descobrir os laços existentes entre ambas, visando ao avanço do conhecimento e buscando relacionar este com questões sociais e de políticas públicas.

Informetria é o estudo de aspectos quantitativos da informação em qualquer formato, e não apenas registros catalográficos ou bibliografias, referente a qualquer grupo social. Pode incorporar, utilizar e ampliar os muitos estudos de avaliação da informação que estão fora dos limites da bibliometria e cienciometria. Para Wolfram (1992), a informetria encontra sua utilidade na administração de coleções em bibliotecas, no desenvolvimento de políticas científicas e pode ajudar na tomada de decisões em relação ao desenho e manutenção de sistemas de recuperação de informação (VANTI, 2002).

Com os avanços tecnológicos, as análises quantitativas veem-se facilitadas, encontrando novos e estimulantes campos de atuação. É o caso dos estudos desenvolvidos atualmente sobre o conteúdo e a estrutura das *home-pages* na *Web*. De acordo com Almind e Ingwersen (1997) está nascendo uma nova área de interesse dentro da informetria: a *webometrics* ou webometria, que consiste na aplicação de métodos informétricos à *World Wide Web*, tornando-se um importante meio de comunicação para a ciência e a academia, pelo qual os estudos quantitativos se estendam também a este ambiente (VANTI, 2002).

No quadro 1 é apresentado de forma esquemática o objeto de estudo, as variáveis, os métodos e os objetivos dessas subdisciplinas.

Quadro 1 - Aplicação dos diferentes métodos quantitativos.

Tipologia/ Subcampo	Bibliometria	Cienciometria	Informetria	Webometria
<u>Objeto de estudo</u>	Livros, documentos, revistas, artigos, autores, usuários	Disciplinas, assuntos, áreas e campos científicos e tecnológicos. Patentes, dissertações e teses	Palavras, documentos, bases de dados, comunicações informais (inclusive em âmbitos não científicos), <i>homepages</i> na WWW	Sítios da WWW (URL, título, tipo, domínio, tamanho e <i>links</i>), motores de busca
<u>Variáveis</u>	Número de empréstimos (circulação) e de citações, frequência de extensão de frases	Fatores que diferenciam as subdisciplinas. Como os cientistas se comunicam	Difere da cienciometria no propósito das variáveis, por exemplo, medir a recuperação, a relevância, a revocação	Número de páginas por sítio, nº de <i>links</i> por sítio, nº de <i>link</i> que remetem a um mesmo sítio, nº de sítios recuperados
<u>Métodos</u>	<i>Ranking</i> , frequência e distribuição	Análise de conjunto e de correspondências, co-ocorrência de termos, expressões, palavras-chave etc.	Modelo vetor-espaco, modelos booleanos de recuperação, modelos probabilísticos; linguagem de processamento, abordagens baseadas no conhecimento	Fator de impacto da Web (FIW), densidade dos <i>links</i> , “situações”, estratégias de busca
<u>Objetivos</u>	Alocar recursos: pessoas, tempo, dinheiro etc.	Identificar domínios de interesse. Onde os assuntos estão concentrados. Compreender como e quanto os cientistas se comunicam	Melhorar a eficiência na recuperação da informação, identificar estruturas e relações dentro dos diversos sistemas de informação	Avaliar o sucesso de determinados sítios, detectar a presença de países, instituições e pesquisadores na rede e melhorar a eficiência dos motores de busca na recuperação das informações

Fonte: Macias-Chapula, 1998 *apud* Vanti, 2002, p. 9.

No que tange ao método de pesquisa qualitativo, pode-se que afirmar que difere, em princípio, do quantitativo, à medida que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias (RICHARDSON, 1989). Na análise da produção científica, do ponto de vista de perspectivas mais qualitativas, observa-se utilização de abordagens de caráter epistemológico, bem como de análise de conteúdo e revisões de literatura.

Munck *et al.* (2012, p.107) entendem que a epistemologia é conceituada, em sentido amplo, como “[...]o estudo metódico e reflexivo da ciência, de sua organização, de sua formação, do seu funcionamento e produtos intelectuais”. Segundo o autor, a contribuição de uma instância epistemológica pode ser considerada a partir de duas funções: por um lado, assume a condição de metaciência, porque vem após e diz respeito às ciências, por outro lado revela um caráter intracientífico, representando uma instância intrínseca à produção científica.

A fim de incitar um debate acerca da cientificidade da administração, Damke, Walter e Silva (2010) enfatizam em seu estudo o caráter epistemológico cujo objetivo foi expor e discutir a questão da cientificidade da administração. Para os autores, o fato de ainda se questionarem a cientificidade da administração pode ser explicado pela existência de

múltiplos paradigmas e teorias, que acarretam a fragmentação da área e embaraçam a efetiva materialização como campo de estudo científico. Concluem que a administração como teoria do conhecimento pode ser considerada ciência, o que decorre da possibilidade de falsear os estudos dessa área conforme o falseacionismo sofisticado de Popper; que a administração atende aos pressupostos da ciência paradigmática de Kuhn, apesar de não existir consenso sobre em que etapa se encontra e se adéqua aos moldes dos programas de pesquisa apresentados por Lakatos.

Reina (2009) faz um estudo epistemológico em periódicos, principais congressos de contabilidade, tese e dissertações no contexto brasileiro, disponíveis em meio eletrônico, no contexto nacional e internacional, no período de 1994 a 2008. A partir das perspectivas propostas por B. Marr, fundamentado sob a ótica epistemológica de Von Krogh e Roos, que “procura fornecer o conhecimento sobre o conhecimento”; de Bunge e Hilton Japiassu, “estudo metódico” (realizado e respaldado por meio de parâmetros científicos) e “reflexivo do saber” (realizar inferências sobre os achados visando contribuir a reflexão e ampliação do conhecimento relacionado ao Capital Intelectual); de G.A. Martins, “submeter à prática dos cientistas a uma reflexão” (levantar o conhecimento sobre Capital Intelectual sob foco de determinadas características, apresentando o que tem sido publicado sobre o tema para reflexões, críticas e base para outros estudos); e de G.M. Castro, “inspecionar as produções científicas” (investigar trabalhos científicos relacionados ao Capital Intelectual), o estudo apresenta um mapeamento da produção científica em capital Intelectual. A pesquisa se classifica como exploratório-descritiva e qualitativa. Possui natureza teórica conceitual e lógica indutiva. O estudo é também documental e adota a técnica de análise de conteúdo. Como conclusão, o trabalho apresentou um quadro com determinadas características da produção científica sobre Capital Intelectual nos contextos nacional e internacional, a partir de estudo epistemológico informado pelas perspectivas propostas por Marr (2005), no período de 1994 a 2008, evidenciando a necessidade de investigações teóricas, empíricas ou teórico-empíricas sobre o assunto.

Adotada em trabalhos qualitativos, a análise de conteúdo é técnica que recorre à análise de documentos para sistematizar, de forma objetiva, os dados desestruturados contidos no manifesto analisado. Assim, tem-se uma estruturação que reduz a dependência da subjetividade do leitor para a compreensão do conteúdo, diminuindo a influência dos valores culturais, crenças e preconceitos que o pesquisador pode ter no momento da sua leitura (POZZEBON *et al.*, 1997). Portanto, é importante considerar não apenas o texto escrito na análise de documentos. Existem outros aspectos qualitativos presentes no documento que não

deveriam ser ignorados pelo pesquisador, na medida em que documentos podem ser produzidos, manipulados, usados e consumidos de maneira a criar um impacto em seus leitores, reagindo a favor (ou contra) seus elaboradores (PRIOR, 2004). Desta forma, pesquisadores empreendem estudos em diversas áreas do conhecimento com esse mesmo foco, acerca do conhecimento produzido na sua área de atuação, assim como dos pressupostos que orientam as pesquisas (BRAGA, 2013).

Os trabalhos de revisão bibliográfica também se inserem na perspectiva de análise qualitativa. Admitida também como revisão narrativa, a revisão bibliográfica tradicional visa descrever o estado da arte, sob o ponto de vista teórico ou contextual; constituindo-se basicamente na análise da literatura, interpretação e análise pessoal do pesquisador, a qual não pretende fornecer a metodologia para a busca das referências, tampouco as fontes de informações utilizadas ou mesmo os critérios usados na avaliação e seleção dos trabalhos (BERNARDO; NOBRE; JANETE, 2004).

Com base na revisão bibliográfica tradicional surgiram metodologias alternativas para descrever o estado da arte de determinado tema, tais como a revisão bibliográfica sistemática, um método de revisão planejada que visa responder uma pergunta específica, utilizando métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados destes estudos incluídos na revisão (ROTHER, 2007).

Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma área de conhecimento específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. As revisões sistemáticas são úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinado assunto, as quais podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Whitemore e Knafl (2005) argumentam que o processo de revisão sistemática combina a evidência de múltiplos estudos, podendo incorporar também resultados de uma pesquisa de meta-análise, como por exemplo, os dados estatísticos. Com efeito, técnicas como revisão sistemática e bibliometria constituem procedimentos metodológicos importantes para que o pesquisador evidencie a produção científica em termos de tendências, autoria e produtividade, além de características, *gaps* e oportunidades de pesquisa em um determinado campo de conhecimento. A bibliometria identifica os principais artigos, autores e redes de produção, demonstrando a dispersão e

obsolescência dos campos científicos. Já a revisão sistemática permite ao pesquisador a sistematização de conceitos e métodos identificados no âmbito do “estado da arte” de um tema, os quais podem subsidiá-lo a novas descobertas e à contribuição científica (SPINAK, 1998).

Para Sampaio e Mancini (2007), antes de se iniciar uma revisão sistemática, três etapas precisam ser consideradas: definir o objetivo da revisão, identificar a literatura e selecionar os estudos possíveis de serem incluídos. Essas etapas preliminares são importantes, uma vez que auxiliam o pesquisador a adequar a pergunta norteadora da revisão com base na informação disponível sobre o tema de interesse. Durante a seleção dos estudos, a avaliação dos títulos e dos resumos (abstracts) identificados na busca inicial deve ser feita de forma independente e imparcial, obedecendo rigorosamente aos critérios de inclusão e exclusão definidos no protocolo de pesquisa. A busca da evidência tem início com a definição de termos ou palavras-chave, seguida das estratégias de busca, definição das bases de dados e de outras fontes de informação a serem pesquisadas. Assim, na revisão sistemática há aplicação de estratégias que permitem limitar o viés de seleção de artigos e avaliá-los com espírito crítico e sintetizar todos os estudos em um tópico específico.

O conteúdo do quadro 2 permite identificar as características da revisão bibliográfica tradicional ou narrativa e da revisão sistemática.

Quadro 2 - Revisão Narrativa *versus* Revisão Sistemática.

Itens	Revisão Narrativa	Revisão Sistemática
Questão	Ampla	Específica
Fonte	Frequentemente não especificada, potencialmente com viés	Seleção baseada em critérios aplicados uniformemente
Seleção	Variável	Avaliação criteriosa e reprodutível
Avaliação	Variável	Criteriosa e reprodutível
Síntese	Qualitativa	Quantitativa
Inferências	Às vezes baseadas em resultados de pesquisa clínica	Frequentemente baseadas em resultados de pesquisa clínica
Obs: Uma síntese quantitativa que inclui um método estatístico é uma meta-análise		

Fonte: Botelho *et al.*, 2011, p. 6.

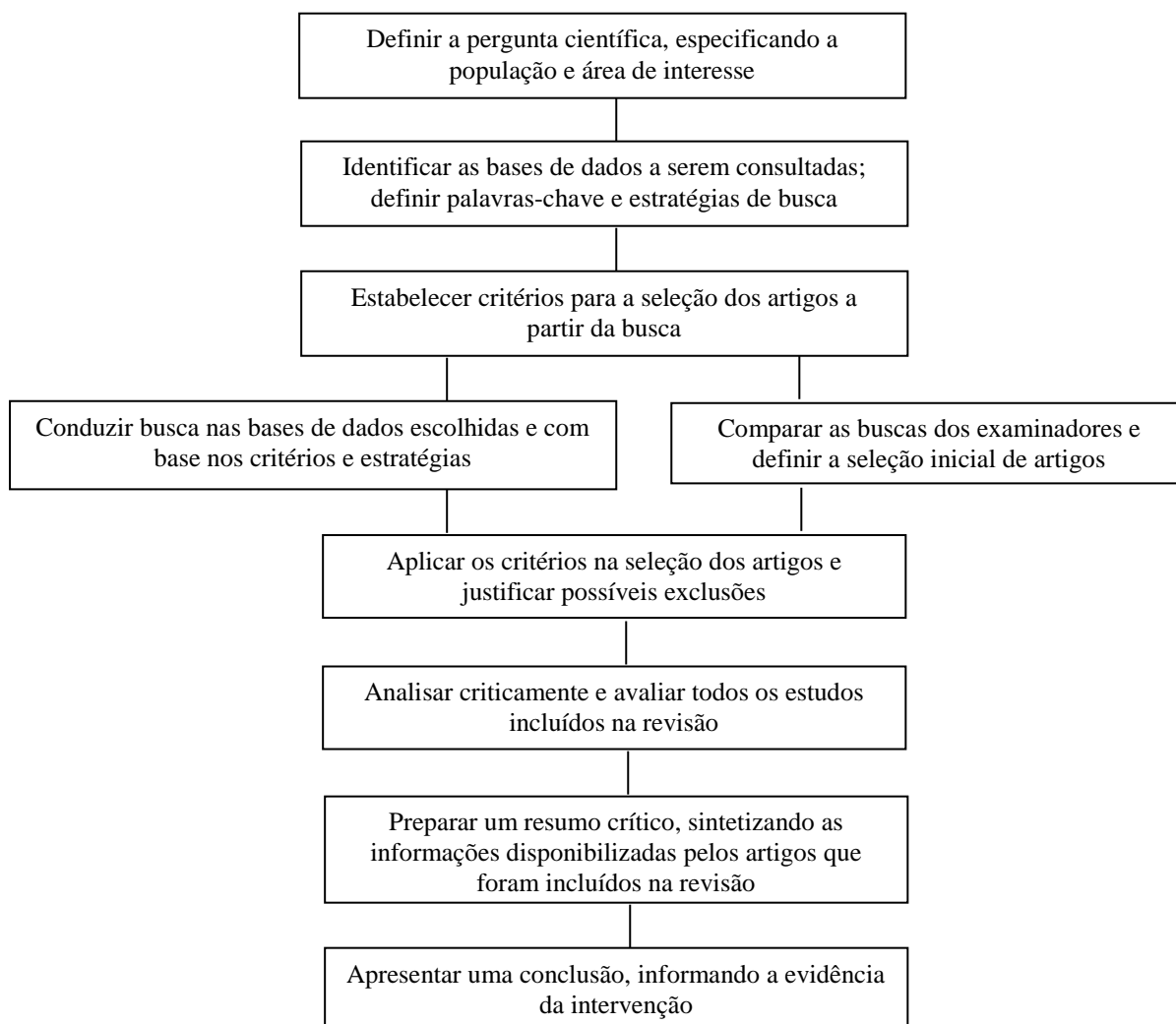
A revisão narrativa apresenta peculiaridades que revelam a não vinculação a métodos pré-estabelecidos, constituindo-se basicamente em analisar a literatura e interpretá-la, momento no qual o pesquisador utiliza seu crivo pessoal para fazê-lo. A revisão bibliográfica narrativa é utilizada também para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou conceitual (BOTELHO *et al.*, 2011), sendo desprovida de

metodologia que viabilize a reprodução de dados e tampouco traz respostas quantitativas para determinados questionamentos (ROTHER, 2007).

Ao contrário, a revisão bibliográfica sistemática é uma revisão planejada para responder a pergunta específica, utilizando métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos (CASTRO, 2006), sendo considerados por Rother (2007) como originais, haja vista que os estudos que surgem a partir dessa forma de revisão serem elaborados com rigor metodológico.

A figura 1 ilustra a descrição geral do processo de revisão sistemática da literatura na visão de Sampaio e Mancini (2007) que abordam em seu estudo evidências da pesquisa para guiar a prática clínica, sendo passíveis de reprodução em outras áreas do conhecimento. Para os autores “[...] Boas revisões sistemáticas são recursos importantes ante o crescimento acelerado da informação científica”.

Figura 1 - Descrição Geral do Processo de Revisão Sistemática da Literatura.



Fonte: Elaborado a partir de Sampaio e Mancini, 2007.

A revisão bibliográfica sistemática incorpora diferentes tipos de métodos para o processo de revisão da literatura, tais como a meta-análise, a revisão qualitativa e a revisão integrativa (BOTELHO *et al.*, 2011).

Em virtude do grande volume de informações gerado pelo crescimento da produção científica, a probabilidade de ocorrer erros de interpretação ou análise pode dificultar a contextualização de um problema de pesquisa (LOVATTO *et al.*, 2007). Uma das alternativas sugeridas para sistematizar as informações é a meta-análise, que combina resultados de vários estudos para fazer uma síntese reproduzível e quantificável dos dados.

Esse procedimento metodológico foi formulado pelo matemático Karl Pearson, em 1904, com a finalidade de propor uma ferramenta capaz de combinar resultados divergentes. A terminologia meta-análise, no entanto, foi apresentada à comunidade científica por Glass (1976; 1977), que definiu o método como um procedimento mais eficaz que a tradicional revisão de literatura para reunir dados estatísticos provenientes de outros estudos (MENEZES *et al.*, 2011).

Com esta visão, a meta-análise permite, em casos de dados aparentemente discordantes, obter uma visão geral da situação (D'AGOSTINO; WEINTRAUB, 1995), consistindo na integração de resultados de estudos diferentes sobre uma mesma questão de pesquisa, combinando tais resultados para que sejam analisados (LOVATTO *et al.*, 2007).

Caracterizada como uma técnica quantitativa (LUIZ, 2002; ROSENTHAL, 199), a meta-análise reúne procedimentos capazes de unificar estudos para oferecer uma visão global de determinado fenômeno, a partir de análises de resultados de pesquisas anteriores (GLASS, 1976; 1977). Combina, portanto “[...] resultados de estudos realizados de forma independente” para “[...] sintetizar as suas conclusões ou mesmo extrair uma nova conclusão” (LUIZ, 2002, p. 409). Sua operacionalização através de procedimentos sistemáticos impede eventuais perdas de dados e permite que estes estejam próximos do pesquisador, o que garante compreensão abrangente de determinado fenômeno (MENEZES *et al.*, 2011).

Embora se discuta na literatura que a meta-análise se constitui em uma técnica estritamente quantitativa (ROSENTHAL, 1995), o método se aplica também às abordagens qualitativas (RODRIGUES, 2009). Para o autor, a caracterização descritiva interpretativa estaria na identificação “[...] de determinadas categorias, semelhanças e controvérsias numa quantidade de estudos da mesma área de pesquisa.” (RODRIGUES, 2009, p.26). Nessa visão, a meta-análise é adotada com o propósito de informar pesquisas através da sumarização de

processos ou experiências, combinando descobertas de múltiplos estudos qualitativos (BECK, 2002).

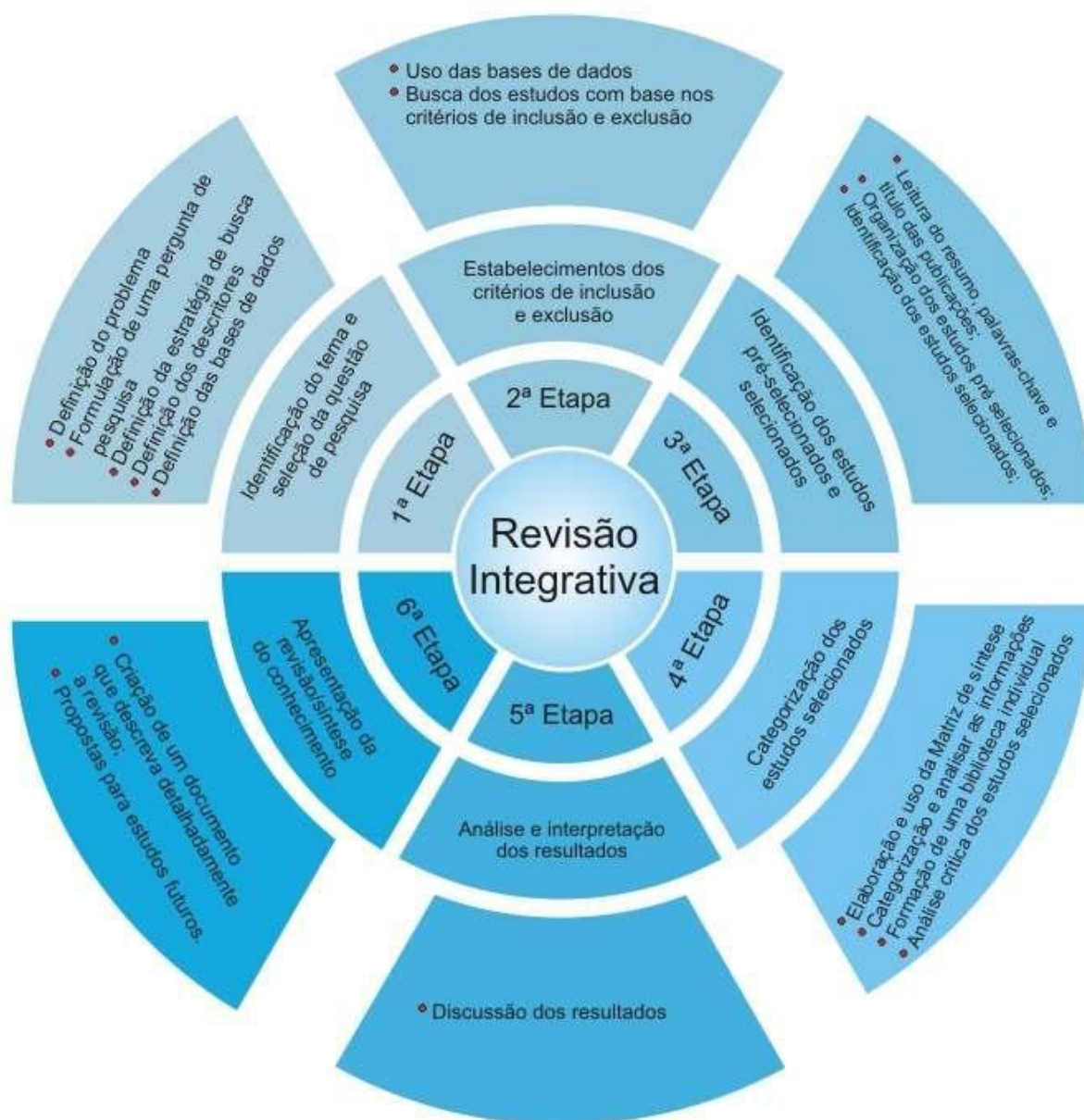
Esse método de análise tem conquistado interesse junto aos pesquisadores mais recentemente, quando foi utilizada em estudos de disciplinas de diferentes áreas do saber. Na área da saúde, por exemplo, a meta-análise pode evidenciar o efeito de um tratamento que, individualmente, não permite estabelecer conclusões por falta de potência analítica. Nesta situação, a meta-análise melhora o poder analítico do modelo, aumentando as chances de evidenciar diferenças entre os tratamentos, caso existam (LOVATTO *et al.*, 2007). Nesse contexto, surgem inúmeras pesquisas utilizando a meta-análise como método de análise da produção científica, contemplando diversas subáreas da administração.

Na revisão qualitativa, o pesquisador sintetiza exclusivamente os estudos primários qualitativos, podendo diferir em abordagens e níveis de interpretação. Whitemore (2005) lembra que sintetizar as evidências sobre os múltiplos aspectos que incorporam a revisão qualitativa é um procedimento complexo, embora saliente que a metodologia possui um grande potencial para a criação de novos estudos;

O método da revisão bibliográfica sistemática é abordado também na pesquisa de Botelho *et al.* (2011) que discutem o processo de revisão da literatura nos estudos organizacionais, trazendo para esse escopo o método da revisão integrativa, utilizado tradicionalmente na área da saúde, sendo adaptado para utilização na área de Administração, possibilitando a síntese e análise do conhecimento científico produzido sobre determinado tema.

A revisão sistemática integrativa é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular (BROOME, 2006). Esse método de pesquisa objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema. A revisão integrativa possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados em resultados apresentados pelas pesquisas anteriores (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; BENEFIELD, 2003; POLIT; BECK, 2006). As etapas recomendadas para a revisão integrativa devem ocorrer em seis passos: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados e por fim apresentação da revisão/síntese do conhecimento (BOTELHO *et al.*, 2011). A figura 2 ilustra o processo de revisão integrativa.

Figura 2 - Processo de Revisão Sistemática Integrativa.



Fonte: Botelho *et.al*, 2011, p.9.

O processo de elaboração da revisão integrativa tem início com a identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, incluindo a definição de estratégias de busca e das bases de dados. Para Souza *et al.* (2010) a definição da pergunta norteadora é a fase mais importante da revisão, pois determina quais serão os estudos incluídos em razão do tema, os meios adotados para a identificação, bem como as informações coletadas para cada estudo selecionado. Portanto, deve ser formulada de maneira clara e específica e relacionada a um raciocínio teórico.

A segunda etapa diz respeito ao estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão. Uma vez definida e bem delimitada a questão de pesquisa, os descritores ou palavras-chave são facilmente identificados para a execução da busca dos estudos (MENDES *et al.*, 2008). Inicia-se, pois a busca nas bases de dados selecionadas, para fins de identificação dos estudos que serão incluídos na revisão, devendo utilizar critérios claros e objetivos e identificá-los no estudo, podendo ser reorganizados durante o processo de busca e durante a elaboração da revisão integrativa (BOTELHO *et.al.*, 2011).

A terceira etapa consiste em identificar os estudos pré-selecionados e selecionados, por meio da leitura criteriosa dos títulos, resumos e palavras-chave das publicações. Nos casos em que o título, o resumo e as palavras-chave não sejam suficientes para definir sua seleção, busca-se a publicação do artigo na íntegra. A partir da conclusão desse procedimento, elabora-se uma tabela com os estudos pré-selecionados para a revisão integrativa.

Durante a quarta etapa realiza-se a categorização dos estudos selecionados bem como a elaboração e uso da Matriz de síntese, com a categorização e análise das informações. Tem por objetivo sumarizar e documentar as informações extraídas dos trabalhos científicos encontrados nas fases anteriores. Essa documentação deve ser elaborada de forma concisa e fácil (BROOME, 2006). As informações coletadas dos artigos devem incluir, por exemplo: tamanho da amostra e quantidade dos sujeitos, metodologia, mensuração de variáveis, métodos de análise, a teoria ou conceitos embasadores utilizados (GANONG, 1987). A análise deve ser realizada de forma crítica, procurando explicações para os resultados diferentes ou conflitantes nos diferentes estudos (MENDES *et al.*, 2008).

A quinta etapa corresponde à fase de discussão dos principais resultados, por meio da análise e interpretação dos mesmos. O revisor realiza comparação do conhecimento teórico dos estudos incluídos (MENDES *et al.*, 2008).

A sexta e última etapa refere-se à apresentação da revisão/ síntese do conhecimento; documento que descreva detalhadamente a revisão e proposta para estudos futuros. Esta etapa consiste na elaboração do documento que deve contemplar a descrição das etapas percorridas anteriormente e os principais resultados evidenciados na análise dos trabalhos selecionados (MENDES *et al.*, 2008).

Dessa forma, a pesquisa de revisão sistemática integrativa, como um dos diferentes métodos que compõem a análise sistemática, é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular. Tem como objetivo traçar uma análise sobre o conhecimento já construído por meio de síntese de vários estudos já publicados (BOTELHO *et al.*, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método é o alicerce da pesquisa científica, o que significa selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize. Assim, para possibilitar a pesquisa, há necessidade de métodos e técnicas que levem criteriosamente a resolver problemas (GAIO, CARVALHO; SIMÕES, 2008). Em termos gerais, a metodologia adotada nesta pesquisa se respalda nas orientações de Creswell (2010), Nascimento e Beuren (2011), Melo e Andreassi (2010) e Botelho *et al.* (2011).

Este capítulo aborda as etapas metodológicas empregadas para desenvolver a pesquisa sobre a identificação dos trabalhos que integram o quadro geral de produção acadêmica acerca de governança ambiental no Brasil, bem como quanto à categorização da literatura que influencia a produção sobre o tema central desta pesquisa, no intuito de aproximar os conceitos, abordagens, foco e lócus de pesquisa.

3.1 Método Geral e Delineamento da Pesquisa

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses. Assim, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ-SILVA *et al.*, 2009).

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva quanto aos fins, visto que serão abordadas características relativas à produção científica sobre governança ambiental, com abordagem quantitativa e qualitativa, na qual se procedeu a coleta de dados quantitativos da produção científica sobre governança ambiental, concomitantemente à coleta de dados qualitativos acerca das características que compõem a conceituação do tema, a partir da concepção pragmática de Creswell (2010). Trata-se, também, de um estudo documental (NASCIMENTO; BEUREN, 2011) quanto aos meios de investigação, utilizando-se técnicas decorrentes da bibliometria (meta-análise) (MELO; ANDREASSI, 2010) e o método da revisão bibliográfica integrativa (BOTELHO *et al.*, 2011).

No intuito de descrever as características gerais da produção disponível acerca do tema governança ambiental no Brasil, foi aplicado procedimento derivado da análise bibliométrica conhecido como meta-análise (MELO; ANDREASSI, 2010), chamado por outros de meta-estudos, constituindo no mapeamento do quadro geral da produção científica a partir das

bases de dados selecionadas. Portanto, neste contexto, o termo meta-análise é utilizado com significado diferente daquele adotado em revisão sistemática. Nesta primeira fase foram localizados artigos, teses e dissertações que abordam o tema governança ambiental.

A partir dos resultados, que compuseram o universo de pesquisa, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão, sendo eliminados, por exemplo, trabalhos em duplicidade, os indisponíveis para acesso aberto; aqueles apenas citados por outros trabalhos, entre outros.

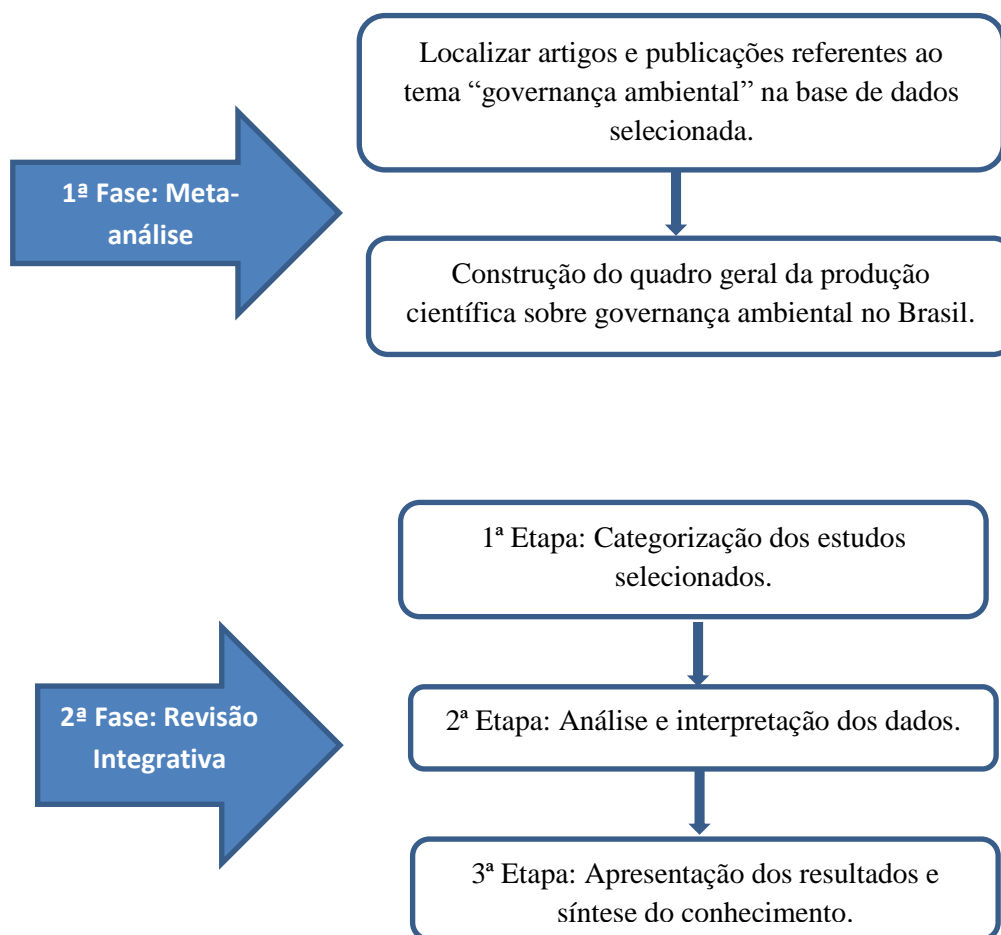
Em seguida, a produção selecionada foi submetida à identificação e análise de dados, permitindo a construção e apresentação de um quadro geral da produção científica sobre governança ambiental no Brasil. A partir desse quadro, utilizando-se o software *Excel*, foi possível identificar os trabalhos mais referenciados, os quais supostamente exercem maior influência de forma geral sobre a produção brasileira que trata do tema, sendo objeto de análise na segunda fase da pesquisa.

A segunda fase consistiu na realização da revisão integrativa, pertencente à revisão bibliográfica sistemática. Esse processo seguiu uma sucessão de etapas bem definidas (BOTELHO *et al.*, 2011) que permitiram identificar os conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa que predominam para o tema governança ambiental na produção analisada, evidenciando a contribuição ao longo do tempo para a construção do conhecimento acerca de governança ambiental e auxiliando futuras pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

Portanto, o estudo proposto origina-se no pressuposto de que os diversos conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa em governança ambiental carecem de análise quanto às diferentes perspectivas, identificando as teorias que orientam as pesquisas já realizadas e caracterizando os estilos de pensamento predominantes na produção científica sobre o assunto. Diante desse raciocínio e coadunando com a pergunta direcionadora do escopo da presente pesquisa, busca-se compreender qual o entendimento no Brasil para expressão governança ambiental.

Na figura 3 é apresentada uma síntese da pesquisa realizada.

Figura 3 - Síntese das fases da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 Base de dados da investigação

Para fins da pesquisa, a população da produção científica acerca de governança ambiental em língua portuguesa foi aquela disponível no Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no repositório *Google Scholar*.

O Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que disponibiliza produções científicas de alta qualidade, além de ser tido como modelo de consórcio de biblioteca. A história do Portal de Periódicos iniciou-se em 1990, mas foi somente no ano de 2000 que realmente ocorreu o lançamento oficial, tendo como missão a promoção do fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil, baseado na democracia do acesso online à informação científica internacional de alto nível. Justifica-se a utilização desse repositório eletrônico em

razão de ser considerado de alta relevância acadêmico-científica no Brasil, visto que os documentos ali disponíveis pertencem a periódicos que adotam criteriosa avaliação por pares. Ademais, a base de dados selecionada permite incluir na análise não somente a produção mais vinculada às ciências sociais, mas também a publicada em áreas como ciências agrárias, biológicas e engenharias (CAPES, 2015). Apesar das virtudes mencionadas, o Portal Periódicos CAPES apresentou limitações para a presença pesquisa, pois ele não abarca trabalhos publicados em eventos e as teses e dissertações. Além disso, em busca preliminar foi identificado um número reduzido de artigos sobre o tema.

Visando ampliar a abrangência da produção sobre a temática abordada, optou-se por utilizar também outro mecanismo de busca acadêmica, o *Scholar Google* ou Google Acadêmico (GA), como é mais conhecido no Brasil.

O Google Acadêmico (GA), uma versão do Google tradicional para buscas acadêmicas, tem sido usado principalmente em função do nível de abrangência das pesquisas, pois além de apresentar resultados com um nível menor de revocação, apresenta os resultados ordenados com base na relevância dos documentos (MUGNAINI; STREHL, 2008). Por outro lado, há evidências de que o *Google Scholar* apresenta cobertura semelhante ou superior a outros mecanismos de buscas mais tradicionais (BUCHINGER; CAVALCANTI; HOUNSELL, 2014). O GA interliga os diversos documentos disponíveis em sua base de dados a partir de suas referências, revelando uma rede de conexões entre publicações afins. Esse mecanismo atende aos objetivos desta pesquisa, pois além de apresentar resultados sobre artigos publicados em periódicos, disponibiliza também resultados dos trabalhos publicados em eventos e sobre dissertações e teses, desde que estejam disponíveis na Web.

3.3 Coleta e Análise dos Dados

3.3.1 Primeira fase da pesquisa

A primeira fase da pesquisa, de acordo com o processo de revisão integrativa, contemplou as três primeiras etapas desse método de revisão bibliográfica, consistindo em: escolha do tema e seleção da questão de pesquisa; busca de estudos em bases de dados; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão e identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados.

O presente estudo versa sobre o tema governança ambiental. O problema de pesquisa emerge do pressuposto de que os diversos conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa em governança ambiental no Brasil carecem de análise quanto às diferentes perspectivas, identificando as teorias que orientam as pesquisas já realizadas e caracterizando os estilos de pensamento predominantes na produção científica sobre o assunto. Por isso, a presente pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: **o que se entende no Brasil por Governança Ambiental?**

Uma vez definido o tema e a questão de pesquisa, foram selecionadas as bases de dados que subsidiaram a pesquisa. Conforme já abordado, as bases escolhidas foram o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o repositório *Google Scholar* ou Google Acadêmico (GA).

No que tange à definição do espaço temporal, como atividade para o delineamento do protocolo da pesquisa, estipulou-se a busca por artigos publicados nos últimos 25 anos, pois foi possível constatar em levantamento preliminar sobre publicação mundial referente a governança ambiental, que os dados da década de 1990 em diante eram mais significativos em quantidade.

Para fins de identificação dos trabalhos que compuseram o universo de pesquisa referente à primeira fase, inicialmente foi feita uma filtragem nas bases de dados selecionadas para a investigação.

Para reunião dos dados necessários à execução da pesquisa, selecionou-se o programa denominado *publish or perish*, o qual foi criado para auxiliar na sistematização dos dados de citação. Trata-se de um software simples e gratuito, desenvolvido por Anne-Wil Harzing (2007), que funciona como uma interface de busca do Google Acadêmico. Ao realizar uma pesquisa nesse programa, o usuário recupera uma lista das referências pertinentes à expressão de busca e gera estatísticas de produtividade e de impacto de autores e periódicos. Considerando que as informações acerca dos trabalhos identificados tais como: título; ano e veículo de publicação, autoria e co-autoria, entre outros seriam de fato reunidos em um único quadro, a ferramenta mostrou-se a bastante eficaz para alcance deste feito.

Em primeira busca pelo programa selecionado, no ícone denominado “propriedades da consulta” (*query properties*) digitou-se o termo “governança ambiental” nos campo “*all of the words*”, solicitando que o programa trouxesse todos os trabalhos identificados na base de dados “*Google scholar*” que apresentassem a expressão completa em alguma parte do trabalho. Foram localizados por meio da utilização do software 135 trabalhos, entre artigos publicados em periódicos e em eventos, dissertações de mestrado e teses de doutorado,

divulgados no período de janeiro de 1990 até julho de 2015. No entanto, desse total, 62 trabalhos eram apenas citações, ou seja, expressões “governança ambiental” que apareciam nas referências de alguma publicação trazida como resultado da pesquisa, sendo, portanto, excluídos da totalidade dos trabalhos identificados pelo software. Retiradas os trabalhos que eram apenas dados citações, restaram 73 trabalhos (publicações) para serem analisados na primeira fase da pesquisa.

Para obtenção da amostra foram aplicados os critérios de exclusão. Primeiro, procedeu-se a leitura dos títulos e resumos dos 73 resultados da pesquisa. Um dos resultados era sobre ementa de curso sobre governança ambiental; um dos artigos listados estava aparecendo em duplicidade, com o título ligeiramente modificado, mas o conteúdo e autoria eram idênticos (Aspectos da Governança Ambiental no complexo regional centro-sul, segundo grau de urbanização), sendo excluído do universo de pesquisa; três artigos não guardavam pertinência com os objetivos desta pesquisa (trabalhos intitulados: “O mecanismo desenvolvimento limpo como instrumento de política pública ambiental no atual contexto da governança climática no Brasil”; “Vulnerabilidades do licenciamento ambiental à luz da participação pública e da governança para a sustentabilidade” e “O plano municipal ambiental de Rio Grande, RS, no estabelecimento da governança costeira”), pois não tratavam sobre governança ambiental; um dos trabalhos tratava-se de monografia de graduação (sob o título “A atuação das Organizações Não-Governamentais no Regime das Mudanças Climáticas: uma abordagem à luz da Governança Global Ambiental”) foi excluído por não fazer parte dos critérios de inclusão e quatro artigos não estavam disponíveis nos portais da Web para leitura integral do texto. Esses dez resultados foram excluídos, restando, portanto, 63 trabalhos para serem analisados, compondo a amostra da produção acadêmica sobre governança ambiental no Brasil. A relação dos trabalhos consta no Apêndice A.

Estabelecido o conjunto de trabalhos a serem analisados, passou-se a selecionar os critérios de investigação da produção, consistindo em uma meta-análise (procedimentos de análise bibliométrica), formando a primeira fase desta pesquisa. Utilizando a meta-análise, foi possível quantificar e analisar os dados de publicação, formando o quadro geral da produção sobre governança ambiental no Brasil.

Foram investigados:

- I) Tipo de trabalho;
- II) Identificação de autoria e co-autoria e nome e instituição declarada de autoria;
- III) Ano de publicação e evolução quantitativa ao longo do tempo;

- IV) Veículo de publicação;
- V) Métodos e estratégias de pesquisa;
- VI) Dados das citações: autor, obra, ano de publicação, tipo de obra (se artigo ou livro) e origem da autoria (se nacional ou estrangeira).

Os dados foram reunidos em um quadro geral possibilitando a realização da primeira fase deste estudo sobre a produção acadêmica brasileira relativa à governança ambiental. O quadro geral da produção científica sobre o tema disponível nas bases de dados selecionadas baliza esta fase da pesquisa (APÊNDICE A).

3.3.2 Segunda fase da pesquisa

A segunda parte da pesquisa consistiu em análise qualitativa, utilizando o método de revisão bibliográfica sistemática, do tipo revisão integrativa. Nesta etapa o objetivo foi traçar um panorama do conhecimento construído sobre governança ambiental, a partir dos conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa para o tema na produção analisada. O processo seguiu uma sucessão de etapas bem definidas conforme explicitado anteriormente acerca desse método de revisão.

Os trabalhos analisados nesta fase foram aqueles identificados como de maior influência para a produção acadêmica sobre governança ambiental no Brasil. Utilizou-se como base o conjunto de trabalhos selecionados durante a primeira fase da pesquisa, os quais compõem o quadro geral sobre governança ambiental. O critério de seleção adotado foi o número de vezes que o trabalho é citado em outras pesquisas, de acordo com o *Google Scholar*. Estabeleceu-se o critério mínimo de três citações como condição para análise nesta fase da pesquisa.

A construção da presente revisão integrativa inspira-se no estudo de Botelho *et al.* (2011), que recomenda o método para discutir o processo de revisão da literatura nos estudos organizacionais, adaptando a metodologia utilizada por pesquisadores nos campos da saúde e educação. Trata-se de um método específico que resume o passado da literatura (empírica e/ou teórica) a fim de ministrar uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular (BROOME, 2006), possibilitando ainda uma síntese de vários estudos já publicados, propiciando um ambiente para geração de novos conhecimentos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; BENEFIELD, 2003; POLIT; BECK, 2006).

A primeira fase desta pesquisa contemplou as três primeiras etapas da revisão integrativa (escolha do tema e seleção da questão de pesquisa; busca de estudos em bases de dados; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão e identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados). Desta forma, a segunda fase desta pesquisa contempla as três últimas fases da proposta metodológica utilizada, que são: categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos dados e apresentação da revisão e síntese do conhecimento.

Uma das características mais importantes da revisão integrativa, sendo requisito para tornar a pesquisa relevante, é que as etapas a serem seguidas sejam claramente descritas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Portanto, o processo de revisão integrativa para o tema governança ambiental seguiu a sucessão de etapas a seguir narradas.

1ª etapa: Categorização dos estudos selecionados

Nesta etapa, uma vez definidos os trabalhos selecionados, aplicando o critério de escolha retro mencionado, o propósito foi sumarizar as informações extraídas das publicações utilizando a matriz de síntese, permitindo assim analisar separadamente cada trabalho ou obra que compõe a amostra, tanto a nível metodológico quanto em relação aos resultados das pesquisas (URSI, 2005).

Em primeiro momento, foi feita a leitura integral de cada trabalho, a fim de conhecer os aspectos atinentes a cada estudo, tais como área de conhecimento, tema central explorado, métodos de pesquisa, objetivos e conclusões.

Para fins de registro da revisão da literatura e extração de dados, foi utilizada uma matriz de síntese como ferramenta de exploração e análise de dados, em virtude da capacidade para resumir aspectos complexos do conhecimento. A análise das informações foi realizada a partir de categorias, criadas com o objetivo de facilitar a ordenação e a sumarização de cada estudo (BROOME, 2006).

No quadro 3 é apresentado o modelo elaborado da matriz de síntese construída a partir de informações coletadas dos trabalhos selecionados.

Quadro 3 - Matriz de síntese da produção científica sobre governança ambiental.

Título do trabalho ou obra	Categoria 1 Área de Conhecimento, questões abordados e Lócus de pesquisa	Categoria2 Abordagem adotada	Categoria3 Teorias de Base	Categoria 4 Conceito de governança ambiental
Título da publicação 1				
Título da publicação 2				
Título da publicação 3				
Título da publicação 4				
Título da publicação 5				
Título da publicação 6				
Título da publicação 15				

Fonte: Elaborado pela autora

2ª Etapa: Análise e interpretação dos dados

Essa etapa refere-se à discussão sobre os textos analisados na revisão integrativa. Aqui serão analisados os dados da matriz de síntese, a fim de solucionar o problema de pesquisa: identificar os conceitos, abordagens, focos e lócus que predominam na produção acerca do tema governança ambiental, e que exerce influência predominante para a produção científica brasileira.

Como técnica auxiliar para exploração do material foi utilizada análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), associada ao *software* ATLAS.TI 6.

As etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin (2009) se ordenam em três polos cronológicos: a) pré-análise: objetiva sistematizar e operacionalizar as ideias iniciais produzindo um plano de análise. Inicia-se com a leitura ‘flutuante’, representando o primeiro contato com os documentos que farão parte da análise. Esta primeira etapa conduz à escolha dos documentos a serem analisados, que representa a segunda etapa. Essa escolha pode depender dos objetivos, ou, inversamente, os objetivos só poderão ser contemplados em função dos documentos disponíveis.

Compondo uma das principais etapas da revisão integrativa, foram discutidas e analisadas todas as categorias contidas na matriz de síntese, realizando interpretação dos dados, identificando conceitos para governança ambiental, abordagens, focos e lócus de

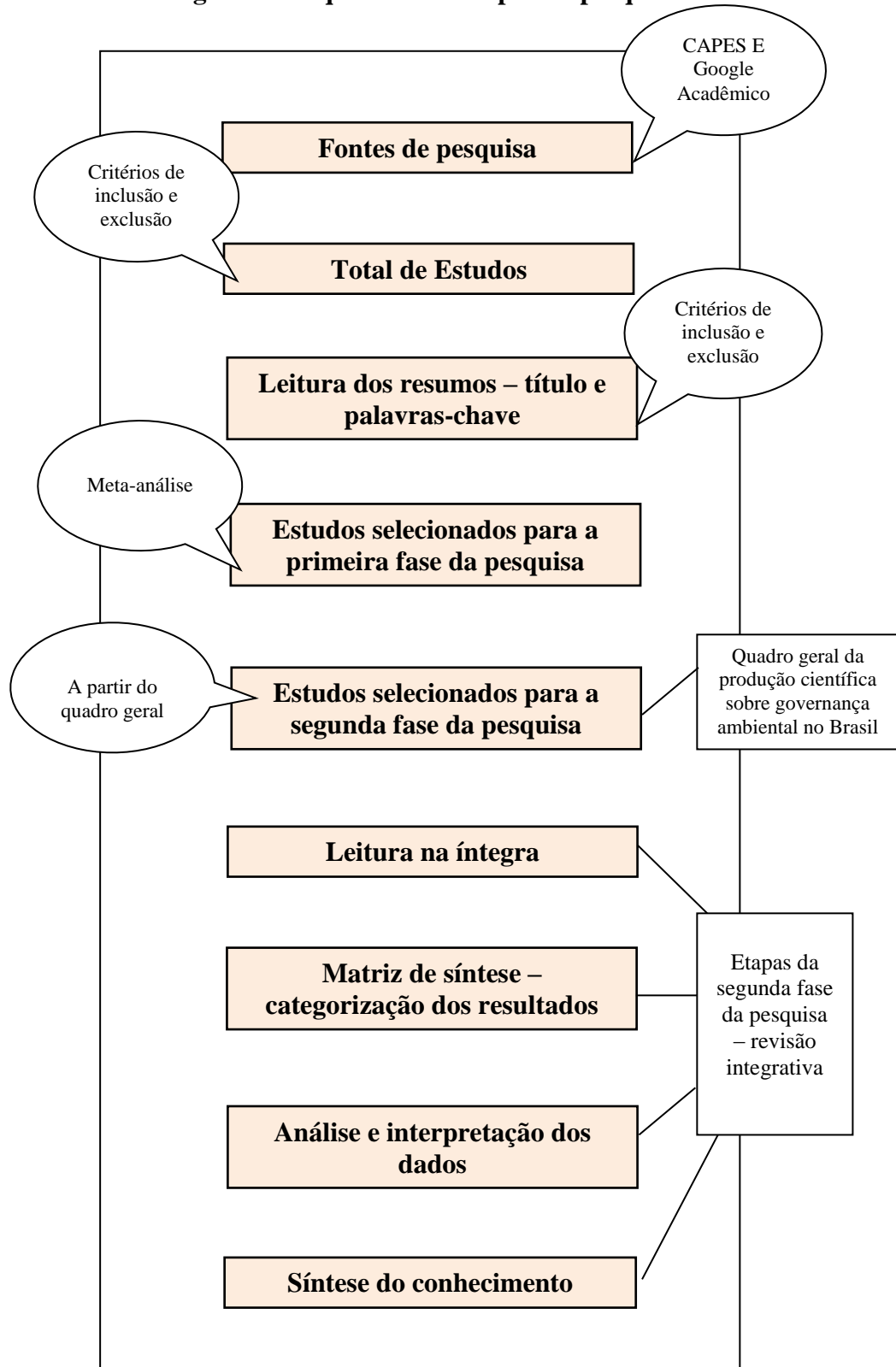
pesquisa, levantando ainda possíveis lacunas de conhecimentos porventura existentes, possibilitando pautas para futuras pesquisas.

3ª etapa: Apresentação da revisão e síntese do conhecimento

Finalizando a revisão integrativa e esta fase da pesquisa, foram novamente descritas todas as etapas percorridas neste estudo, bem como os principais resultados obtidos, evidenciando a contribuição ao longo do tempo para a construção do conhecimento acerca de governança ambiental.

Corroborando Botelho *et al.* (2011), a utilização deste método de pesquisa, de revisão sistemática do tipo integrativa, auxilia a produção de trabalhos de grade relevância, uma vez que produz impactos devido à utilização de metodologia advinda de outras ciências incorporada ao campo organizacional, proporcionando acúmulo de conhecimento sobre a temática pesquisada, traçando um panorama sobre a produção científica, de forma a conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, visualizar possíveis oportunidades de pesquisa. Na figura 4 é apresentada a sequência das etapas da revisão integrativa realizada nesta pesquisa.

Figura 4 - Sequência das etapas da pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora.

4 RESULTADOS

Este tópico trata dos dados gerais da pesquisa, os resultados, análise e discussão dos mesmos.

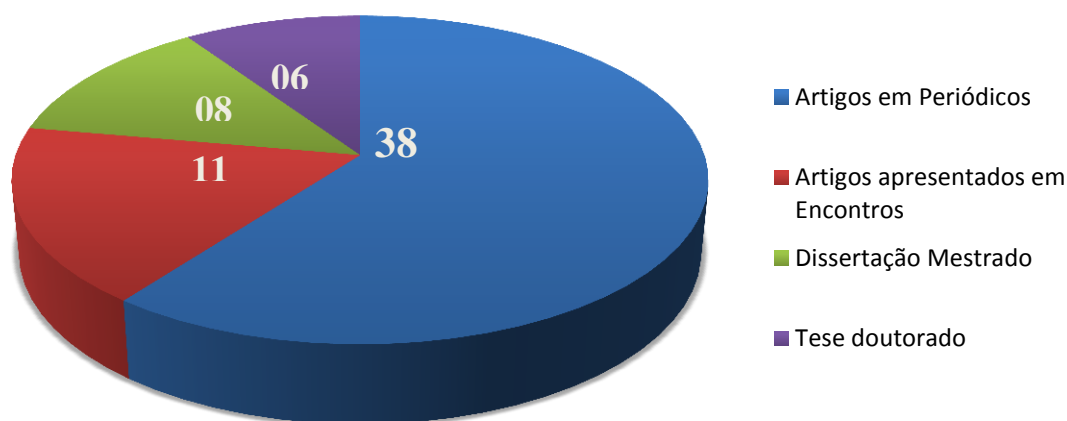
4.1 Características Gerais da Produção Científica sobre Governança Ambiental

Todos os trabalhos selecionados possuem as palavras governança e ambiental no título, não necessariamente formando uma expressão, mas sempre compondo o contexto que remete à ideia de governança ambiental, seja “governança ambiental global”, ou “governança e dimensão ambiental”, ou mesmo “governança transacional ambiental”, etc.

4.1.1 Tipo de Trabalho

No conjunto de trabalhos analisados predomina trabalhos do tipo artigo publicado em periódico. Os trabalhos foram classificados por tipo como ilustrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Tipos de Trabalho



Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a FAPESP (2010), indicadores bibliométricos quantitativos são elaborados especialmente a partir de artigos de periódicos científicos, o que referenda a amostra em termos de representatividade da produção brasileira sobre governança ambiental.

Segundo Souza e Ribeiro (2013), as pesquisas sobre desenvolvimento sustentável foram impulsionadas no Brasil somente na década de 1990, em virtude das discussões e preocupações com a preservação do meio ambiente e com as condições sociais e econômicas da sociedade. Com efeito, os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade foram estudados e questionados por diversos autores, passando a ser de interesse de múltiplas disciplinas, disseminando diversas contribuições relacionadas ao seu campo de estudo (MUNCK *et al.*, 2012). Assim, as temáticas emergiram trazendo consigo uma diversidade de conceitos e abordagens distintas, sendo uma das causas para o aumento da quantidade de pesquisas acadêmicas e eventos que incentivaram sua discussão.

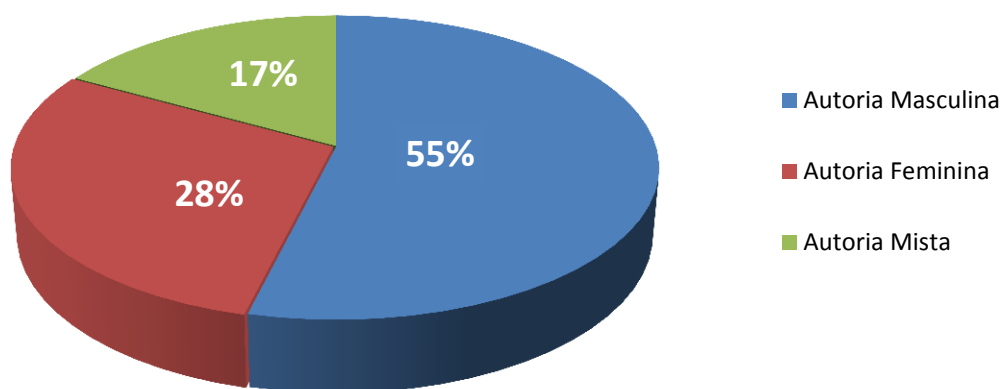
Quanto ao tema governança ambiental, sendo um tema recentemente explorado, cujas pesquisas e publicações são ainda incipientes no Brasil, não há consenso sobre os aspectos envolvidos em suas discussões, fazendo surgir grande interesse entre múltiplas disciplinas pelo estudo do assunto. Desta forma, observa-se o predomínio de publicações do tipo artigos em periódicos e artigos apresentados em encontros, não adstritos apenas a temas relacionados ao meio ambiente, mas também da área do direito, economia e tecnologia da informação.

4.1.2 Identificação de autoria e co-autoria e instituição declarada de autoria

Foram identificados ao todo 94 autores e co-autores no conjunto da produção analisada.

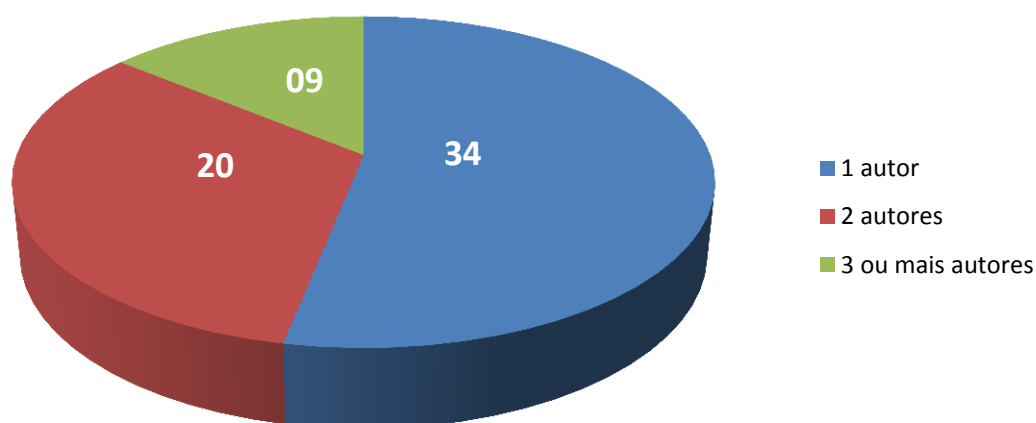
Na opinião de Melo e Oliveira (2006), os estudos que avaliam e monitoram a produção científica não tem sido sensível à temática de gênero e acabam por ignorar que homens e mulheres têm trajetórias diferenciadas, sendo necessário conhecer os dados por sexo das situações analisadas para compreender o papel de cada um no mundo científico e tecnológico e aumentar a visibilidade feminina no sistema científico.

Em relação a gênero da produção sobre governança ambiental no Brasil, constata-se no conjunto de trabalhos analisados que prevalece autoria masculina, conforme ilustrado no gráfico 2, evidenciando desigualdades de gênero na produção acadêmica sobre o tema.

Gráfico 2 - Gênero de Autoria

Fonte: dados da pesquisa

No que tange à frequência de autores por trabalho verifica-se, conforme dados do gráfico 3, que maioria dos estudos analisados sobre governança ambiental foi realizada e apresentada por um único autor, sendo minoria a ocorrência de trabalhos de autoria coletiva, identificando essa modalidade em apenas 09 trabalhos.

Gráfico 3 - Frequência de autores por trabalho

Fonte: dados da pesquisa

Estudos de co-autoria tem sido empregados para verificar diferenças entre colaborações acadêmicas e técnicas, características de colaboração em determinadas disciplinas ou colaboração entre pesquisadores de mesmas ou diferentes instituições ou países. Em estudo sobre co-autoria como redes de colaboração científica, Maia e Caregnato (2008) investigam características de colaboração entre professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Pelotas através das co-autorias dos artigos publicados em periódicos no período de 1991 a 2002. Para o propósito, as análises revelaram que os professores publicam mais artigos em autoria compartilhada do que individual. Diversamente à pesquisa retro citada, prevalecem para produções acerca de governança ambiental, publicações monográficas, isto é, de autoria única, revelando uma possível fragilidade quanto a redes de colaborações entre pesquisadores, que pode ser objeto de estudo específico, considerando a afirmação de que a exploração do tema governança ambiental é ainda incipiente no país.

4.1.3 Instituição declarada de autoria

Com relação à filiação acadêmica, foi feita classificação pelo vínculo declarado pelos autores no conjunto de trabalhos analisados. Na tabela 1 são listadas as instituições com as maiores participação da autoria, cuja frequência foi igual ou superior a 02.

Tabela 1 - Vinculação institucional dos autores.

Instituição	Frequência	%
Universidade de Brasília	07	9,86
Universidade de São Paulo	06	8,45
Universidade do Vale do Itajaí	04	5,63
Universidade Federal do Paraná	04	5,63
Universidade Federal do Rio de Janeiro	03	4,22
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	03	4,22
Universidade Estadual de Santa Catarina	02	2,82
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	02	2,82
Universidade de Campinas	02	2,82
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	02	2,82
Fundação Joaquim Nabuco	02	2,82
Universidade Federal da Bahia	02	2,82
Outras	32	45,07

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

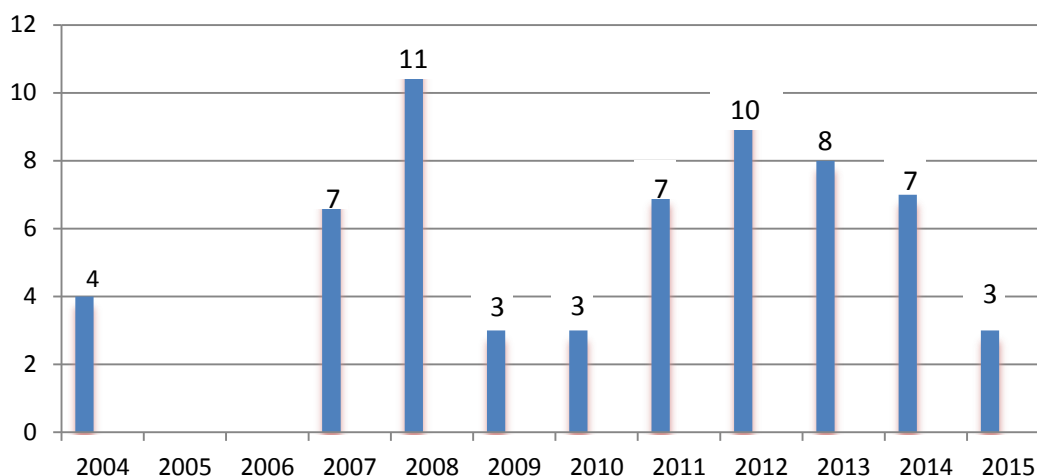
Foram citadas ao todo 71 instituições. Destas, 32 obtiveram uma única ocorrência no conjunto de trabalhos analisados, sendo 04 instituições estrangeiras e as demais brasileiras. Os dados revelam que poucas universidades tem grande representatividade na quantidade de produções sobre governança ambiental, havendo vínculos mais frequentes nas Universidades de Brasília (UNB) e de São Paulo (USP), o que pode estar relacionado ao baixo número de programas de pós-graduação com linha de pesquisa sobre a temática, coadunado à baixa exploração do tema no Brasil.

A UNB é a que mais contribui em quantidade com trabalhos sobre governança ambiental, provavelmente pelo fato de possuir uma unidade permanente de pesquisas voltadas para a área ambiental, o Centro de Desenvolvimento Sustentável, que tem como objetivo ser um espaço universitário de excelência, contribuindo para o diálogo entre saberes e estimulando o avanço do conhecimento sobre as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento.

A produção científica deixa o espaço da universidade e se incorpora no que se poderia chamar de debate público, por meio da publicação de livros, de artigos em revistas e periódicos especializados, bem como por via de apresentações de resultados de pesquisas e/ou de estudos em fóruns nacionais e internacionais, normalmente difundidos sob a forma de anais. Nesses termos, realizar o balanço da produção científica sobre determinado tema objetiva não apenas identificar o que as universidades produzem, ou como suas pesquisas vêm sendo realizadas, mas também como tal produção se propaga para fora de seus muros e auxilia no sentido de organizar as ideias, possibilitar avanços e promover orientações seguras para a aplicação prática de novas conexões (JUNQUEIRA *et al.*, 2012).

4.1.4 Ano de publicação e evolução quantitativa ao longo do tempo

No tocante ao crescimento quantitativo da produção no tempo, conforme gráfico 4, um achado importante é o fato de que os repositórios disponíveis no Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES não apresentaram nenhum trabalho concernente à governança ambiental publicado antes do ano de 2003, apesar de ter sido constatado crescimento mundial do tema nos últimos 25 anos.

Gráfico 4 - Produção científica sobre governança ambiental no Brasil

Fonte: dados da pesquisa.

Na opinião de Junqueira *et al.* (2012), a concentração da produção científica sobre questões ambientais em periódicos a partir do ano de 2000 pode ser justificada em virtude da ampliação dos debates no fim dos anos 90 no tocante a importantes acordos mundiais.

É possível também identificar o interesse de atores ligados à esfera pública, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelando a importância dos fatores de governança no tocante à problemática ambiental.

Nota-se que há inconstância quanto ao número de publicações acerca de governança ambiental no Brasil.

A análise temporal de publicações sobre o assunto revela que o interesse pela temática ambiental apresenta momentos de pico coincidentes com eventos que discutiram acordos mundiais sobre o comportamento humano com o meio ambiente, tais como Rio+15 e Rio+20, realizados em 2007 e 2012, respectivamente (LUNA *et al.*, 2013), repercutindo também no ano subsequente, atingindo não apenas os veículos de comunicação em massa como também periódicos científicos (Souza e Ribeiro, 2013). Isto parece explicar que maior número de publicações ocorrem nos anos de 2008 e 2012, com 11 e 10 trabalhos, respectivamente.

A ausência de publicações destacadas nas bases de dados pesquisadas durante os anos de 2005 e 2006 ocorreu em razão de as poucas publicações identificadas tratarem-se de livros, o que não se enquadra no foco desta pesquisa, bem como de artigos não disponíveis para acesso eletrônico, como é o caso dos artigos: “Governança Ambiental no Brasil: um

panorama ecológico-econômico”, de 2006, e “As regras do jogo e o jogo das regras: movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial no Vale do Ribeira”, de 2005, citados como exemplo.

Ademais, o reduzido número de publicações nas bases de dados investigadas pode se justificar, entre outros, pela redução do desmatamento no Brasil nos anos de 2005-2006 em torno de 20% (MOTA *et al.*, 2008), indicando que o tema revela menor importância no mundo acadêmico em momentos nos quais as políticas de proteção ao meio ambiente promovem efeitos positivos junto ao meio ambiente.

Por se tratar de um tema que está sendo incorporado e explorado por diversas áreas de conhecimento, sendo de forma geral incipiente no Brasil, é compreensível a instabilidade quanto à quantidade de publicações por exercício. O aumento da produção em período mais recente pode ser atribuído ao incremento de programas de pós-graduação, do número de pós-graduandos e titulados, e da melhor qualificação do corpo docente das universidades (FAPESP, 2005; 2010).

4.1.5 Veículo de publicação

No que se refere ao veículo de publicação das pesquisas analisadas, constata-se o predomínio de publicações em revistas e eventos, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de publicações por veículo

Veículo	Quantidade	%
Universidades	17	26,98
Institutos de pesquisa e Fundações	05	07,94
Encontros, Congressos e Simpósios	11	17,46
Periódicos	30	47,62

Fonte: dados da pesquisa.

Constata-se o predomínio de publicações em periódicos do tipo revista, com destaque para Revista Iberoamericana de Economia e Ecologia, Revista Ambiente & Sociedade, Revista de Direito Internacional e Revista do curso de Direito da FGS, as quais apresentaram duas publicações cada. Foram localizados dois artigos na rede social destinada a cientistas nominada *ResearchGate*, uma ferramenta voltada para a integração entre pesquisadores de todo o mundo. Os artigos identificados nessa rede social (“Governança Ambiental além do *Homus Economicus*” e “O papel da sociedade na efetividade da Governança Ambiental”) talvez por terem sido publicados no ano de 2015 não tenham sido publicados em revistas ou

submetidos a eventos, mas pelo histórico dos autores e as características da rede social foram acrescidos nas estatísticas de artigos publicados em periódicos.

No quadro 4 são listados os periódicos, eventos e instituições associadas às publicações analisadas.

Quadro 4 - Distribuição das publicações por Periódico, Evento e Instituição.

Evento ou Periódico	Quant.	Evento ou Periódico	Quant.
Revista Sociedade e Estado	01	Revista Ciências Sociais Unisinos	01
Revista Iberoamericana de Economia e Ecologia	02	Revista Veredas do direito	01
Revista Organizações e Sociedade	01	Revista Chão urbano (<i>online</i>)	01
Revista Acta Amazônica	01	FOCO: Revista Administração e Recursos Humanos da Faculdade Novo Milênio	01
Revista Ambiente & Sociedade	02	Revista do curso de Direito da FSG	02
Estudos, Sociedade e Agricultura	01	Revista de Ciência da Administração	01
Revista Ciência & Saúde Coletiva	01	nanotecnologiapangea ambiental	01
Revista Contexto Internacional	01	IV CODS Desenvolvimento e Sustentabilidade	01
Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente	01	II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais	01
Revista Tecnologia e Sociedade	01	VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica	01
Revista de Direito Internacional	02	XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais	01
Revista Relações Internacionais	01	X Reunião Científica do Instituto de Pesca	01
Revista de Sociologia e Política	01	Encontro Nacional ANNPAS	01
Revista CientiaStudia	01	XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional	01
Revista Pós Ciência e Sociedade	01	EnANPAD	01
Revista Caderno de Estudos Sociais	01	IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa Intercom	01
Revista Unicuritiba	01	XVII Congresso Nacional do CONPEDI	01
ResearchGate.net	02	VII Encontro Nacional da ECOECO	01
Instituição	Quant.	Instituição	Quant.
Universidade de Brasília – UNB	01	Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR	01
FEA-USP	01	Universidade de Brasília, departamento de Economia	01
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	01	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01
Universidade Estadual Paulista	01	Universidade Católica de Santos	01
Universidade Federal do Pará Novos Cadernos NAEA	01	Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR	01
Unicamp/SP	01	Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul	01
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas UFRJ	01	Boletim do Instituto Pesca	01
Universidade de São Paulo – Procam/USP	01	Boletim Regional IPEA	01
Universidade do minho instituto de ciências sociais	01	Brasil em movimento 2014 volume 2 – IPEA	01
Universidade de São Paulo	01	Fundação Getúlio Vargas Escola de Economia	01
Escola Superior Dom Helder Câmara	01	Cadernos EBAPE.BR FGV	01

Fonte: dados da pesquisa

Foram identificados 05 artigos na disciplina do direito, presentes na Revista de Direito Internacional, Revista do curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG) e Revista Veredas do Direito, evidenciando a importância do tema governança ambiental para a disciplina, abordando a temática ambiental sob um prisma de perspectivas jurídicas voltadas para a proteção do meio ambiente. Nesse aspecto, as repercussões mundiais que contornam a crise ambiental requerem dos profissionais da área jurídica uma análise integral do fenômeno, buscando um modelo conjunto de ação planetária para o enfrentamento das demandas atuais e futuras, o que justifica a relevância das questões ambientais para o enfoque jurídico e legal.

Moura (2009) destaca que, dentre os instrumentos descritos na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), o licenciamento ambiental ocupa lugar de destaque, complementando a proposta de conceituação para governança ambiental trazida por Leis (2000) a qual compreende um “[...] arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico [...]”, sendo de grande valor analisar a repercussão dessas políticas de governança sobre o agir humano no meio ambiente.

Em sua maioria, os veículos de publicação dos trabalhos que versam sobre governança ambiental no Brasil demonstram que o papel das instituições de pesquisa é ainda embrionário, dado a identificação de um único trabalho publicado em cada uma das instituições elencadas no Quadro 4 sobre o tema em estudo. Segundo a FAPESP (2010), a análise da produção científica pode também ser realizada em microescala, ou seja, analisando o papel de uma instituição ou de um grupo de pesquisa para determinado tema. No entanto, diante da constatação da pequena representatividade da produção acadêmica por instituição é importante que os estudos acerca de governança ambiental sejam incentivados, por meio de investimentos em pesquisas, e valorização profissional, proporcionando assim a realização de novas pesquisas sobre produção científica.

4.1.6 Métodos e estratégias de pesquisa

Em sentido amplo, para Richardson (1989, p. 29) “[...] método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos.”. Desta forma, todo trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com as normas que acompanham cada método. As duas estratégias de pesquisa, em termos de aplicabilidade, quanto à forma de abordagem do problema, podem ser chamadas de qualitativas e

quantitativas. Os métodos qualitativos empregam várias concepções filosóficas, estratégias de investigação e métodos de coleta de dados, análise e interpretação conforme observa Creswell (2010), onde o pesquisador considera existir uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser quantificável (SIENA, 2007). Este método difere, em princípio, do quantitativo, à medida que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias (RICHARDSON, 1989).

Para Minayo (1994), as relações entre abordagens qualitativas e quantitativas demonstram que as duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto, compondo o método misto de pesquisa.

Com relação ao conjunto da produção analisada, realizou-se levantamento quanto à ocorrência dos métodos de pesquisa quantitativos, qualitativos e mistos, apresentados no quadro 5.

Quadro 5 - Métodos de pesquisa adotados.

Método de Pesquisa	Quantidade de publicações
Qualitativo	56
Quantitativo	03
Misto	04

Fonte: dados da pesquisa

O predomínio quanto ao método qualitativo de pesquisa justifica-se pelo uso de fontes teóricas de informação como base dos estudos, onde os pesquisadores empreendem esforços em descrever o fenômeno “governança ambiental” a partir de acordos ambientais internacionais, convenções sobre mudanças climáticas, conferências e planos globais de ações ambientais. Diante disso, observou-se que grande parte dos autores navegam pelo tema tentando descrever um fenômeno a partir de teorias já existentes, de leis, conceitos preestabelecidos e estruturas dos sistemas de governança.

O método de pesquisa quantitativo foi menos recorrente, indicando que poucos estudos empregam formas de quantificação tanto nas modalidades de coletas de dados quanto no tratamento das mesmas utilizando técnica estatística (SIENA, 2012). Uma justificativa para essa constatação pode estar no fato de governança ambiental ser um assunto ainda pouco explorado de maneira geral, tratando-se de uma área nova do conhecimento, de modo que os pesquisadores buscam ainda compreender o tema a apropriá-lo a diferentes abordagens e disciplinas utilizando o método de pesquisa qualitativo.

O método misto de pesquisa apresentou frequência de pouco mais de 6% do conjunto de trabalhos, predominando pesquisas do tipo exploratórias (aquelas que permitem obter

maior familiaridade com o problema) em estudos de caso (possibilita o conhecimento amplo e detalhado do objeto) que abordam estratégias quantitativas e qualitativas para realização da pesquisa.

No tocante às estratégias de pesquisa, utiliza-se aqui o termo para definir o conjunto de concepções, práticas e habilidades que um pesquisador emprega para movimentar-se do paradigma ao mundo empírico (DENZIN; LINCOLN, 1994), como por exemplo: estudo de caso; pesquisa etnográfica; bibliográfica; historiográfica; pesquisa-ação, entre outras.

No conjunto de trabalhos analisados, verificou-se a ocorrência das seguintes estratégias de pesquisa, com a respectiva frequência, conforme apresentado no quadro 6.

Quadro 6 - Estratégias de pesquisa

Estratégias de Pesquisa	Frequência identificada
Revisão Narrativa	35
Estudo de Caso	23
Documental	02
Levantamento ou Enquete (<i>Survey</i>)	02
Análise de Conteúdo	01

Fonte: dados da pesquisa.

Predomina pesquisas do tipo exploratórias, assumindo formas de revisão narrativa (pesquisa bibliográfica), com o propósito de obter maior familiaridade com o tema e torná-lo explícito (SIENA, 2007), proporcionando uma visão geral do assunto, bem como maior precisão da pesquisa. Isso se deve ao fato do tema governança ambiental tratar-se de um assunto ainda pouco conhecido entre os pesquisadores, motivo pelo qual são abordados assuntos atinentes à análise e compreensão da história, dos conceitos, teorias e práticas de questões ambientais como no estudo de Matsunaga (2009); aplicação das regras de governança às problemáticas relacionadas ao meio ambiente, objeto de estudo na pesquisa de Cavalcanti (2004); integração de políticas ambientais pesquisada por Fatorelli e Mertens (2010) e ainda pesquisa sobre atores envolvidos no processo de governança ambiental, trazida por Lorenzetti e Carrion (2012).

Há casos de pesquisas descritivas, cujo objetivo foi identificar características do fenômeno governança ambiental, estabelecendo relação com algumas variáveis (SIENA, 2007). Nessas pesquisas foram identificados métodos de coleta de dados do tipo questionário e observação, com vistas a adquirir os conhecimentos necessários à compreensão do tema em estudo sem, no entanto, adentrar no mérito de seu conteúdo, por se tratarem de métodos mais providos de objetividade do que subjetividade. De fato, dimensionar os riscos da intervenção

humana e comprovar cientificamente que a ação do homem é responsável pelas alterações percebidas no meio ambiente não é tarefa fácil (MOURA, 2009), o que justifica a necessidade de aumentar a adoção de métodos quantitativos para compreender o fenômeno da governança ambiental.

Nas pesquisas do tipo exploratórias houve predomínio de discussão conceitual, a partir de revisão bibliográfica em um contexto histórico não apenas sobre governança ambiental, mas também da base conceitual subjacente aos problemas ambientais (LORENZETTI; CARRION, 2012).

O trabalho intitulado “Trajetória da governança ambiental” é um modelo que ilustra bem a técnica predominante entre os pesquisadores que abordam o tema governança ambiental, pois traz em sua essência um histórico dos acordos internacionais mais emblemáticos que propunham articular uma proposta de política ambiental global (MOTA *et al.*, 2008).

Outros trazem discussão de assuntos que demandam estruturas de governança para questões ambientais tais como mudanças climáticas, aumento do buraco na camada de ozônio, tecnologias produtivas e uso do solo, entre tantas outras que demandaram esforços para eventos de magnitude global, citando a Conferência de Estocolmo em 1972 como exemplo.

Em menor grau ocorreram pesquisas que adotaram estratégias do tipo documental e *survey*. Identificou-se apenas 01 trabalho (ANDRADE, 2009) que utilizou a estratégia de pesquisa denominada análise de conteúdo, a partir de literatura acadêmica e relatórios institucionais.

4.1.7 Dados das citações: autor, obra, ano de publicação, tipo de obra e origem da autoria.

Esta análise foi realizada com o propósito de identificar os trabalhos que mais influenciam as pesquisas sobre governança ambiental no Brasil. A fim de localizar essa produção, foi realizada catalogação de todas as referências do conjunto de trabalhos submetidos a presente meta-análise. Em seguida, foi feita filtragem no *software* Excel para fins de localização dos 10 trabalhos mais referenciados dentre todas as referências catalogadas.

É relevante destacar que para fins de condução do processo de escolha dos trabalhos mais citados, levou-se em consideração a pertinência temática e o propósito desta pesquisa. Isso implica não prestigiar as citações e referências que tratam de assuntos metodológicos ou

literatura de base das matérias como administração geral, ciências contábeis ou biológicas, por exemplo, que exploram o tema “governança ambiental” em suas pesquisas. Das 63 obras analisadas nesta meta-análise, foram identificados 2875 registros de citações referenciadas nas pesquisas.

No quadro 7 é apresentada a relação dos dez autores e obras mais referenciados no conjunto da produção sobre governança ambiental no Brasil.

Quadro 7 - Obras mais referenciadas sobre governança ambiental no Brasil.

Nº	Autoria	Título da Obra ou trabalho	Ano de publicação	Tipo de obra	Origem da autoria	Quantidade Trabalhos
1	Clóvis Cavalcanti	Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil	2004	Artigo	Universidade Federal de Pernambuco	07
2	Paulo de Bessa Antunes	Direito Ambiental	2000	Livro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	07
3	Igor Ferraz da Fonseca; Marcel Bursztyn	A Banalização da Sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local	2009	Artigo	Universidade de Brasília	06
4	Alcindo Gonçalves	O conceito de governança	2006	Artigo	Universidade de São Paulo	06
5	Comissão sobre Governança Global	Nossa Comunidade Global – Relatório da Comissão sobre Governança Global	1995	Relatório	Fundação Getúlio Vargas	05
6	Ana Flávia Barros-Platau	Novos Atores, Governança Global e o Direito Internacional Ambiental	2004	Artigo	Universidade de Brasília	05
7	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	Nosso Futuro Comum	1987	Livro	Organização das Nações Unidas	05
8	Aspásia Camargo	Governança para o século 21	2003	Artigo	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	04
9	Eduardo Viola	A multi dimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995	1996	Artigo	Universidade de Brasília	04
10	Eli Diniz	Reforma do Estado e governança democrática: em direção à democracia sustentada	2003	Artigo	Universidade Federal do Rio de Janeiro	03

Fonte: elaborado pela autora.

Constatou-se apenas uma obra de origem estrangeira, intitulada “Nosso futuro comum”, originada a partir da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e presidida por Gro Harlem Brundtland. Esta obra também é a mais antiga no conjunto de obras mais referenciadas. Trata de um relatório de magnitude global que resultou em importante documento que representa um marco na história do desenvolvimento sustentável e da governança ambiental: o Relatório Brundtland, de 1987, a partir do qual o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser conhecido. O fato dessa obra ter sido traduzida por uma instituição brasileira, qual seja, Fundação Getúlio Vargas, pode indicar que o número de citações tenha sido bem superior ao apurado de cinco, conforme Quadro 7, uma vez que algumas pesquisas podem ter feito menção ao relatório original.

A obra apresenta um novo olhar sobre o desenvolvimento, reafirmando uma visão crítica do modelo adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo até então vigentes.

O trabalho mais citado entre a produção analisada foi o artigo de Clóvis Cavalcanti (2004), economista ecológico e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco. O autor enfatiza em sua pesquisa problemas atrelados à estrutura de governança ambiental no Brasil, afirmando que as falhas residem na sua implementação, uma vez que o núcleo do sistema político nacional persiste no seu apego quase fanático ao crescimento econômico, além de ser extremamente vulnerável aos poderosos lobbies que rondam a formulação de políticas públicas no país. O fato de ter sido a obra que mais repercutiu junto aos pesquisadores indica que há identificação com grande parte dos estudos desenvolvidos sobre governança ambiental, onde predomina o apontamento de fragilidades na política de governança adotada pelo Brasil.

A obra de Paulo de Bessa Antunes (2000) foi o livro mais referenciado, mostrando que a disciplina do direito tem destaque junto ao tema em estudo, preocupando-se com o meio ambiente e o arcabouço de legislação e normas que o circundam. Sua preocupação fundamental é organizar a forma pela qual a sociedade se utiliza dos recursos ambientais, estabelecendo métodos, critérios, proibições e permissões, definindo o que pode e o que não pode ser apropriado economicamente no que tange às questões ambientais.

O artigo de Fonseca Bursztyn (2009) é referência aos que exploram governança ambiental no Brasil, pois demonstra como os quesitos considerados necessários para uma boa governança são produzidos e reproduzidos ao longo do tempo, tendo em vista a distância entre o discurso e a prática no tratamento da questão ambiental.

Gonçalves (2006) fala sobre o surgimento da expressão “*governance*” trazida pelo Banco Mundial em seu documento *Governance and Development*, de 1992, citando também a distinção entre governança e governabilidade, seus campos de uso e a relação entre governança e globalização. Identifica diversas abordagens que norteiam a compreensão do termo, sendo importante fonte de consulta e balizadora para pesquisadores que empreendem estudos na área de governança, trazendo conceitos de base para a compreensão de como a esfera governamental se insere nos assuntos relacionados ao meio ambiente. Para o autor, o conceito de governança deve ser formulado a partir do contexto em que é aplicado, podendo ser classificada, de modo genérico, como o conjunto de meios e processos utilizados para produzir resultados eficazes.

Foi identificado entre as obras mais referenciadas pela produção nacional sobre governança ambiental o relatório intitulado “Nossa Comunidade Global – Relatório da Comissão sobre Governança Global” elaborado pela Comissão sobre Governança Global, um grupo independente constituído por 28 líderes e pensadores de diversas nacionalidades. O relatório discute as bases para uma nova sociedade, refletindo sobre uma nova organização do mundo centrado nas pessoas.

O direito internacional ambiental se destaca na obra de Platiau (2004), professora do Departamento de Relações Internacionais da UNB, demonstrando o problema da capacidade jurídica de atores internacionais não-estatais que se organizam progressivamente no cenário internacional. Essa abordagem se insere no plano nacional para considerar a inclusão de novos atores no processo de governança ambiental, antes delegado apenas à esfera pública.

Governança para o século 21 (CAMARGO, 2003) traz um retrospecto histórico dos eventos marcantes e da construção institucional de governança global, enfatizando a nova parceria entre o governo e a sociedade. Na opinião da autora, imaginar e experimentar um modelo integrado de desenvolvimento que seja a grande síntese de utopias fabricadas no século 20 com as realidades e oportunidades que se descortinam no limiar do século 21.

Viola (1996) é autor do artigo intitulado “A multi dimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995”. Também professor do Departamento de Relações Internacionais da UNB, o autor destaca que o sistema global-transnacional-bifurcado é simultaneamente Estado-cêntrico e

multicêntrico (alta diversidade de atores-forças sociais, como corporações transnacionais, organizações não-governamentais, organizações intergovernamentais, comunidades epistêmicas e mídia-formadores de opinião)".

A obra intitulada “Reforma do Estado e governança democrática: em direção à democracia sustentada”, é de origem nacional com veículo de publicação estrangeiro, apresentada no Seminário Internacional sobre democracia, governança e bem estar das sociedades globais, realizado em Barcelona, em 2003. No entanto, possui autoria brasileira da autora Eli Diniz.

As demais obras listadas no quadro 7 referem-se a estudos de origem nacional, realizados por pesquisadores pertencentes em sua grande maioria a instituições públicas, predominando a Universidade de Brasília.

Destacam-se duas obras, entre as mais recentes, que foram também indicadas no quadro geral da produção sobre governança ambiental no Brasil entre as mais citadas, que são os estudos elaborados por Fonseca e Bursztyn (2009) e Cavalcanti (2004).

Em sede de conclusão desta meta-análise, a análise das referências pode ser vista como fator preponderante para continuidade das pesquisas, pois aponta os autores mais citados em determinado tema, contribuindo e proporcionando um direcionamento para pesquisadores experientes e, principalmente, para os iniciantes, influenciando, de maneira direta, o crescimento de futuros estudos sobre o tema governança ambiental e corroborando *a posteriori* na disseminação e fomento do assunto investigado (Souza e Ribeiro, 2013).

4.2 Revisão Sistemática Integrativa

Finalizada a meta-análise, foi possível dar início à segunda fase da pesquisa, que consistiu na integração dos resultados dos estudos selecionados para essa fase, a fim de identificar os conceitos, abordagens, teorias de base, focos e lócus de pesquisa sobre tema governança ambiental na produção analisada.

Os trabalhos selecionados para esta análise foram aqueles extraídos do quadro geral da produção científica sobre governança ambiental no Brasil que obtiveram o mínimo de três citações pelo Google Acadêmico, totalizando 15 trabalhos conforme quadro 8.

Quadro 8 - Trabalhos selecionados para revisão integrativa.

Nº	Título do Trabalho	Autoria e Co-autoria	Nº Citações
01	A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local	Igor Ferraz da Fonseca Marcel Bursztyn	29
02	Economia e ecologia: problemas da governança ambiental no Brasil	Clóvis Cavalcanti	27
03	Mudança climática, Protocolo de Kyoto e mercado de créditos de carbono: desafios à governança ambiental global	José Célio Silveira Andrade Paulo Costa	12
04	Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia	Frédéric Mertens; Renata Távora; Igor Ferraz da Fonseca; Raquel Grando; Mauro Castro; Kátia Demeda	10
05	Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil	Leandra Fatorelli; Frédéric Mertens	9
06	Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo	Rodrigo Constante Martins	9
07	Trajetória da governança ambiental	José Aroudo Mota; Jefferson Lorencini Gazoni; José Maria Reganhan; Marcelo Teixeira da Silveira; Geraldo Sandoval Góes	9
08	Governança ambiental e economia verde	Pedro Roberto Jacobi; Paulo Antônio de Almeida Sinisgalli	7
09	Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a Moratória da Soja na Amazônia	Fátima Cristina Cardoso	7
10	Participação do Setor Privado na Governança Ambiental Global: Evolução, Contribuições e Obstáculos	José Célio Silveira Andrade	5
11	Governança ambiental global: atores e cenários	Julia Vaz Lorenzetti; Rosinha Machado Carrion	4
12	Gestão da Sustentabilidade: Risco ambiental e Conflito, Governança e Cooperação	Icaro Cunha; Luciano Prates Junqueira	3
13	Aspectos da Governança Ambiental no complexo regional centro-sul, segundo grau de urbanização	Sônia Maria MC de Oliveira; Frederico Cavadas Barcellos; Aristides Pereira Lima Green	3
14	Mudança climática fora do cotidiano: análise da cobertura de dois jornais num panorama de fragilidade da governança ambiental	Cláudia Viegas	3
15	Ambiente institucional da compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei Federal 9.985/2000: Da necessidade de governança regulatória	Ana Lucia Camphora Pacheco	3

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

As informações colhidas foram catalogadas de acordo com o tema, a base pesquisada, nome dos autores, ano de publicação, método da pesquisa, local e objetivos, conceitos, focos de lócus de pesquisa.

Dos trabalhos que compõem o conjunto da amostra analisada nesta revisão integrativa 12 são artigos publicados em periódicos, 02 dissertação de mestrado e 01 tese de doutorado.

4.2.1 Áreas de Conhecimento, questões abordadas e Lócus de pesquisa

Por meio da análise do quadro geral da produção acadêmica sobre governança ambiental no Brasil, identificou-se que diversas áreas de conhecimento exploram governança ambiental, produzindo cientificamente estudos que versam sobre o tema, haja vista tratar-se de assunto que desperta interesse em diferentes disciplinas.

Segundo Andrade (2008), a questão ambiental, de maneira global, vem sendo discutida pela diplomacia internacional há mais de quatro décadas, desde a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, em 1972. Desta forma, a preocupação com o uso eficiente de recursos; a garantia do desenvolvimento econômico; inclusão de múltiplos atores estatais e não-estatais no processo de governança; os instrumentos de política e normas que regulam o processo de proteção do meio ambiente, entre outros assuntos relacionados às questões ambientais tornaram o debate sobre governança ambiental objeto de interesse junto a diversas áreas de conhecimento.

Em meio ao contexto econômico-global que se apresenta, o termo governança ambiental ganha relevo tanto no campo acadêmico quanto em debates e ações públicas que envolvem diferentes processos e segmentos sociais.

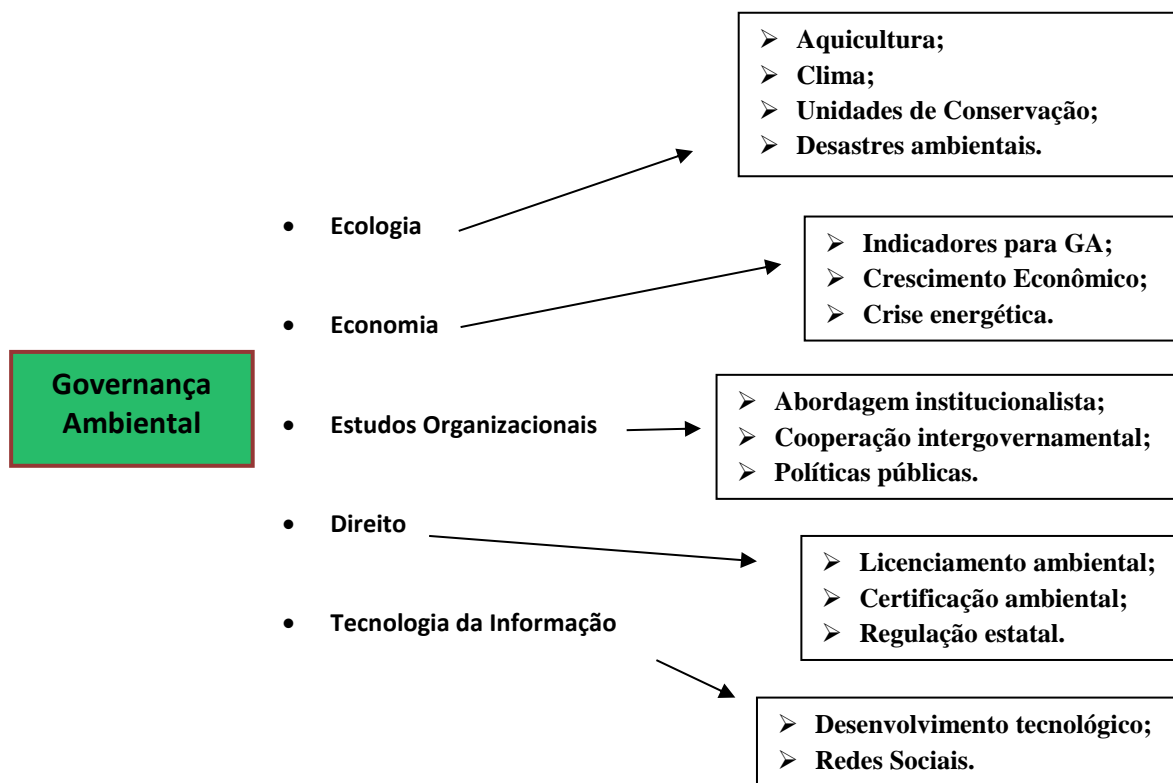
Câmara (2013, p.126) afirma que:

A governança atua fortemente nos temas ambientais mais destacados no contexto nacional e internacional (tais como aquecimento global, buraco na camada de ozônio, perda da biodiversidade, escassez de água, comércio internacional e meio ambiente, padrões de consumo, mudanças tecnológicas e estratégias empresariais na busca do desenvolvimento sustentável), resultando em modelos de articulação institucional que propiciam a gestão ambiental do desenvolvimento.

Nessa senda, o aumento da visibilidade quanto ao enfrentamento de problemas ambientais gerou uma proliferação de trabalhos acerca de governança ambiental (ANDRADE, 2008). Assim, a governança é inserida em discussões que permeiam a questão ambiental, dentro de contexto específico em determinada área de conhecimento.

A figura 5 ilustra a correlação entre a temática central, as áreas de conhecimento que o exploram bem como os assuntos específicos tratados nas pesquisas que compõem o conjunto de trabalhos analisados.

Figura 5 - Áreas de conhecimento que abordam governança ambiental no Brasil.



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Constata-se o predomínio das disciplinas de ecologia, economia, estudos organizacionais, direito e tecnologia da informação, as quais abordam o tema governança ambiental dentro de determinado foco, que varia desde clima e aquicultura até redes sociais, políticas públicas e indicadores para governança ambiental.

Segundo Câmara (2013), no que concerne a questões ambientais, a governança atua tanto em temas mais destacados no contexto nacional quanto no internacional (tais como aquecimento global, buraco na camada de ozônio, perda da biodiversidade, escassez de água, comércio internacional e meio ambiente, padrões de consumo, mudanças tecnológicas e estratégias empresariais na busca do desenvolvimento sustentável), resultando em modelos de articulação institucional que propiciam a gestão ambiental do desenvolvimento.

Cada área de conhecimento que explora o tema governança ambiental, ao selecionar o assunto específico a ser objeto de estudo (ou lócus de pesquisa), aborda questões a serem desvendadas durante a pesquisa que denotam a preocupação com os desafios acerca das problemáticas ambientais.

No que se refere ao conjunto de trabalhos analisados, no tocante às questões abordadas nas pesquisas sobre governança ambiental, constam no quadro 9 as informações encontradas.

Quadro 9 - Áreas de conhecimento e questões abordadas.

Área de Conhecimento	Questões abordadas
Ecologia	<ul style="list-style-type: none"> - Desafios enfrentados pela governança ambiental global devido às mudanças climáticas a partir da discussão sobre o Protocolo de Kyoto e o mercado internacional de créditos de carbono; - a evolução das negociações sobre mudança climática e a arquitetura do Protocolo de Kyoto; - incerteza nos procedimentos compensatórios que visam à reposição das perdas de diversidade biológica, decorrentes dos impactos de projetos de desenvolvimento, conduzidas em distintos cenários internacionais.
Economia	<ul style="list-style-type: none"> - Que tipo de sustentabilidade está por trás da economia verde, a sua aplicabilidade e o que deva ser priorizada na discussão de governança ambiental; - De que forma se distribuem as responsabilidades de política ambiental no Brasil, procurando mostrar que uma governança ótima requer consciência coletiva dos impactos ambientais da tomada de decisões em matéria econômica; - as características do mercado de créditos de carbono e a participação brasileira nesse mercado; - por que a agroindústria da soja saiu de uma posição reativa em relação aos seus impactos socioambientais e tomou a iniciativa no sentido de reduzir sua influência no desmatamento da Amazônia?
Estudos Organizacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Mapear o capital social de atores envolvidos em processos de governança ambiental na Amazônia brasileira; - analisar as relações entre o capital social e os processos de governança ambiental; - Em que medida a estrutura criada sob a égide da ONU viabiliza a expressão democrática dos diferentes interesses envolvidos; - participação dos atores corporativos nos processos de governança ambiental global; - Riscos ambientais e seu gerenciamento por parte das empresas.
Direito	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de políticas ambientais e processo decisório; - contexto legal e institucional da governança ambiental no Brasil; - se o instrumento de Licenciamento Ambiental Rural é eficaz para diminuição do desmatamento em áreas de Assentamento do INCRA; - papel da integração de políticas públicas setoriais (meio ambiente e agricultura) para a governança ambiental e desenvolvimento sustentável.
Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - avaliação do padrão de conectividade em municípios com análise dos aspectos estruturais da rede de diálogo para construir indicadores de capital social de ligação.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se que as discussões são apropriadas de diferentes maneiras pelas mais diversas áreas do saber. Nesse contexto, os problemas ambientais decorrentes do processo de industrialização, ocupação territorial, desmatamento, degradação da terra entre outras ações que colocam o homem diretamente ligado aos danos causados ao meio ambiente têm sido, nas últimas décadas, pauta de diversas discussões em âmbito global (MOURA, 2009).

No tocante à disciplina do direito, nota-se o enfoque no tema central da proteção ambiental e o contexto de normatização e regulação, dividido em subtemas como: direito

ambiental na constituição federal de 1988; educação ambiental; política nacional do meio ambiente; licenciamento ambiental e conceito e marco legal em audiências públicas (AVANCI; COLOMBRINO, 2014).

Fatorelli e Mertens (2011) discutem o instrumento de licenciamento ambiental como uma das políticas ambientais dentre muitas outras que podem ter impacto direto sobre a preservação do meio ambiente, na dinâmica de uso e ocupação do solo e no padrão e dinâmicas dos setores produtivos. No entanto, para os autores políticas ambientais não são suficientes para o estabelecimento e desenvolvimento da sustentabilidade, uma vez que esta incorpora não somente aspectos ambientais, mas sociais, culturais, econômicos, políticos e de saúde.

No trabalho intitulado “Economia e ecologia: problemas da governança ambiental”, Cavalcanti (2004) contempla as áreas de conhecimento de direito, economia e ecologia ao discorrer sobre o crescimento econômico e responsabilidades de política ambiental no Brasil, cujos efeitos tendem a considerar a promoção do crescimento econômico sob o disfarce de desenvolvimento, carecendo de elementos necessários para a governança ambiental bem sucedida.

Na área de conhecimento da tecnologia da informação combinada com estudos organizacionais, Andrade (2008) ao analisar o papel das empresas nas principais abordagens teóricas sobre governança ambiental global, afirma que as organizações especializadas em tecnologia e processos produtivos sujeitos à regulação ambiental internacional tornaram-se atores centrais da governança ambiental global ao ajudarem os Estados a formatar suas respostas estratégicas aos problemas ambientais.

Andrade (2009) discute o papel das empresas na ecopolítica mundial, abordando questões sobre a participação dos atores corporativos nos processos de governança ambiental global e o estado de conservação do meio ambiente, o qual não tem melhorado na mesma proporção que o crescimento do sistema de governança ambiental global, denotando que falta de vontade política para uma ação coletiva global efetiva colocam em xeque o conjunto de esforços da comunidade internacional em favor do meio ambiente.

Jacobi *et al.* (2012) discutem que tipo de sustentabilidade está por trás da economia verde, a sua aplicabilidade e o que deva ser priorizada na discussão de governança ambiental, destacando que a decisão de poucos tem configurado uma lógica perversa de expropriação de recursos naturais e não resolução da exclusão social.

Martins (2007) debate sobre instâncias de governança dos recursos hídricos nos territórios rurais do estado de São Paulo na regulação socioambiental dos territórios rurais,

interpretando as formas através das quais os interesses agrícolas relacionam-se com instrumentos modernos de regulação pública ambiental, notadamente os Comitês de Bacias Hidrográficas.

O ambiente institucional da implementação e compensação ambiental é o foco no estudo de Pacheco (2008) que aborda questões relacionadas à incerteza nos procedimentos compensatórios que visam à reposição das perdas de diversidade biológica, decorrentes dos impactos de projetos de desenvolvimento, conduzidas em distintos cenários internacionais.

É possível destacar que a classificação feita por área de conhecimento não exclui que as mesmas questões abordadas possam contemplar outra disciplina, mas apenas prepondera, a partir da classificação enquadrada. É o caso do assunto licenciamento ambiental que, apesar de prevalecer o arcabouço legal de normas e regras, peculiares ao ramo do direito, podem estar inseridos também interesses econômicos, ecológicos (com grande frequência) e tecnológicos, e não apenas jurídico-legais. Ademais, as questões abordadas descritas no quadro 9 não são exaustivas, tendo sido selecionadas, a título de ilustração e exemplificação, algumas que descrevem claramente questões relacionadas às áreas de conhecimento identificadas na revisão integrativa.

De maneira geral, o compêndio de trabalhos analisados evidencia preocupações com a sistemática de política ambiental adotada no Brasil, mostrando que a ampla difusão da preocupação de governos e sociedade civil com os problemas ambientais ou mesmo a extensa agenda de discussões em âmbito internacional não resultou em um consenso em torno das soluções, tornando os conflitos mais agudos e as soluções mais problemáticas do que se poderia imaginar a quatro décadas atrás (ALONSO e COSTA, 2002).

Nota-se, pois, que os aspectos mais emblemáticos são até os dias atuais os mesmos demonstrados no relatório sobre os “Limites do Crescimento”, que antecedeu a Conferência de Escotolmo de 1972, onde se destaca a necessidade de mobilização para os ditos problemas ambientais ocasionados a partir da ação humana sobre o meio ambiente, requerendo instrumentos de gestão ambiental para a promoção do desenvolvimento (MOTA *et al.*, 2008).

Apesar de mantidas as preocupações centrais nos assuntos debatidos, é notório a evolução ao considerar a participação de novos atores; novas concepções de desenvolvimento; novas tecnologias; novas estruturas de governança e de gestão ambiental, que demonstram a evolução de conceitos e a participação crescente de diferentes áreas do conhecimento na elaboração de diversos estudos.

Assim, diante dos processos de mudança do cenário mundial observados nas últimas décadas, o desafio da governança ambiental para uma sociedade sustentável, com o

surgimento de novos atores, requer a transformação de velhas estruturas e uma adaptação à realidade que se delineia, na qual o Estado e os novos sujeitos atuam em cooperação e administração de interesses comuns: a governança (AZEVEDO, 2012).

As áreas de conhecimento que exploram governança ambiental demonstram que as questões ambientais vêm sendo tratadas diante de novas perspectivas, trazendo necessidade de equilíbrio e controle através de novos elementos, aos quais são dispensados diferentes olhares.

Desta forma, uma vez exploradas as áreas de conhecimento e as questões tratadas no conjunto de trabalhos selecionados, passou-se a investigar os locais de pesquisa bem como o foco dos estudos acerca de governança ambiental.

Na figura 6 são apresentados os principais lócus de pesquisa sobre governança ambiental pela produção analisada.

Figura 6 - Principais lócus de pesquisa sobre governança ambiental



Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Alguns trabalhos utilizam como base para a pesquisa determinado marco regulatório; acordos ambientais internacionais; licenciamento ambiental; economia verde no contexto do desenvolvimento; sistema de governança ambiental global; ambiente institucional da implementação e compensação ambiental. Estes trabalhos que adotaram como lócus de pesquisa a análise da legislação sob determinado aspecto não foram considerados na figura 6.

O mercado de créditos de carbono é tratado como lócus na pesquisa de Andrade e Costa (2008), com foco em mudanças climáticas. Os autores afirmam que as diferentes percepções dos países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto ao que é justo e equitativo têm constituído uma enorme dificuldade na criação de mecanismos de governança ambiental global destinados a lidar com a mudança climática.

Já a pesquisa “Economia e ecologia: problemas da governança ambiental no Brasil” tem como lócus de estudo a Amazônia, com foco no crescimento econômico e responsabilidades de política ambiental no Brasil, afirmando que as políticas públicas brasileiras tendem a contemplar a promoção do crescimento econômico sob o disfarce de desenvolvimento, a despeito dos compromissos do discurso oficial com a sustentabilidade ecológica, especialmente depois de 1992 (CAVALCANTI, 2004).

Mertens *et al.* (2011) estudaram o capital social de atores envolvidos em processos de governança ambiental também no lócus de pesquisa Amazônia brasileira, adotando o foco em redes sociais nos processos de governança ambiental e rede de relações de diálogo sobre questões socioambientais de um conjunto de 505 atores no Território Portal da Amazônia.

Fonseca e Bursztyn (2009) mostram que o lócus de estudo pode estar também na forma de atuação do estado ao desenvolver suas ações, ao analisar políticas públicas e projetos socioambientais. Exploraram em seu estudo o Manual da Boa Governança para elaboração de projetos e programas sociais, com foco em demonstrar como os quesitos considerados necessários para uma boa governança são produzidos e reproduzidos ao longo do tempo.

Pacheco (2008) focaliza o ambiente institucional de implementação da compensação ambiental ao tratar em seu estudo a necessidade de governança regulatória.

Os assentamentos são tratados como lócus na pesquisa de Fatorelli e Mertens (2011) com foco nos assentamentos de Reforma Agrária e licenciamento ambiental, na qual ilustram como o desentendimento demonstrado pelos dois ministérios envolvidos (MMA e MDA), além de explicitar a ocorrência de problemas referentes ao desmatamento e ao planejamento, execução e gestão ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária, evidencia um fenômeno comum de contradição de políticas públicas e falta de integração entre políticas setoriais.

O mercado de soja brasileiro foi o lócus de pesquisa no trabalho intitulado “Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a Moratória da Soja na Amazônia”, que buscou entender como as empresas tomam decisões em relação aos impactos socioambientais de suas atividades no estudo de Cardoso (2008), que considerou a tendência contemporânea das firmas agirem pró-ativamente e de participarem de sistemas de governança *multistakeholders*.

O papel das empresas na ecopolítica mundial foi investigado com objetivo de analisar a evolução da participação do setor privado na Governança Ambiental Global, enfatizando que existe um desafio para a criação de um sistema de governança ambiental global que seja centrado em torno dos atores estatais, de novos espaços político-institucionais que permitam uma participação mais efetiva dos atores não estatais no processo de concepção de regimes internacionais ambientais (ANDRADE; COSTA, 2009).

Já Oliveira *et al.* (2007) investigaram aspectos da governança ambiental no complexo regional centro-sul, tendo este como lócus de pesquisa, com foco em identificar possíveis semelhanças ou diferenças com relação à governança ambiental no contexto de dois espaços desse complexo regional.

Diversos trabalhos trazem debates a respeito de fatos históricos na conjuntura de políticas públicas e acordos internacionais. No trabalho “Trajetória da governança ambiental” Mota *et al.* (2008) propõem elaborar um breve histórico dos acordos ambientais internacionais, procurando destacar os aspectos mais emblemáticos relativos ao processo de construção década um dos citados acordos. MARTINS (2007) promove um debate sobre regulação socioambientais em áreas rurais. Fonseca e Bursztyn (2009) trazem reflexão sobre a governança no tocante à elaboração de programas e projetos sociais e manual de boa governança. Jacobi e Sinisgalli (2012) propõem o debate sobre a governança ambiental global como um dos carros chefe do debate, na Rio+20, no intuito de promover e acelerar a transição rumo a sociedades sustentáveis, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais, e suas interações.

Os lócus de pesquisa, muito embora diversificados na sua descrição, apresentam diversas convergências no tocante ao foco, tais como os desafios enfrentados pela governança ambiental (Fonseca e Bursztyn (2009); Andrade e Costa (2008)), a promoção sustentável dos recursos naturais (MERTENZ *et al.*, 2011); mudanças climáticas (Andrade e Costa (2008); Viegas (2008)); fragilidades da governança ambiental (Andrade e Costa (2008) ; Fatorelli e Mertens (2011)), e políticas de proteção ambiental e responsabilidade governamental, sendo possível observar que caracterizam um conjunto de produções que busca ainda compreender

as características do processo de governança atrelado às problemáticas relacionadas ao meio ambiente.

Parece ser consensual que o tema governança ambiental interessa também (e muito) à disciplina do direito, não apenas no contexto social no qual se desenvolvem as disputas, delas resultando normas que regularão os conflitos, mas também trazendo ao cenário a participação ativa de setores e atores não-estatais, contribuindo sobremaneira para ampliar as opiniões capazes de influir nos resultados, seja no campo das políticas públicas, seja na regulação internacional, seja no campo estrito da produção e revisão das normas (GONÇALVES, 2008).

É importante considerar que os trabalhos analisados tem uma evolução histórica a partir de 2004, quando ocorreu a primeira publicação no conjunto das pesquisas, coincidindo com debates pós Conferência Rio-92, e quando o crescente número de questões acerca da articulação internacional para a condução dos problemas ambientais tornou latente mais esforços do estado no sentido de regular a ação humana sobre o meio ambiente.

Assim, observa-se o crescente interesse por assuntos relacionados à política ambiental, enfatizando questões de gestão e a regulação de normas que estabeleçam limites para o comportamento social. O fortalecimento das conexões entre estado e atores que inserem-se nas discussões sobre os desafios mundiais lançam um olhar mais crítico sobre os debates acerca de governança.

4.2.2 Abordagem adotada

Abordagem é a visão geral que indica a forma como a matéria está sendo apropriada pelos pesquisadores e a interpretação que se faz sobre o tema. De acordo com Castro *et al.* (2011), as perspectivas adotadas para a resolução dos dilemas socioambientais apresentam várias correntes de pesquisa, pois o uso sustentável e equitativo dos recursos naturais tornou-se um campo de estudo transfronteiriço onde um conjunto de abordagens multidisciplinares pode ser integrado.

As abordagens teóricas utilizadas para esta análise foram extraídas dos trabalhos de Andrade (2008), cujo foco foi revisar três principais abordagens utilizadas nas pesquisas sobre Governança Ambiental Global (GAG): regime, governança global e neo-gramsciana; e das abordagens existentes na governança ambiental apontadas por Speth (2004): FROG (abreviatura de *First Raise our Growth* – primeiro promova nosso crescimento), onde reside maior preocupação com o desenvolvimento econômico em detrimento ao meio ambiente;

GEOpolity, no qual as pessoas voltam-se para os governos para compreender o mercado com fins sociais e ambientais, baseando-se em tratados e instituições intergovernamentais; e JAZZ, na qual as pessoas e cenários criam um mundo cheio de iniciativas não-escritas e voluntárias que são descentralizadas e improvisadas, como no jazz.

No que tange às abordagens investigadas por Andrade (2008), dentro do contexto da pesquisa realizada pelo autor, permitem analisar o papel dos atores corporativos na participação do processo de governança global.

A abordagem teórica de regimes pode ser concebida como um sistema de pensamento voltado à compreensão dos mecanismos e procedimentos através dos quais os Estados-Nação, na ausência de um governo mundial ou de uma autoridade supranacional, encontram para regular um determinado problema na área das relações internacionais (ANDRADE, 2008).

Uma vez que os atores estatais são considerados como detentores do monopólio do poder e como lócus central de autoridade na arena internacional, é difícil para os defensores da teoria de regime conceber os atores não-estatais, e mas particularmente os atores corporativos, como legítimos e possuidores de poder, sendo a gestão dos problemas ambientais globais como um papel precípua dos governos (ANDRADE, 2008).

Já a abordagem de governança global enfatiza os novos atores, novas formas de autoridade e novos modos de interação entre os diversos atores da governança ambiental global, colocando em evidência a crescente influência de atores não-estatais, revelando limitações da teoria de regimes para investigar o fenômeno da governança (ANDRADE, 2008). Segundo o autor, o foco da literatura sobre governança global tem sido normalmente mais empírico-descritivo do que analítico-interpretativo e explicativo, despolitizando o conceito de governança ao adotar uma visão ampla e desatrelada das noções de poder e autoridade.

De acordo com os aspectos da abordagem, a governança pode ser pensada como o envolvimento de muitos indivíduos e instituições, tanto públicas como privadas, que atuam na gestão dos seus assuntos comuns, ou como o quadro de sistemas social e econômico, jurídico e político dentro das estruturas em que a humanidade se organiza (BERTIN; WATSON, 2007).

Contrariamente à perspectiva da governança global, a abordagem neo-gramsciana oferece uma promissora capacidade analítico-explicativa sobre a dinâmica do papel e do poder desempenhados pelos atores corporativos como atores políticos na GAG.

A abordagem neo-gramsciana tem uma concepção abrangente de poder que é bastante útil para capturar a natureza dinâmica das questões de autoridade, legitimidade e autonomia

envolvidas no fenômeno da crescente participação dos atores corporativos na GAG. O poder é permanentemente contestado por todas as classes, porém exercido pelas classes dominantes para reforçar a sua hegemonia (ANDRADE, 2008).

De acordo com estes autores, para os neo-gramscianos, um projeto hegemônico é estabelecido quando uma classe dominante é capaz de encontrar uma interseção entre os seus interesses e os interesses das classes subordinadas durante o processo de concepção de uma determinada ordem social que reproduza sua própria dominação. Por sua vez, a estabilidade de um projeto hegemônico não se dá pela coerção e sim por um consenso manifestado nas atividades rotineiras das instituições da sociedade civil, sem significar, entretanto, relações harmônicas e destituídas de resistências e conflitos.

A abordagem FROG consiste em priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento ao meio ambiente, característica presente em cenários onde predominam exclusivamente os interesses dos negócios, o que leva a resultados com altos custos ambientais (SPETH, 2004). Apesar de mostrar-se questão relativamente superada nos dias atuais em virtude de inúmeros debates e acordos internacionais realizados nas últimas décadas, foram localizados no conjunto de pesquisas analisadas alguns estudos que afirmam prevalecer no Brasil a crença no desenvolvimento entendido como crescimento ilimitado da economia (CAVALCANTI, 2004), evidenciando a necessidade de se rever o modelo de desenvolvimento econômico ainda adotado em diversos países, norteados pela teoria econômica neoclássica (CÂMARA, 2013).

Na abordagem GEOpolity as pessoas voltam-se para o governo a fim de compreender o mercado com fins sociais e ambientais, estando fortemente baseada em tratados e instituições intergovernamentais (SPETH, 2004). Essa abordagem se adequa às questões de governança quando há necessidade de intervenção do Estado na regulação de determinado comportamento relacionado ao meio ambiente. Andrade (2009) aborda o tema governança ambiental global como conjunto coerente de organizações, instrumentos de política internacional – tratados, instituições, agências – mecanismos de financiamento, regras, procedimentos e normas que regulam o processo mundial de proteção ao meio ambiente (NAJAM *et al.*, 2006 *apud* ANDRADE).

Na abordagem denominada JAZZ as pessoas criam um mundo cheio de iniciativas não-escritas e voluntárias descentralizadas e improvisadas como no jazz, onde a boa conduta é imposta pela opinião pública e pelas decisões da sociedade (GONÇALVES, 2008).

As abordagens específicas selecionadas para esta revisão integrativa foram extraídas dos trabalhos analisados, a partir da leitura das pesquisas, onde foi possível identificar evidências as elencadas no quadro 10.

Quadro 10 - Abordagens adotadas.

Abordagem Geral	Evidências	Quantidade de Trabalhos
Regime	O desentendimento demonstrado pelos dois ministérios envolvidos (MMA e MDA), além de explicitar a ocorrência de problemas referentes ao desmatamento e ao planejamento, execução e gestão ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária, evidencia um fenômeno comum de contradição de políticas públicas e falta de integração entre políticas setoriais (FATORELLI e MERTENS, 2010).	02
Governança Global	A análise de redes sociais é utilizada para mapear o capital social de atores envolvidos em processos de governança ambiental na Amazônia brasileira (MERTENS <i>et al.</i> , 2011); As discussões sobre a governança implicam a consideração de novos atores nas questões mundiais. Nesse sentido, propõem que, em nível transnacional, os atores não estatais, principalmente as ONGs, assumam lugar central no espaço público mundial, levantando novas demandas sociais e novas instâncias de regulação sistêmica (LORENZETTI; CARRION, 2012).	07
FROG	A fé na ideia de crescimento econômico ilimitado exerce fascínio insuperável e parece particularmente enraizada na mente coletiva nacional, especialmente entre as elites econômicas. Nessa paisagem, as políticas públicas brasileiras tendem a contemplar a promoção do crescimento econômico - sob o disfarce de desenvolvimento - antes de qualquer outra coisa (CAVALCANTI, 2004).	01
GEOpolity	Compreender os desafios enfrentados pela governança ambiental global devido às mudanças climáticas a partir da discussão sobre o Protocolo de Kyoto e o mercado internacional de créditos de carbono (ANDRADE e COSTA, 2008); Governança ambiental internacional o conjunto de acordos, convênios e normas internacionais, os quais visam articular uma proposta de política ambiental global (MOTA <i>et al.</i> , 2008); Um novo modelo de governança ambiental deveria passar pelo redesenho das instituições governamentais de meio ambiente e incluir nas políticas setoriais a sustentabilidade socioambiental (JACOBI e SINISGALLI, 2012).	03
JAZZ	[...] É como se existisse uma cartilha que estabelecesse as regras gerais da busca do desenvolvimento sustentável. Na atualidade, uma espécie de manual (virtual) da boa governança serve de guia e pré-requisito na elaboração de programas e projetos socioambientais (FONSECA e BURSZTYN, 2009); O comportamento dos atores ligados à agroindústria da soja é a face mais visível de um fenômeno social que também tem seus componentes econômicos, culturais e políticos. O arranjo que surgiu no campo da soja faz parte de um movimento que se espalha por vários mercados contemporâneos, onde cada vez mais as organizações, em vez de esperar pelo Estado, antecipam-se criando sistemas voluntários de gestão ambiental, por meio de protocolos e acordos voltados a reduzir os impactos ambientais daquilo que fazem (CARDOSO, 2008).	02
Abordagem Específica	Evidências	Quantidade de trabalhos
Institucionalis ta	A criação de novos mecanismos de regulação das relações entre sociedade e natureza traz uma nova complexidade para o debate sobre o desenvolvimento rural formas através das quais os interesses agrícolas relacionam-se com instrumentos modernos de regulação pública ambiental, notadamente os	06

	Comitês de Bacias Hidrográficas (MARTINS, 2005).	
Ecológica/ Ambiental	A abrangência do problema ambiental requer ações coletivas globais. Os países desenvolvidos pouco fizeram para reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa. Os custos econômicos elevados e a alta complexidade do problema têm deixado muitos países hesitantes em cooperar, explicitando a tensão entre os interesses nacionais e a criação de um regime climático global (ANDRADE; COSTA, 2008).	03
Econômica	A sustentabilidade econômica das unidades de conservação constitui temática recente na agenda de debates da sociedade brasileira (PACHECO, 2008).	02
Construtivista	Embora não haja padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento rural, a referência à sustentabilidade socioambiental destes territórios é a base sobre a qual os rumos da localidade devem ser construídos (MARTINS, 2005).	01
Sociológica	No Brasil, o termo “governança ambiental” é usado para se referir a processos de exercício de poder que, na área do meio ambiente, estejam ampliando os espaços de participação dos segmentos da sociedade civil organizada (OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2007). A conjuntura sociopolítica aqui interpretada sugere, em termos de abordagem sociológica, que o estudo das novas instâncias de governança também requer, além da compreensão de suas dimensões materiais, a interpretação dos modos de dominação simbólica construídos em conjunturas localizadas (MARTINS, 2007).	02
Desenvolvimentista	Em 1972, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. O documento resultante foi a Declaração de Estocolmo, em que se reconhece, em nível internacional, a importância dos instrumentos de gestão ambiental para a promoção do desenvolvimento (MOTA <i>et al.</i> , 2008).	02

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa

A abordagem institucionalista envolve os mecanismos de regulação de políticas públicas ambientais, regulação. Pautada na teoria desenvolvida por Veblen (1857-1929) entende que a história humana é pautada pela evolução das instituições, ou seja, a sociedade é vista como um organismo complexo que evolui a partir das mudanças que ocorrem na estrutura institucional na qual se assenta.

Na abordagem ecológica, são tratados os desafios enfrentados pela governança ambiental global diante de problemas surgidos a partir do comportamento humano, tais como mudanças climáticas, aumento do buraco na camada de ozônio, desmatamento para cultivo, ações poluentes de indústrias entre outras. O trabalho de Mota *et al.* (2008) ilustra essa abordagem ao tratar do enfrentamento das tendências degradantes do meio ambiente e, mais recentemente, do clima, afirmando que as tomadas de decisões de políticas públicas em nível planetário estão muito aquém das propostas e acordos firmados.

Com relação à abordagem econômica, pode-se dizer que trata, de forma geral, do crescimento econômico versus questões ambientais. Essa abordagem é tratada no trabalho de Cavalcanti (2004) que retrata os conflitos entre economia e ecologia que se observam no Brasil em razão da aplicação de regras muitas vezes rígidas, considerando que o país possui

uma moldura bem concebida de regras que definem o exercício legal de poderes sobre o meio ambiente, tendo evoluído de uma abordagem limitada de proteção restrita a poucos setores da natureza para uma feição mais abrangente e integrada. Desta forma, para o desenvolvimento ser considerado sustentável, deve levar em conta fatores sociais, econômicos e ecológicos. Logo, o crescimento econômico deve ser harmônico com as demais dimensões ambientais.

Assim, na conjuntura internacional, o surgimento da governança ambiental desenrolou-se com a consciência da escassez dos recursos naturais do planeta. Desde o advento da Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, e as inovações tecnológicas que se seguiram, o mundo se deparou com um desenvolvimento econômico ininterrupto, resultando em uma exaustão dos recursos naturais (AZEVEDO, 2012).

A abordagem construtivista fornecida por Newell (2000) dá ênfase ao conhecimento científico, considerado como a forma objetiva de conhecimento capaz de reduzir a incerteza que caracteriza os problemas ambientais e de construir o consenso a favor da cooperação internacional. Para o autor, falta às pesquisas sobre “comunidades epistemológicas” dedicar uma maior atenção à natureza contestável do conhecimento, na qual os atores corporativos (e ONGs) desempenham um papel crucial ao apoiarem ou contestarem determinadas formas de interpretar uma determinada questão ambiental e, conseqüentemente, determinadas estratégias de ação propostas para solucioná-la.

A abordagem sociológica de Sachs (2007) faz uma diferenciação dos conceitos de sustentabilidade social e econômica, que consiste na criação de processos de desenvolvimento que promovem maior equidade na distribuição de renda e bens (social) e em utilizar com eficiência os recursos e fluxos de investimentos públicos e privados (econômica). Assim, as várias visões de uma nova divisão regional do país, em geral, resultam de um modo diferente de interpretar o território ou das próprias transformações na sua organização como resultado da dinâmica social (OLIVEIRA *et al.*, 2007)

A abordagem desenvolvimentista, de acordo com Weiss (2015) defende que conquistar a justiça social requer uma capacidade para pressionar os tomadores de decisão, possibilitando equilíbrio entre satisfação de objetivos econômicos, sociais e ambientais que interessam a diferentes segmentos, sendo necessário desfazer-se a assimetria atual de poder. Os movimentos sociais necessitam adquirir mais poder e saber utilizá-lo com estratégias para colocar em prática um novo paradigma de desenvolvimento que é improvável sem essas novas condições.

Considerando todas as abordagens gerais e específicas identificadas no conjunto de trabalhos analisados, procedeu-se a classificação de acordo com as abordagens listadas no quadro 10.

As abordagens específicas foram enumeradas e classificadas a partir das discussões teóricas presentes no conjunto da produção analisada. O enquadramento do trabalho em determinada abordagem foi realizado a partir da leitura integral da pesquisa, identificando as passagens que evidenciam a conotação que possibilita a classificação.

Predomina, dentre as abordagens gerais, a do tipo governança global, onde se discute a participação de novos atores no processo de governança, conduzindo a novas formas de autoridade e novos modos de interação entre os diversos atores da governança ambiental. Essa abordagem foi observada nas pesquisas de Mertens *et al.* (2011); Martins (2007); Lorenzetti e Carrion (2012); Andrade (2009); Viegas (2004); Oliveira *et al* (2007) e Cunha e Junqueira (2004).

Nessa direção, Oliveira *et al.* (2007) abordam que, no Brasil, “governança ambiental” é usado para se referir a processos de exercício de poder que, na área do meio ambiente, estejam ampliando os espaços de participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, enquanto Viegas (2004) defende que a mobilização por mudanças visando a melhorias ambientais depende muito mais das respostas da sociedade do que unicamente das ações do governo por si mesmas, justificando a necessidade de inclusão de novos atores no processo de governança ambiental.

Foram classificadas na abordagem do tipo regime as pesquisas que tiveram como foco unicamente a estrutura de governamental, sem mencionar o papel de qualquer outra instituição para solucionar questões de origem ambiental. Foi o caso dos estudos Pacheco (2008), que fala sobre o ambiente institucional de implementação da compensação ambiental, na esfera dos licenciamentos federais e Fatorelli e Mertens (2010), que abordam a atuação de dois órgãos federais no processo de gestão ambiental diante de desmatamentos em assentamentos de reforma agrária, evidenciando um fenômeno comum de contradição de políticas públicas e falta de integração entre políticas setoriais.

Em menor frequência, foi identificada uma única pesquisa, realizada por Cavalcanti (2004), que utilizou a abordagem FROG para fazer uma crítica ao modelo regulatório brasileiro, onde predomina a fé na ideia de crescimento econômico ilimitado, que exerce fascínio insuperável e parece particularmente enraizada na mente coletiva nacional, especialmente entre as elites econômicas. Segundo o autor, nessas condições, as políticas

públicas brasileiras tendem a contemplar a promoção do crescimento econômico - sob o disfarce de desenvolvimento - antes de qualquer outra coisa.

Foram classificados como GEOpolity os trabalhos que envolveram em seus estudos questões relacionadas à intervenção do Estado com a função regulatória de determinado comportamento relacionado ao meio ambiente ou mesmo à necessidade de que o estado realize esse papel. Essa abordagem foi identificada nos trabalhos de Cardoso (2008); Andrade e Costa (2008) e Pacheco (2008), onde é possível constatar a necessidade de adequação de comportamentos tanto das empresas quanto da sociedade a padrões definidos pela legislação e pelo senso comum.

Em pesquisa cuja abordagem classifica-se como GEOpolity, Andrade e Costa (2008) afirmam que o processo de desenvolvimento no Brasil tem provocado uma série de graves problemas ecológicos que são desprezados como coisa de segunda ordem de magnitude. Para os autores, carecem ser cumpridas as leis de proteção ambiental e regras de boa governança no país.

A abordagem do tipo JAZZ foi observada em dois trabalhos do conjunto analisado, onde os autores abordam a existência de normas e condutas não-escritas, nas quais as organizações, ao invés de esperar pelo Estado, antecipam-se criando sistemas voluntários de gestão ambiental, por meio de protocolos e acordos voltados a reduzir os impactos ambientais daquilo que fazem (CARDOSO, 2008). No estudo de Fonseca e Bursztyn são discutidas normas de condutas como se existisse uma espécie de cartilha na qual são estabelecidas regras gerais da busca do desenvolvimento sustentável, o chamado “Manual da Boa Governança”.

No tocante às abordagens específicas, constatou-se o predomínio de uma abordagem mais institucionalista, na qual são tratados mecanismos de regulação de políticas públicas ambientais em variados lócus de estudo.

É possível identificar convergências entre as pesquisas, no sentido de “cobrar” do estado e das instituições, tanto um modelo eficaz de política ambiental regulação socioambiental novas moldagens acerca da cooperação internacional com vistas a implementação de uma política mais eficaz de proteção ambiental quanto a participação ativa dos atores sociais, públicos ou privados, no processo de governança ambiental.

O predomínio da abordagem geral do tipo governança global indica que a inclusão de novos atores no processo de discussão acerca de governança ambiental é de fato relevante e se mostra presente entre os pesquisadores na busca pela compreensão do conceito de governança ambiental, estando coadunado ao posicionamento de Avanci e Colombrino (2014) ao defender que o processo de participação popular e decisão em matéria ambiental, capaz de

conclamar ao poder público a observância das normas de proteção ao ambiente é o que se chama governança ambiental, bem como ao de Azevedo que entende a governança ambiental como um processo que abrange regras, estruturas e instituições, estatais e não estatais que se relacionam de maneira a gerir problemas coletivos, em sua perspectiva ambiental, propondo soluções e medidas para tomada de decisão, como em relação às mudanças climáticas, os desastres ambientais, a pobreza, a poluição e outros (AZEVEDO, 2012).

4.2.3 Teorias de base

Por teorias de base entende-se o conjunto de princípios que regem determinada área de conhecimento, transmitindo uma noção geral sintetizada por ideias, axiomas e postulados, consistindo em um conjunto que busca explicar determinado fenômeno.

No quadro 11 estão descritas as teorias de base identificadas nos trabalhos analisados.

Quadro 11 - Teorias de base.

Teoria de Base	Questões Centrais	Evidências	Nº Trabalhos
Teoria da agência	As questões tratadas referem-se ao contexto institucional, tais como organização da estrutura governamental; relação entre atores; entre estado e sociedade. Em síntese, como ocorrem os processos de governança na esfera pública, a exemplo de como acontece no setor privado. As boas práticas de governança existem fundamentalmente para resolver os conflitos de agência entre proprietários e gestores.	Neste contexto de conflitos e oportunidades para os processos de governança ambiental no Portal da Amazônia, é importante analisar as formas de interações entre atores sociais do Território (MERTENS <i>et al.</i> , 2011). A governança ambiental envolve todos e cada um nas decisões sobre o meio ambiente, por meio das organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de manter a integridade do planeta. A interpretação que prevalece, a partir desta abordagem, é que a governança representa um processo que decorre da articulação entre formas clássicas de autoridade existentes no estado (organização hierárquica) com aquelas características do setor privado (direcionado pela competição do mercado) e o setor voluntário ou sociedade civil (caracterizado pela ação voluntária, recíproca e solidária dos cidadãos (JACOBI; SINISGALLI, 2012).	09
Teoria do Ecodesenvolvimento	O crescimento econômico e o desenvolvimento devem estar atrelados à preservação ambiental, a fim de garantir sua perduração. Constitui-se como a Economia Ecológica, de modo que passa a ser definida por alguns teóricos como a ciência da “gestão da sustentabilidade”	Para o desenvolvimento ser considerado sustentável, deve levar em conta fatores sociais, econômicos e ecológicos. Logo, o crescimento econômico deve ser harmônico com as demais dimensões ambientais, mas não necessariamente cessar (MOTA <i>et al.</i> , 2008). O tema da mudança climática passou a ter maior visibilidade na imprensa com o Protocolo de Kyoto, um acordo internacional estabelecido em 1997 durante a terceira sessão da Conferência das Partes (COP-3) da UNFCCC. Com a sua ratificação, os países desenvolvidos comprometem-se a reduzir as suas emissões coletivas de seis gases estufa (VIEGAS, 2004).	04
Teoria da Complexidade	A realidade de regiões afetadas pela implementação de políticas públicas devem ser consideradas em sua elaboração, a fim de garantir a credibilidade do processo. As políticas devem ser integradas no intuito de evitar problemas estruturais institucionais, técnicos, de coordenação e gerência que fragilizem a credibilidade do processo.	Problemas referentes ao desmatamento e ao planejamento, execução e gestão ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária, evidencia um fenômeno comum de contradição de políticas públicas e falta de integração entre políticas setoriais. Acreditamos que o conjunto destes problemas é um entrave para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Ao enxergarmos a implementação de um Projeto de Assentamento Rural sob a ótica da complexidade, observamos que não são somente as políticas de infraestrutura e crédito garantem viabilidade do assentamento (FATORELLI; MERTENS, 2011). O território é o espaço onde se manifestam diferentes temporalidades, diferentes formas de conciliação entre o tradicional e o moderno, entre modos distintos de apropriação e uso dos recursos naturais. No caso das áreas rurais, estas relações tornam-se ainda mais complexas, posto que a proximidade das sociedades rurais com as variadas funções ecossistêmicas permite a construção social de realidades diversas, com conjuntos de relações culturais, econômicas e políticas de ordenamento do território também bastante amplos (MARTINS, 2007).	02

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa

As teorias elencadas no quadro 11 foram selecionadas a partir da leitura de trabalhos que discutem quais teorias embasam os conceitos e abordagens para discussão de governança ambiental, tais como Moura (2009) e Fernandez (2011), à exceção da teoria da complexidade, que foi apontada explicitamente nos trabalhos que receberam essa classificação, presente nas pesquisas de Fatorelli e Mertens (2011) e Martins (2007).

A teria da agência é abordada por Fontes Filho (2003), que ressalta que as boas praticas de governança existem fundamentalmente para resolver os conflitos de agência entre proprietários e gestores. E completa que o Estado amplia esses conflitos à medida que se organiza institucionalmente. Para Cunha e Junqueira (2004), os gestores ambientais de empresa ou de agências governamentais são desafiados a desenvolver habilidades de negociação como parte da tarefa de construção da governança ambiental que permita avançar para uma economia sustentável.

A partir dessa rápida conceituação os trabalhos classificados nessa teoria foram aqueles que defendem que a necessidade de governança ambiental está evidenciada na prática de gestão. Essas questões foram identificadas em estudos como o de Jacobi e Sinisgalli (2012), que entendem governança como um processo que envolve tomadores e não tomadores de decisão, com objetivo comum: o problema a ser enfrentado e o desenho da gestão ambiental, onde a participação descentralizada e corresponsável seja a tônica do processo. Pressupõe atuação em rede, atuação integrada e o ganho de poder dos atores envolvidos na gestão, interagindo com os tomadores de decisões.

Pacheco (2008) apresenta estudo onde afirma que o processo de redemocratização do Brasil permitiu que o Estado mudasse substancialmente seu modelo de gestão, adotando como paradigma central a orientação do serviço público para o cidadão, o cliente primordial das ações governamentais, e a responsabilização do servidor público pelos resultados alcançados, revitalizando assim os vínculos do Estado com a Sociedade.

As transformações decorrentes dos processos de desregulamentação, privatização e desestatização redefiniram o papel do Estado brasileiro, fazendo com que o Estado fortalecesse seu papel regulatório (CAVALCANTI; PECI, 2001).

Para Cardoso (2008), um vasto número de diferentes códigos de conduta, padrões administrativos, esquemas de certificação, selos verdes e sistemas de governança globais estão sendo gerados pelos compromissos unilaterais e principalmente pelos acordos privados. A moratória da soja na Amazônia foi objeto de negociação com um grupo de ONGs envolvidas no debate sobre o avanço da soja na fronteira agrícola e o desmatamento da

Amazônia, de forma que as metas e forma de controle do programa. O processo de governança ambiental do setor na região depende principalmente da institucionalização desta aliança com *stakeholders*. Para alguns autores os temas ambientais tem influenciado os modelos de administração empresarial (HART, 1997; PORTER e VAN DER LINDE, 1995; ELKINGTON, 1994).

Outros estudos apontam ainda que novas instituições geradas pela crise ambiental estão alterando a forma como as firmas e a própria economia de mercado se organizam. Para Cardoso (2008), o desafio das linhas teóricas que lidam com o tema está em analisar a interface entre economia e meio ambiente, a partir do potencial das firmas e dos mercados em serem transformados de forma a levarem em consideração as questões ecológicas (PULVER, 2007). A construção da política ambiental brasileira encontra-se no mesmo patamar das demais políticas públicas, que são moldadas, muitas vezes, sobre alicerces político-institucionais construídos na história política do Brasil, com forte viés no papel controlador do Estado, que consubstancia as bases da governabilidade e da governança.

O surgimento dos conceitos de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável está na raiz do campo teórico híbrido que veio a se constituir como a Economia Ecológica a partir da teoria neoclássica, de modo que esta passa a ser definida por alguns teóricos como a ciência da “gestão da sustentabilidade” (HAUWERMEIREN, 1998, p. 7), alinhando o discurso preservacionista do reconhecimento ambiental ao discurso de sustentabilidade econômica (ROMEIRO, 1996).

Foram identificados na teoria do ecodesenvolvimento os estudos realizados com base em acordos internacionais que registram comprometimento dos Estados em adotarem medidas para redução de impactos no meio ambiente, adotando novas tecnologias, investindo em ferramentas como o estudo de Viegas (2004).

A teoria da complexidade tem sido utilizada para discutir as consequências do caráter evolutivo e aberto do desenvolvimento sustentável sobre os pressupostos metodológicos utilizados para o seu estudo e, principalmente, para a sua promoção (Rihani, 2002; Silva Neto, 2008); para interpretar a dinâmica geral da agricultura por meio da caracterização dos sistemas agrários como sistemas complexos (SILVA NETO, 2005) e, em conjunto com o realismo crítico, para fundamentar métodos de pesquisa baseados na observação da atividade agropecuária em condições de campo (SILVA NETO, 2007).

Fatorelli e Mertens (2011) afirmam que um dos instrumentos de gestão ambiental rural, o Licenciamento Ambiental Rural apresenta problemas estruturais institucionais, técnicos, de coordenação e gerência que fragilizam a credibilidade do processo. Além disso,

alguns autores já discutiram erro em se avaliar a qualidade ambiental por meio da quantificação de licenças emitidas ou áreas licenciadas (AZEVEDO, 2009; MAGLIO, 2000). Diversos autores identificaram problemas que prejudicam a eficácia do Licenciamento Ambiental Rural quanto ao seu uso potencial como instrumento de gestão ambiental e planejamento estratégico para a governança ambiental.

Para Martins (2007) a redefinição material e simbólica da localidade influenciou na inserção do município nos novos aparatos de governança dos territórios rurais e, sobretudo, das águas regionais. No caso da governança das águas, o bloco agrícola do município tem constantemente ampliado as oportunidades de disseminação de seus projetos para a regulação do acesso aos recursos hídricos regionais.

Os problemas ambientais verificados atualmente, como as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade e dos recursos hídricos, exigem cada vez mais a capacidade de resposta dos órgãos ambientais, exigindo a governança ambiental necessária para propiciar o desenvolvimento sustentável, o que encontra base teórica na teoria da agência.

Observa-se que os estudos que utilizam a teoria da agência o fazem, em sua grande maioria, para ilustrar falhas institucionais da política ambiental no Brasil, que entre órgãos da mesma esfera ou esferas diferentes (municipal, estadual e federal), mas em geral os estudos convergem em relação ao fato de que a legislação é extensa e abrangente, mas sua aplicabilidade é deficiente quanto ao dever de ação do Estado.

A obrigação do Estado como premissa da ação ambientalista é apontada por Le Preste (2003), ao dizer que o Estado deve identificar e definir o problema e os meios de ação, dar prioridade aos problemas ambientais na agenda pública e decidir sobre a repartição dos custos e arbitragens aceitáveis, a fim de obter a melhor qualidade do meio ambiente.

A teoria de base predominante no conjunto de trabalhos analisados, teoria da agência, demonstra que grande parte das pesquisas remete-se ao contexto institucional; governamental ou à interação de atores com o estado ou o estado e a sociedade.

Essa constatação demonstra que, de certa forma, a preocupação com questões de governança sobreleva-se às questões ambientais propriamente ditas, indicando que falta ainda um caminho (não se sabe se longo ou não), para se chegar ao consenso do que vem a ser governança ambiental.

Muito embora tenha sido constatada com certa frequência a preocupação com questões econômico-ambientais, não foram maiores que a preocupação com a estrutura institucional que abarca o sistema de governança sobre o meio ambiente no Brasil.

4.2.4 Conceito de governança ambiental

O tema governança tem sido objeto de debate tanto quanto ao seu significado, como à amplitude das questões que envolvem (LORENZETTI; CARRION, 2012).

Os conceitos de governança ambiental, para fins desta pesquisa, referem-se à explanação do sentido a respeito de elementos que definem governança ambiental, pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais que constituem o significado do termo. A partir dos estudos que compõem a amostra foram extraídos os conceitos para governança ambiental defendido pelos pesquisadores, os quais são apresentados e integrados nesta análise.

Inspirados no conceito de desenvolvimento sustentável, Fonseca e Bursztyn (2009) entendem que governança ambiental pode ser considerada a maneira de gerir os recursos naturais e o meio ambiente, com a participação ativa dos atores interessados, a fim de assegurar que as riquezas naturais sejam aproveitadas, atendendo às necessidades sociais presentes, sem que se comprometa a vida das gerações futuras. Para os autores, uma boa governança seria capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Apesar de não delegar essa tarefa expressamente ao estado, ao tratar da eficiência na formulação de políticas públicas, os autores inserem a participação do governo como figura presente nessa discussão.

Jacobi e Sinisgalli (2012) compartilham o mesmo entendimento ao defenderem que a governança ambiental envolve todos e cada um nas decisões sobre o meio ambiente, por meio das organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de manter a integridade do planeta. Inserido no contexto de governo, o uso do termo “governança” reflete o deslocamento nas áreas de ciências sociais e de políticas públicas de abordagens focadas no conceito de governo para um conceito mais abrangente de governança que incorpora os atores não estatais. Desta forma, a governança ambiental está relacionada com a implementação socialmente aceitável de políticas públicas, um termo mais inclusivo que governo, por abranger a relação Sociedade, Estado, mercados, direito, instituições, políticas e ações governamentais, associadas à qualidade de vida bem estar, notadamente os aspectos relacionados com a saúde ambiental.

Corroborando um cenário coletivo de atuação ente diversos atores nas questões ambientais, Lorenzetti e Carrion (2012) defendem que as situações apontadas como de governança indicam a importância da participação dos atores cujos interesses estejam em questão nos processos de tomada de decisões e de gestão. Fattorelli e Mertens (2011)

complementam afirmando que, para se alcançar a governança, são necessários arranjos colaborativos de um conjunto de atores diversificados e interconectados. Esse conjunto deve se configurar em uma interseção de arranjos institucionais em diversos níveis organizacionais.

Desta forma, a política ambiental e seus instrumentos devem prever as relações entre atores diversos (agricultores familiares e empresariais, organizações não governamentais, agências governamentais, sociedade civil, etc.) nos níveis local, regional, estadual e nacional, bem como criar espaços de decisão conjunta e implementação ativa e colaborativa das decisões tomadas (FATORELLI; MERTENS, 2011).

Mertens *et al.* (2011) afirmam que governança ambiental se refere a processos e interações entre atores sociais e institucionais na gestão dos recursos naturais e no desenvolvimento sustentável. Para os autores governança possui diversos componentes que incluem: poder, legitimidade e autoridade entre instituições; regras e normas que determinam a tomada de decisão; relações de responsabilização entre os atores; habilidade do governo em fazer políticas e prover bens e serviços; e influência das instituições e políticas sobre o bem-estar público. Desta forma, a problemática ambiental se enquadra como importante temática no âmbito da governança, se considerarmos o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano universal, cuja gestão deve, portanto, contemplar a participação de diferentes atores. (CARDOSO, 2008).

É válido lembrar que os conceitos de governança ambiental que defendem o envolvimento de múltiplos atores nos debates de questões ambientais foi trazido por Rosenau e Czempiel (1992), os quais afirmam que governança não é sinônimo de governo, sendo a governança seria um fenômeno mais amplo, por envolver, paralelamente, as instituições governamentais e o comprometimento de atores privados e não governamentais.

A ideia de atuação conjunta de diversos atores no processo de gestão de recursos naturais parece convergir também com o posicionamento de Martins (2007). De acordo com o autor, a literatura sobre o tema enfatiza a governança, como a realizada através da participação, envolvimento e negociação de multiatores (*multistakeholders*), da descentralização (transferindo o poder para o governo local - *empowerment*), da unidade de gestão ambiental, e de mecanismos para a resolução dos conflitos. O conceito defendido pelo autor, no entanto, vai além, considerando também que o entendimento de governança refere-se ao conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, a exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais e das políticas públicas, por um lado, e da dinâmica e das instituições do mercado, por outro, visando atingir objetivos comuns.

No âmbito de processo decisório e exercício do poder, Oliveira *et al.* (2007) defendem que, apesar do conceito de governança ser aplicado frequentemente com caráter difuso, no Brasil “governança ambiental” é usado, em geral, para se referir a processos de exercício de poder que, na área do meio ambiente, estejam ampliando os espaços de participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada.

Contribuindo com essa concepção, Viegas (2004) defende que governança ambiental trata-se de conceito segundo o qual a mobilização por mudanças visando a melhorias ambientais depende muito mais das respostas da sociedade do que unicamente das ações do governo por si mesmas.

Esse posicionamento está de acordo com o conceito trazido por Cardoso (2008), que entende que a governança ambiental não pode ser apenas uma construção ideológica, mas sim o exercício deliberado e contínuo de desenvolvimento de práticas cujo foco analítico está na noção de poder social que media as relações entre Estado, Sociedade Civil, os mercados e o meio ambiente.

Cunha e Junqueira (2004) empregam a ideia de governança ambiental construída com base na recuperação da discussão sobre governança corporativa, governança democrática, relações de conflito ambiental, abordagem dos ganhos mútuos para construção de consensos e cooperação, inspirando-se em ideais da iniciativa privada. Assim, gestores ambientais de empresa ou de agências governamentais são desafiados a desenvolver habilidades de negociação como parte da tarefa de construção da governança ambiental que permita avançar para uma economia sustentável.

No âmbito do processo de reformas do Estado, a governança imprime contornos específicos como indicador da qualidade dos mecanismos regulatórios, ultrapassando o modelo centralizador e burocrático para incorporar sistemas decisórios descentralizados, transparentes, e com maior sustentação em parcerias legítimas com atuação da sociedade civil (PACHECO, 2008), destacando a elaboração de normas e regras na conceituação de governança ambiental.

Cavalcanti (2004) caracteriza governança ambiental como um arcabouço de normas e instituições. Entretanto, a aplicação das regras no mundo real ilustra bem os conflitos entre a economia e a ecologia que se observam no país, considerando que o Brasil possui avançada legislação sobre o meio ambiente, na qual se prevê participação ativa dos atores sociais, o que, de fato, acontece nos níveis nacional e estadual, tendo evoluído nas últimas três décadas de uma abordagem limitada de proteção, restrita a poucos setores da natureza, para uma de feição mais abrangente e integrada, orientada pela noção da sustentabilidade ecológica

abarcando o capital natural, funções do ecossistema e serviços na natureza. Nessa senda, dentre os instrumentos descritos na Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, o licenciamento ambiental ocupa lugar de destaque, posto que para ele convergem todos os demais. No mesmo sentido, Mota *et al.* (2008) entendem como governança ambiental internacional o conjunto de acordos, convênios e normas internacionais, os quais visam articular uma proposta de política ambiental global.

Tal posicionamento é defendido nas pesquisas de Andrade (2009), que define governança ambiental global como um conjunto coerente de organizações, instrumentos de política internacional – tratados, instituições, agências -, mecanismos de financiamento, regras, procedimentos, normas que regulam o processo de proteção mundial do meio ambiente e ainda no estudo de Andrade e Costa (2008), os quais buscaram compreender os desafios enfrentados pela governança ambiental global impostos pelas mudanças climáticas a partir da discussão sobre o Protocolo de Kyoto.

A questão da governança ambiental global tem sido umas das mais importantes questões políticas, pois diz respeito aos órgãos, organizações, normas, tratados e convênios que estabelecem a governabilidade das questões ambientais mundiais, exigindo novos mecanismos de governança capazes de alterar os incentivos em favor de escolhas ambientalmente corretas (MATOS e DIAS, 2013).

Nessa direção, Jacobi e Sinisgalli (2012) enfatizam que ao falarmos de governança ambiental, nos referimos a um conceito que transcende um simples conjunto de formatos de gestão, podendo ser desdobrada em sua dimensão instrumental; de compartilhamento baseada na participação ampliada em todos os processos, o que demanda o envolvimento ativo de todas as partes interessadas (*stakeholders*) em agendas pautadas pela busca de cooperação e consenso. O maior desafio é produzir avanços nos processos de fortalecimento de políticas públicas ambientais no sentido de reduzir os problemas provocados por ações predatórias ao ambiente. O que se tem visto atualmente é que esta não tem sido a dinâmica atual das decisões de caráter planetário, pautado mais pelos interesses de uma minoria.

Assim, diante dos processos de mudança do cenário mundial observados nas últimas décadas, o desafio da governança ambiental para uma sociedade sustentável, com o surgimento de novos atores, requer a transformação de velhas estruturas e uma adaptação à realidade que se delinea, na qual o Estado e os novos sujeitos atuam em cooperação e administração de interesses comuns: a governança (AZEVEDO, 2012).

Verifica-se que os conceitos trazidos para a compreensão de governança ambiental trazem definições que podem assumir diversas conotações, sendo ainda aplicadas a diferentes

objetos de estudo e com diferentes perspectivas. Nota-se, no entanto, a tendência para convergir quanto à multiplicidade de atores, tanto nas discussões acerca de gestão pública quanto nas questões acerca da gestão dos recursos naturais. Com efeito, os diversos significados relacionados ao termo estão de fato relacionados à pluralidade de comunidades de usuários, podendo-se atribuir, de modo geral, ao fato de governar de determinada forma (LÉTOURNEAU, 2014). Diante dos conceitos atribuídos ao tema, observa-se que a necessidade de se conceituar governança perpassa a noção de governo ou estrutura pública, recrudescendo a visibilidade dos atores envolvidos nos processos de gestão (ANDRADE, 2008).

As agendas políticas passaram a prometer mudanças no modelo de desenvolvimento econômico, enfatizando a necessidade de reformas para resolver problemas sociais e econômicos de maneira sustentável com base em parcerias entre atores públicos e privados (CASTRO *et al.*, 2011). Nesse contexto, os discursos sobre valores ambientais, identidades indígenas e reivindicações e mobilizações por justiça social estão cada vez mais em pauta.

Independentemente do entendimento que se possa ter sobre o significado do termo governança ambiental, considerando que não há pacificidade em relação ao seu conceito, é possível asseverar que há consenso entre os pesquisadores de que uma governança ótima requer consciência coletiva dos impactos ambientais da tomada de decisões em matéria econômica e social, demonstrando capacidade dos governos e nações em aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação de políticas, considerando que as ações ou inações agora terão efeitos sobre as gerações futuras.

Os conceitos de governança ambiental identificados na amostra analisada convergem ao considerar, em linhas gerais, uma forma organizada de gerir questões relacionadas à esfera ambiental, com a participação múltipla de diversos atores na tarefa de conciliar o desenvolvimento econômico e social à preservação da natureza. Essa forma institucionalizada de gestão é dada ao poder público, ao qual são delegadas atribuições para o desenvolvimento de políticas públicas e gestão de recursos.

Nessa acepção, o conceito de governança ambiental no Brasil pode assumir diversas conotações, a saber: capacidade de ação do estado; exercício do poder; atuação múltipla de atores, pertencentes à esfera governamental ou não; formas de gestão; arcabouço normativo e regulatório, incluindo tratados e acordos internacionais; políticas de gestão ambiental, entre outras que agreguem novos elementos à maneira de lidar com o agir humano sobre o meio ambiente.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O objetivo desta pesquisa consistiu em compreender o entendimento no Brasil para a expressão governança ambiental. Pretendeu-se durante a pesquisa: i) identificar as principais características quantitativas da produção científica brasileira sobre o tema governança ambiental; ii) identificar os principais focos e lócus de pesquisa sobre governança ambiental presentes na produção científica analisada; iii) identificar os principais conceitos, teorias embasadoras e abordagens sobre governança ambiental presentes na produção científica sobre o tema.

A fim de alcançar tal feito, foram aplicados métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo, visando conhecer as características presentes na produção científica sobre governança ambiental no Brasil nas bases de dados selecionadas, bem como identificar os conceitos predominantes para governança ambiental no Brasil, compreendendo as áreas de conhecimento que exploram o tema, as questões tratadas, o foco e o lócus de pesquisa, as abordagens, teorias de base e conceitos que emergem para o tema na produção científica brasileira.

As características quantitativas das pesquisas sobre governança ambiental mostraram que o tema passou a ser investigado no Brasil a partir de 2003, apresentando maiores resultados nos anos de 2007 e 2012, quando o interesse pela temática ambiental apresenta momentos de pico coincidentes com eventos que discutiram acordos mundiais sobre o comportamento humano com o meio ambiente, tais como Rio+15 e Rio+20, repercutindo também no ano subsequente.

No conjunto de trabalhos analisados predomina trabalhos do tipo artigo publicado em periódico. Foram identificados ao todo 94 autores e co-autores no conjunto da produção analisada.

Constatou-se, em relação a gênero da produção sobre governança ambiental no Brasil, que prevalece autoria masculina, evidenciando desigualdades de gênero na produção acadêmica sobre o tema, sendo a maioria dos estudos analisados de autoria única, observando ocorrência em menor escala para trabalhos de autoria coletiva, identificando essa modalidade em apenas 09 trabalhos.

Poucas universidades tem grande representatividade na quantidade de produções sobre governança ambiental, havendo vínculos mais frequentes nas Universidades de Brasília (UNB) e de São Paulo (USP), o que pode estar relacionado ao baixo número de programas de pós-graduação com linha de pesquisa sobre a temática, coadunado à baixa exploração do tema

no Brasil. Foi possível identificar o interesse de atores ligados à esfera pública, como IBGE, IBAMA e IPEA.

Muito embora tenha sido constatado crescimento mundial quanto à quantidade de publicações sobre governança ambiental, as bases de dados utilizadas não apresentaram nenhum trabalho concernente à governança ambiental publicado antes do ano de 2003.

A maioria das pesquisas empreendidas acerca de governança ambiental no Brasil está publicada em periódicos do tipo revista, predominando as matérias afetas à área do direito, evidenciando a importância do tema governança ambiental para a disciplina, abordando a temática ambiental sob um prisma de perspectivas jurídicas voltadas para a proteção do meio ambiente.

Em sua maioria, os veículos de publicação dos trabalhos que versam sobre governança ambiental no Brasil demonstram que o papel das instituições de pesquisa é ainda embrionário.

O predomínio quanto ao método qualitativo de pesquisa justifica-se pelo uso de fontes teóricas de informação como base dos estudos, onde os pesquisadores empreendem esforços em descrever o fenômeno “governança ambiental” a partir de acordos ambientais internacionais, convenções sobre mudanças climáticas, conferências e planos globais de ações ambientais. O método de pesquisa quantitativo é menos recorrente, indicando que poucos estudos empregam formas de quantificação tanto nas modalidades de coletas de dados quanto no tratamento das mesmas utilizando técnica estatística. Predomina pesquisas do tipo exploratórias, assumindo formas de revisão narrativa (pesquisa bibliográfica), com o propósito de obter maior familiaridade com o tema e torná-lo explícito, proporcionando uma visão geral do assunto, bem como maior precisão da pesquisa.

Nas pesquisas do tipo exploratórias, prevalece a discussão conceitual, a partir de revisão bibliográfica em um contexto histórico não apenas sobre governança ambiental, mas também da base conceitual subjacente aos problemas ambientais.

Os dez trabalhos mais referenciados no conjunto de produções analisado demonstraram ser um fator preponderante para continuidade das pesquisas, pois aponta os autores mais citados em determinado tema, contribuindo e proporcionando um direcionamento para pesquisadores, influenciando, de maneira direta o crescimento de futuros estudos sobre o tema governança ambiental.

Quanto às áreas de conhecimento que exploram o termo governança ambiental constatou-se o predomínio das disciplinas de ecologia, economia, estudos organizacionais, direito e tecnologia da informação, as quais abordam o tema governança ambiental dentro de determinado foco, que varia desde clima e aquicultura até redes sociais, políticas públicas e

indicadores para governança ambiental. As discussões são apropriadas de diferentes maneiras pelas mais diversas áreas do saber.

Os lócus de pesquisa, muito embora diversificados na sua descrição, apresentaram diversas convergências no tocante ao foco, tais como os desafios enfrentados pela governança ambiental; promoção sustentável dos recursos naturais; mudanças climáticas; fragilidades da governança ambiental e políticas de proteção ambiental e responsabilidade governamental, sendo possível observar que caracterizam um conjunto de produções que busca ainda compreender as características do processo de governança atrelado às problemáticas relacionadas ao meio ambiente.

As abordagens mais recorrentes entre os trabalhos analisados são governança global, em termos de abordagem geral, e abordagem institucional no que se refere a abordagem específica. O predomínio da abordagem geral do tipo governança global indica que a inclusão de novos atores no processo de discussão acerca de governança ambiental é de fato relevante e se mostra presente entre os pesquisadores na busca pela compreensão do conceito de governança ambiental. No tocante às abordagens específicas, a abordagem institucionalista demonstra a importância dos mecanismos de regulação de políticas públicas ambientais em variados lócus de estudo.

A teoria de base predominante no conjunto de trabalhos analisados foi a teoria da agência, demonstrando que grande parte das pesquisas remete-se ao contexto institucional; governamental ou à interação de atores com o estado ou o estado e a sociedade.

Os conceitos de governança ambiental identificados na amostra analisada convergem ao considerar uma forma organizada de gerir questões relacionadas à esfera ambiental, com a participação múltipla de diversos atores na tarefa de conciliar o desenvolvimento econômico e social à preservação da natureza. Há consenso entre os pesquisadores de que uma governança ótima requer consciência coletiva dos impactos ambientais da tomada de decisões em matéria econômica e social, demonstrando capacidade dos governos e nações em aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação de políticas.

A preocupação dos governos e sociedade civil com os problemas ambientais ou mesmo a extensa agenda de discussões em âmbito internacional não resultou ainda em um consenso em torno das soluções, tornando os conflitos mais agudos e as soluções mais problemáticas do que se poderia imaginar a quatro décadas atrás.

Apesar de mantidas as preocupações centrais nos assuntos analisados é notória a evolução ao considerar a participação de novos atores; novas concepções de desenvolvimento; novas tecnologias; novas estruturas de governança e de gestão ambiental, que demonstram a

evolução de conceitos e a participação crescente de diferentes áreas do conhecimento na elaboração de diversos estudos.

Em suma, os resultados apontam que a área é recente e que ainda não atingiu maturidade nas publicações, mas que está a caminho da consolidação, pois o número de artigos mostra tendência de crescimento e há algumas características que favorecem a qualidade da pesquisa em governança ambiental, a saber: a pluralidade de áreas de interesse, de lócus e focos de pesquisa.

O desenvolvimento desta pesquisa também indicou algumas oportunidades de estudos futuros, principalmente, no sentido de dar prosseguimento ao aqui iniciado, bem como possibilitar novos desdobramentos do trabalho atual.

- sugere-se que seja feito levantamento em relação ao entendimento do tema em âmbito internacional;
- considerando que prevalecem para produções acerca de governança ambiental, publicações monográficas, isto é, de autoria única, revelando uma possível fragilidade quanto a redes de colaborações entre pesquisadores, que pode ser objeto de estudo específico, sugere-se estudo acerca formação de redes por pesquisadores;
- tendo em vista a inconstância quanto ao número de publicações acerca de governança ambiental no Brasil, no tocante à evolução quantitativa no tempo, sugere-se um aprofundamento em relação à quantidade de publicações para governança ambiental em outras bases de dados.

REFERÊNCIAS

- ALMIND, T. C.; INGWERSEN, P. **Informetric analyses on the world wide web: methodological approaches to “webmetrics”**. Journal of Documentation, v. 53, n. 4, p. 404-426, 1997.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Ecologia política: natureza, sociedade e utopia. Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento do Clasco. Rio de Janeiro. 2002.
- ANDRADE, José Célio Silveira. O papel das empresas nas principais abordagens teóricas de Governança Ambiental Global. **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro. 2009.
- ANDRADE, José Célio Silveira. Participação do setor privado na governança ambiental global: evolução, contribuições e obstáculos. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol.31, nº 2, maio/agosto 2009, p.215-250.
- ANDRADE, José Célio Silveira; COSTA, Paulo. Mudança climática, Protocolo de Kyoto e mercado de créditos de carbono: desafios à governança ambiental global. **Revista Organização e Sociedade**, v.15, n.45. Abril-junho, 2008.
- AVANCI, Thiago Felipe S.; COLOMBRINO, Angelo Ferreira. Audiências públicas, princípios constitucionais brasileiros e a atuação da sociedade civil organizada na proteção ambiental. **Revista Científica Integrada**. Edição n.3. 2014.
- AZEVEDO, Fernanda R.A Governança Ambiental Internacional, Desastres Ambientais E Organizações-Não Governamentais: Em Especial A Cruz Vermelha. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, Vol. 10, p. 143-186. 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BENEFIELD, L. E. Implementing evidence-based practice in home care. **Home Healthcare Nurse**, Baltimore, v. 21, n. 12, p. 804-811, Dec. 2003.
- BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C; JANETE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 1-9, 2004.
- BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P.; WOOD Jr, Thomaz. Introdução: produção científica em administração no Brasil. _____. (Coord.). **Produção científica em administração no Brasil: o estado-da-arte**. São Paulo: Atlas, 2005. cap.1, p.1-17.
- BERTERO, Carlos Osmar; BINDER, Marcelo Pereira; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. Estratégia empresarial: a produção científica brasileira entre 1991 e 2002. In: BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P.; WOOD Jr, Thomaz (Coord.). **Produção científica em administração no Brasil: o estado-da-arte**. São Paulo: Atlas, 2005. cap.2, p.18-33.
- BERTIN, Marcos E. J.; WATSON, Gregory H. **Governança corporativa: excelência e qualidade no topo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Soc**, v. 5, n. 11, p. 121-36, 2011.

BRAGA, Aurineide Alves. A produção científica do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia. Dissertação de mestrado. Porto Velho. 2012.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; CASTRO, A. A. **Revisão sistemática e meta-análise**, 2006.

BUCHINGER, Diego; CAVALCANTI, Gustavo Andriolli de Siqueira; HOUNSELL, Marcelo da Silva. Mecanismos de busca acadêmica: uma análise quantitativa. **Revista Brasileira de Computação Aplicada** (ISSN 2176-6649), Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 108-120, abr. 2014. <http://perguntaserespostas.com.br/seer/index.php/rbca/article/view/3452/2548>

CÂMARA, J.B.D. Governança Ambiental no Brasil: Ecos do Passado. **Revista de Sociologia e Política**. V.21, nº 46.125-146. Jun.2013.

CANELAS, André. **A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e suas interações com as políticas econômicas, energética e ambiental**. 3º Congresso de P&D em Petróleo e Gás. Salvador. Outubro de 2005.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 12/02/2015.

CARDOSO, Fátima Cristina. **Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a moratória da soja na Amazônia**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática em pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CASTRO, Fabio de; HOGENBOOM, Barbara; BAUD, Michiel. Governança Ambiental na América Latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. V.XIV, n.2. p.1-13. 2011.

CAVALCANTI, Clóvis. Economia e ecologia: problemas da governança ambiental no Brasil. **Revista iberoamericana de economia ecológica**. Vol1. 1-10. 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, C.H.B.; PACHECO, C.A. **Conhecimento e inovação**: Desafios do Brasil no século XXI. Campinas: set. 2004. Disponível em: <<http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/intepacheco-brito.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

CUNHA, Icaro; JUNQUEIRA, Luciano Prates. **Gestão da Sustentabilidade**: Risco ambiental e conflito, governança e cooperação. EnANPAD, 2004.

D'AGOSTINO, R.B.; WEINTRAUB, M. Meta-analysis: A method for synthesizing research. **Clinical Pharmacology and Therapeutics**, v.58, p.605-616, 1995.

DAMKE, Elói Júnior; WALTER, A.S.; SILVA, E.D. da. A administração é uma ciência? Reflexões epistemológicas acerca de sua cientificidade. **Rev. de Ciências da Administração**. Paraná, v.12, n.28, p.127-146, set./out., 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: Responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2008. 196 p.

_____.; MATOS, Fernanda. **Governança Pública**: novo arranjo de Governo. Alinea. 2013.

DINIZ, E. 1996. Governabilidade, *governance* e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 120, n. 2. mai/ago.

DINIZ, M. 2005. Sesmarias e posses de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**. Edição nº 2 de junho.

DINIZ, M. 2005. Sesmarias e posses de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**. Edição nº 2 de junho.

FAPESP – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Produção científica. In: **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2001**. São Paulo, 2002, cap. 6.

_____. Análise da produção científica a partir de indicadores bibliométricos. In: **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2004**. São Paulo, 2005. v. 1. cap. 5.

_____. Análise da produção científica a partir de publicação em periódicos especializados. In: **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2010**. São Paulo, 2010. v. 1. cap. 4.

FERNANDES, R.Fabiano; HOFFMANN, Micheline G.; FEUERSCHUTTE, Simone G., Fatores organizacionais que afetam a inovação: análise de um portfólio de artigos. **XVI SEMEAD – Seminários de Administração**. 2013.

FERENHOF, H. A; FERNANDES, R.F. **Passos para construção da Revisão Sistemática e Bibliometria**. Disponível em: <http://www.igci.com.br/artigos/passos_rsb.pdf>. Acesso em:

26/08/2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre : Artmed, 2009.

FOLKE, C.; HAHN, T.; OLSSON, P.; NORBERG, J. 2005. Adaptive governance of social-ecological systems. **Annual Review of Environment and Resources**, 30: 441–473.

FONSECA, Igor F.da; BURSZTYN, Marcel. A banalização da Sustentabilidade: reflexões sobre Governança Ambiental em escala local. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.24 n.1, p 17-46. 2009.

GABALDÓN, Arnoldo José. **La gobernanza ambiental en Venezuela**. RIBES, MaríaRamírez (Comp.). *Gobernanza: laberinto de la democracia*. Caracas: Club de Roma, 2005.pp.317 - 337.

GAIO, R; CARVALHO, R.B; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. **Research in Nursing & Health**, Hoboken, v. 10, n. 1, p. 1-11, Mar. 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLASS, G. Primary, secondary, and meta-analysis of research. **Educational Researcher**, [S.I.], v. 5, n. 10, p. 3-8, nov. 1976.

GONÇALVES, Arlindo. **O conceito de governança**. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/conceito_de_governanca.pdf > Acesso em 10/10/2015.

GRINDLE, M. 2004. **Good enough governance**: poverty reduction and reform in developing countries. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 17: 525-548.

HAINES, Andy; ALLEYNE, George; KICKBUSCH, Ilona; DORA, Carlos. From the Earth Summit to Rio+20: integration of health and sustainable development. *The Lancet*, USA, v. 379, Jun., 2012.

HOEFFEL, J. L., e REIS, J. O Conceito de Sustentabilidade na Teoria Social Latino-Americana. In: FERREIRA, Leila C. (org.). **Teoria Social, Interdisciplinaridade e Questão Ambiental na América Latina** (no prelo). Campinas: Editora Unicamp, 2010.

HOPPEN, N; MEIRELLES, F. S. Sistemas de informação: a pesquisa científica brasileira entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 24-35, 2005.

JABBOUR, C. J. C., SANTOS, F. C. A., & Barbieri, J. C. (2008). Gestão ambiental empresarial: um levantamento da produção científica brasileira divulgada em periódicos da área de administração entre 1996 e 2005. **Revista de Administração Contemporânea**, 12(3), 689-715.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antônio. Governança ambiental e economia verde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. 17, 1469-1478, 2012

JÚNIOR, Fernando Gomes de Paiva, LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza, MELLO, Sérgio Carvalho Benício. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v.13, n.31, p.190-209, set-dez/2011.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; MIOR, João Souto; PINHEIRO, Fabiana Pereira. Sustentabilidade: a produção científica brasileira ente os anos de 2000 e 2009. *Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental* 5.3.2011.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1979.

KOOIMAN, J.; BAVINCK, M.; JENTOFT, S.; PULLIN, R. (Eds.). **Fish for Life**: Interactive Governance for Fisheries. Amsterdam University Press, Amsterdam. 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LEIS, Héctor R. Um modelo político comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil, cap. 14 de Clóvis Cavalcanti (org.), **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. 2000.

LÉTOURNEAU, Alain. **The problem of expertise and the question of environmental governance**. Sci. stud. vol.12 no.3 São Paulo July/Sept. 2014.

LOPES, I. V. (Coord.). **O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL**: Guia de Orientação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

LORENZETTI, Julia Vaz; CARRION, Rosinha Machado. Governança ambiental: atores e cenários. **Cadernos EBAPE.BR, FGV**, v.10, nº 3, opinião 2, Rio de Janeiro, set.2012.

LOVATTO, P.A.; LEHNEN, C.R.; ANDRETTA, I.; CARVALHO, A.D.; HAUSCHILD, L. Meta análise em pesquisas científicas – enfoque em metodologias. **Revista Brasileira de Zootecnia**. V.36, Viçosa, 2007.

LUIZ, A. Meta-análise: definição, aplicações e sinergia com dados especiais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 407-428, 2002.

LUNA, Roger Augusto; ALMEIDA, Luis Felipe de; MOURA, Alexandre Ramos. Um estudo bibliométrico sobre as publicações em periódicos acadêmicos na temática gestão ambiental. **Revista Científica Hermes-FIPEN** 12. 2014.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A., PhD. **O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional**. Ci. Inf., Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998

MAIA, Maria de Fátima S.; CAREGNATO, Sônia Elisa. **Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.13, n.2, p.18-31, maio/ago.2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.15, n.2, 2007: 233-267.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, André Barbosa. **A produção científica brasileira no feminino**. Cadernos Pagu, p.301-331, julho-dezembro de 2006.

MELO, Pedro Lucas de Resende; ANDREASSI, Tales. Publicação Científica Nacional e Internacional sobre Franchising: Levantamento e Análise do Período 1998 – 2007. RAC, Curitiba, v.14, n.2, art.5, pp 268-288. Mar-Abr. 2010.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

MENEZES, Felipe Rodrigues; ALBINO, A.A.; ALMEIDA, M.I.S.; SILVA, F.C. Responsabilidade Social Corporativa: uma meta-análise de periódicos nacionais e eventos da Anpad. VIII SEGeT – **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia** – 2011. Acesso em 20/09/2015.

MERTENS, Frederic; FATORELLI, Leandra. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. Revista Ambiente e Sociedade. V.XIII, n.2, p.401-415. Campinas. Jul-dez 2011.

MERTENS, Frederic; TÁVORA, Renata; FONSECA, Igor Ferraz; GRANDO, Raquel; CASTRO, Mauro; DEMEDA, Kátia. Redes Sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Revista Acta Amazônica**, v.41, 481-192, 2011.

MEYER, Leandro Frederico Ferraz; BRAGA, Marcelo José. **Governança Ambiental além do homus economicus**. ResearchGate. 2015.

MIKHAILOVA, M. P. Interface-induced optical and transport phenomena in type II broken-gap single heterojunctions. **Semiconductor science and technology**, v. 19, n. 10, p. R109, 2004.

MINAYO, Maria C. de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª Ed. São Paulo, 2008.

MORIN, Edgar. O conhecimento do conhecimento científico. In: **Ciência com consciência**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.37-93.

MOTA, José Aroudo; GAZONI, Jefferson Lorencini; REGANHAN, José Maria, SILVEIRA, Marcelo Teixeira; GÓES, Geraldo Sandoval. Trajetória da governança ambiental. **Boletim Regional e Urbano IPEA**, n.1, dez-2008.

MOURA, Ronaldo Pontes. **Governança ambiental**: estudo sobre o posicionamento dos atores envolvidos no processo de licenciamento de instalação da usina hidrelétrica de Jirau. Porto Velho. RO. 2009.

MUGNAINI, Rogério; STREHL, Letícia. Recuperação e Impacto da produção científica na era Google: uma análise comparativa entre o Google Acadêmico e a Web of Science. Enc. Bibli: **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13nesp1p92/1570>

MUGNAINI, Rogério; JANNUZZI, Paulo; QUONIAM, Luc. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ci.Inf.** Brasília. V.33, n.2, p.123-131, maio/ago, 2004.

MUNCK, L.; GALELLI, B.; BORIM-de-SOUZA, R. Competences for Organizational Sustainability: A Proposal for an Analytical Tool for Assessing Eco-Efficiency. **Business Management Dynamics**, v. 1, p. 30-43, 2012.

NASCIMENTO, S. do; BEUREN, I. M. (2011). Redes sociais na produção científica dos programas de pós-graduação de ciências contábeis do Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, 15(1), 47-66

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Sonia Maria; BARCELOS, Frederico Cavadas; GREEN, Aristides Pereira Lima. **Aspectos da Governança Ambiental no complexo regional centro-sul, segundo grau de urbanização**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Minas Gerais, 2008.

PACHECO, Ana Lucia Camphora. **Ambiente institucional da compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei Federal 9.985/2000**: da necessidade da governança regulatória. Tese de doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

PACHECO, Regina Sílvia. Administração pública: a produção científica veiculada nas revistas especializadas– 1995-2002. In: BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P.; WOOD Jr, Thomaz (Coord.). **Produção científica em administração no Brasil**: o estado-da-arte. São Paulo: Atlas, 2005. cap.6, p.86-99.

POLIT, D. F; BECK, C. T. Using research in evidence-based nursing practice. In: POLIT, D. F.; BECK, C. T. (Ed.). **Essentials of nursing research. Methods, appraisal and utilization**. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2006.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

POZZEBON, M. et al. Pela aplicabilidade - com um maior rigor científico - dos estudos de caso em sistemas de informação. In: XXI Encontro Anual da ANPAD (1997: Angra dos Reis). **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPAD, 1997.

PRIOR, L. (2004). Doing Things with Documents. In D. Silverman (Org.). **Qualitative Research**. Theory, Method and Practice (2ª ed.). London: Sage.

REINA, Donizete. **Mapeamento da produção científica em capital intelectual**: um estudo epistemológico no contexto nacional e internacional a partir das perspectivas propostas por Marr (2005), no período de 1994-2008. 2009. 337 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

RIBEIRO, Henrique César Melo; CIRANI, Cláudia Brito Silva; FREITAS, Elizabeth Jorge da Silva Monteiro. Análise da Produção Científica da Revista de Administração e Inovação 2013. **Revista de Administração e Inovação**, vol.10, n.4, out-dez. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, C. **A abordagem processual no estudo da tradução**: uma meta-análise qualitativa. Cadernos de Tradução, Florianópolis, v. 2, n. 10, 2009.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro, REYDAN, Bastian Philip e LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo (Orgs). **Economia do Meio Ambiente**: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais. Campinas, São Paulo, Unicamp.IE, 1996.

ROSA, A.F., MENDES, A.C.A., TEIXEIRA, G.M.A., MARTINS, S. 2010. Earnings management no Brasil: uma análise sob a perspectiva sociométrica e bibliométrica. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, 21 (4), 189-218.

ROSENAU, J.N.; CZEMPIEL, E.-O. **Governance without Government**: Order and Change in World Politics. 1992.

ROSENTHAL, R.; DIMATTEO, M. Meta-analysis: recent developments in quantitative methods for literature reviews. **Annual Review of Psychology**, [S.I.], v. 52, p. 59-82, fev. 2001.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAMPAIO, RF; MANCINI, MC. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. Epistemologia da **Pesquisa em Educação**. Campinas: UNICAMP, 1987. (Tese de Doutorado).

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D., GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acessado em: 03/09/2015.

SECAF, Victória. **Artigo científico: do desafio à conquista: enfoque em teses e outros trabalhos acadêmicos**. 5.ed. rev. atual. São Paulo: Ed. Atheneu, 2010.

SEQUINEL, Maria Carmen M. Cúpula Mundial sobre desenvolvimento sustentável – Joanesburgo: entre o sonho e o possível. **Revista Análise Conjuntural**, v.24, n.11-12, p.12, nov/dez, 2002.

SHLEIFER, Andrei, VISHNY, Robert W. A Survey of Corporate Governance. **Journal of Finance**. v.52, n.2, p.737-783. June, 1997.

SIENA, Osmar. **Método para avaliar progresso em direção ao desenvolvimento sustentável**. Tese. Florianópolis: [s.n], 2002.

_____. Metodologia da pesquisa científica: elementos para a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.], 2007.

_____. **Normas para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: projeto, monografia, dissertação e artigo**. Porto Velho: [s.n.], 2011. Disponível em http://www.mestradoadm.unir.br/menus_arquivos/309_normas_apres_projeto_monografias_d_issertacoes_2011.pdf.

_____; COSTA, Gleimíria; OLEIDES, Oliveira. **Desenvolvimento Sustentável: discussão conceitual**. Porto Velho, 2009.

SIFFERT FILHO, Nelson. **Governança corporativa: padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90**. Revista BNDES, 1998. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev906.pdf>>.

SILVA, Rádeo Sousa. **Produção científica brasileira sobre competências organizacionais/ Dissertação de Mestrado em Administração – Universidade Federal de Rondônia**. Porto Velho, 2014.

SILVA, Victor Corrêa; TROTTMANN, Paula; COELHO, Fernando de Souza; SARTI, Flávia Mori. A Produção Científica em Administração Pública no Brasil: descrição e análise de alguns resultados de uma investigação para o período 2000-2010. **XXXVII Encontro da Anpad**. Rio de Janeiro 2013.

SILVEIRA JÚNIOR, Antônio Carlos da. **Avaliação da produção científica em Universidade: a convergência entre critérios de avaliação universitários e os da CAPES**. 2006. 266 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas.

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.27, n.2, p.141-148, 1998. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article> Acesso em: 07 set. 2015.

SOUZA, M.Tereza; RIBEIRO, Henrique C.M. **Sustentabilidade Ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de Administração**. RAC, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 368-396. 2013.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, jan./mar. 2010.

TEIXEIRA, L.M.dos Santos; RIBEIRO, M de Souza. **Estudo bibliométrico sobre as características da contabilidade ambiental em periódicos nacionais e internacionais**. Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA, São Paulo, v.8, n.1, p.20-23, jan/abr., 2014.

TONI, Fabiano. **Governança ambiental e desenvolvimento territorial rural na fronteira agrícola**: o Papel das Redes de Movimentos Sociais na Região da Transamazônica. 2005. Disponível em: <<http://www.rimisp.org>>.

URSI, E. S. **Prevenção de lesões de pele no perioperatório**: revisão integrativa da literatura. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

VAN RAAN, A. F. J. **Scientometrics**: state-of-art. *Scientometrics*, v. 38, n. 1, p. 205-218, 1997.

VANTI, Nadia Aurora Peres. **Da bibliometria à webometria**: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do Século XXI. 3 Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5 ed. São Paulo: Editora Altas, 2005.

VIANA, Maurício Borato. **Licenciamento ambiental, conflitos entre a legislação federal e a legislação estadual - análise sucinta**. Seminário sobre a legislação concorrente em Meio Ambiente. Brasília - DF: Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em 20/08/2015.

VIEGAS, Claudia. **Mudança climática fora do cotidiano**: análise da cobertura de dois jornais num panorama de fragilidade de governança ambiental. IV Encontro dos Núcleos de pesquisa, Rio Grande do Sul, 2004.

VIEIRA, Francisco Giovanni David. Marketing: a produção científica. In BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P.; WOOD Jr, Thomaz (Coord.). **Produção científica em administração no Brasil**: o estado da arte. São Paulo: Atlas, 2005. Cap.7, p.100-104.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Ciência**: da filosofia à publicação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, Dec. 2005.

WOLFRAM, D. Applying informetric characteristics of database to ir system file design. Part II: simulation comparisons. **Information Processing & Management**, v. 28, n. 1, p. 135-151, 1992b.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. (eds.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte, Brasil: UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a Governança Ambiental. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2008, vol. 23, no. 68, pp. 97-107. ISSN 0102-6909.

ZIMMER, L. **Qualitative meta-synthesis**: a question of dialoguing with texts. *Journal of Advanced Nursing*, v. 53, n. 3, p. 311-318, 2006.

APÊNDICE A - QUADRO GERAL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE GOVERNANÇA AMBIENTAL

Nº	Título do Trabalho	Tipo de Trabalho	Autoria e Co-autoria	Ano publicação	Veículo de Publicação	Citações
01	A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local	Artigo	Igor Ferraz da Fonseca Marcel Bursztyn	2009	Revista Sociedade e Estado	29
02	Economia e ecologia: problemas da governança ambiental no Brasil	Artigo	Clóvis Cavalcanti	2004	Revista Iberoamericana de Economia e Ecologia	27
03	Mudança climática, Protocolo de Kyoto e mercado de créditos de carbono: desafios à governança ambiental global	Artigo	José Célio S.Andrade, Paulo Costa	2008	Revista Organizações e Sociedade	12
04	Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia	Artigo	Frederci Mertens, Renata Távora, Igor Ferraz da Fonseca, Raquel L Grando, Mauro Castro, Katia Demeda	2011	Revista Acta Amazônica	10
05	Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil	Artigo	Leandra Fatorelli, Frédéric Mertens	2011	Revista Ambiente & Sociedade	9
06	Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo	Artigo	Rodrigo Constante Martins	2007	Estudos, Sociedade e Agricultura	9
07	Trajetória da governança ambiental	Artigo	José Aroudo Mota, Jefferson Lorencini Gazoni, José Maria Reganhan, Marcelo Teixeira da Silveira, Geraldo Sandoval Góes	2008	Boletim Regional IPEA	9
08	Governança ambiental e economia verde <i>Environmental governance and the Green economy</i>	Artigo	Pedro Roberto Jacobi, Paulo Antonio de Almeida Sinisgalli	2012	Revista Ciência & Saúde Coletiva	8
09	Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a Moratória da Soja na Amazônia	Dissertação de Mestrado	Fatima Cristina Cardoso	2008	Procam/USP	7

10	Participação do Setor Privado na Governança Ambiental Global: Evolução, Contribuições e Obstáculos*	Artigo	José Celio Silveira Andrade	2009	Revista Contexto Internacional	5
11	Governança ambiental global: atores e cenários	Artigo	Julia Vaz Lorenzetti; Rosinha M Carrion	2012	Cadernos EBAPE.BR FGV	4
12	Gestão da Sustentabilidade: Risco ambiental e Conflito, Governança e Cooperação	Artigo	Icaro Cunha, Luciano Prates Junqueira	2004	EnANPAD	3
13	Aspectos da Governança Ambiental no complexo regional centro-sul, segundo grau de urbanização	Artigo	Sonia Maria Oliveira; Frederico Cavadas Barcellos; Aristides Pereira Lima Green	2007	XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais	3
14	Mudança climática fora do cotidiano: análise da cobertura de dois jornais num panorama de fragilidade da governança ambiental	Artigo	Claudia Viegas	2004	IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa Intercom	3
15	Ambiente institucional da compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei Federal 9.985/2000: Da necessidade de governança regulatória	Tese Doutorado	Ana Lucia Camphora Pacheco	2008	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	3
16	Redes virtuais de governança ambiental: análise de uma websphere ambiental a partir da cidade de Curitiba	Artigo	A Rosa, K Frey, M Procopiuck	2007	Revista Tecnologia e Sociedade	2
17	Conflito entre desenvolvimento e conservação: o caso da governança ambiental no Brasil	Artigo	Clóvis Cavalcanti	2007	Caderno de Estudos Sociais	2
18	Análise dos aspectos institucionais da regulação de OGMs no Brasil: boas práticas de governança ambiental?	Artigo	Denise Gallo Pizella, Marcelo Pereira de Souza	2012	Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente	2
19	Bases fundiárias da governança ambiental: um estudo de caso sobre barragens	Artigo	Rodrigo C Martins	2010	Universidade Federal do Pará Novos Cadernos NAEA	2
20	Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento rural no Brasil	Artigo	Fabiano Toni	2004	ResearchGate.net	2
21	Governabilidade, governança ambiental e estado do meio ambiente no Distrito Federal	Tese Doutorado	João Batista Drummond Câmara	2011	UNB	2

22	Governança ambiental na América Latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada	Artigo	F Castro, B Hogenboom, M Baud	2011	Revista Ambiente & Sociedade	2
23	Governança mundial do clima e política ambiental do Brasil	Artigo	Raquel de Caria Patrício	2011	Revista Relações Internacionais	2
24	Os reflexos da globalização e o processo de construção da governança ambiental: a busca da operacionalização do princípio da participação no direito ambiental brasileiro	Artigo	Robison Nicacio de Miranda	2008	XVII Congresso Nacional do CONPEDI	1
25	Contribuição da governança ambiental no desenvolvimento local: exemplo de uma cooperativa de manejo florestal comunitário.	Artigo	Ana Luiza Violato Espada	2013	IV CODS Desenvolvimento e Sustentabilidade	1
26	Governança ambiental e respostas sindicais na América do Sul	Artigo	Lilian Arruda, Francine Modesto	2008	Unicamp/SP	1
27	A Rio+ 20 eo quadro institucional pelo desenvolvimento sustentável: o papel dos governos subnacionais na governança ambiental global	Artigo	Joana Setzer, Fernando Rei, Kamila B Cunha	2012	Revista de Direito Internacional	1
28	Práticas de governança ambiental corporativa: uma análise das relações estruturais	Artigo	Amauri José Rezende, Flávia Zóboli Dalmácio	2012	FEA-USP	1
29	Governança ambiental no Brasil: ecos do passado	Artigo	João Batista D. Câmara	2013	Revista de Sociologia e Política	1
30	A UNESCO e a governança ambiental na bacia amazônica	Dissertação de Mestrado	Fernando Matsunaga	2011	Universidade Estadual Paulista	1
31	Governança Ambiental Local: Os Desafios na Articulação e Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de Saneamento Básico nos Municípios da Baía do Rio Itajaí/ SC	Artigo	Cleci Tersinha Noara, Sandra Irene M Schult	2008	Encontro Nacional ANNPAS	1
32	Rede de Governança Ambiental e Sustentabilidade Local. A expansão do espaço de atuação de governança local por meio da Internet	Artigo	Altais Rosa, Klaus Frey	2007	XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional	0
33	Governança ambiental e cooperação intergovernamental no Brasil: lições de Visconde de Mauá	Artigo	Estela Maria Souza Costa Neves, Sergio Wright Maia	2012	Revista Iberoamericana de Economia Ecológica	0

34	Redes sócio-técnicas de governança ambiental em Porto Alegre	Artigo	Juliane Goll Zeve, Klaus Frey	2008	Ciências Sociais Unisinos	0
35	Instituições, normas e Governança Ambiental na agenda de pesquisa das RI.	Artigo	Fernando Matsunaga	2009	II Simposio de Pós-Graduação em Relações Internacionais	0
36	Indicadores para a Governança Ambiental	Artigo	José Eli da Veiga	2007	VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica	0
37	Moratória da soja na amazônia brasileira e governança ambiental: regulação através do Mercado ou regulação estatal?	Artigo	John Christopher Brown, Matthew Koeppe	2014	Revista Pós Ciência e Sociedade	0
38	Aquicultura Brasileira: Governança Ambiental e Legislação	Artigo	Glaucio Gonçalves Tiago	2008	X Reunião Científica do Instituto de Pesca	0
39	Caminhos para uma melhor governança na política ambiental brasileira	Artigo	Adriana Maria Magalhães Moura	2014	Brasil em movimento 2014 volume 2 - IPEA	0
40	Perspectivas jurídicas sobre governança ambiental internacional	Artigo	Sergio Rodrigues Martinez; Danielle de Ouro Mamed	2013	Revista Unicuriúba	0
41	Governança ambiental e as certificações	Tese de doutorado	Regiane Borsato	2012	Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR	0
42	O papel da sociedade na efetividade da Governança Ambiental	Artigo	Joseph S Weiss	2015	ResearchGate.net	0
43	Instituições e Governança Ambiental: o caso da Coordenação Geral de Petróleo e Gás da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA	Dissertação mestrado	Tomás de Oliveira Bredariol	2015	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas UFRJ	0
44	Governança ambiental e unidades de conservação do meio ambiente: uma abordagem institucionalista	Dissertação mestrado	Fernando Correia Riseiro Bonfim, PF Azevedo	2008	Fundação Getúlio Vargas Escola de Economia	0
45	Estado e sociedade nos espaços de governança ambiental transnacional	Artigo	Maicon Cristiano Glasenapp, Paulo Márcio Cruz	2013	Revista do curso de Direito da FGS	0
46	Governança Ambiental Global e a Norma ISO 14001-2004, Contrastes e Interesses	Artigo	Sérgio Madureira Vaz	2008	unisantos.br	0

47	Entre a gestão do risco e o Desenvolvimento Tecnológico uma Governança Ambiental legítima	Artigo	Tibério Bassi de Melo	2010	nanotecnologiapangea ambiental	0
48	Análise interdisciplinar da Governança Ambiental da aquicultura na região metropolitana de São Paulo	Artigo	Glaucio Gonçalves Tiago; Márcia Navarro Cipolli	2010	Boletim do Instituto Pesca	0
49	A Influência do “Mundo dos Negócios” na Governança Ambiental Global	Artigo	Adriana Vinholi Rampazo, Elisa Yoshie Ichikawa, Alexandre de Padua Carrieri	2014	Revista de Ciência da Administração	0
50	Estado, sociedade e políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira: dimensões sobre a gestão e governança ambiental dos recursos naturais em áreas no Estado do Amazonas/ Brasil	Tese Doutorado	Paulo Henrique C Rapozo	2014	Universidade do minho instituto de ciências sociais	0
51	Governança Ambiental além do <i>HomusEconomicus</i>	Artigo	Leandro Frederico Meyer; Marcelo José Braga	2015	VII Encontro Nacional da ECOECOGate.net	0
52	Comércio Internacional e Meio Ambiente: A Organização Mundial do Comércio como locus de Governança Ambiental	Artigo	Carla Piffer	2011	Revista Veredas do direito	0
53	Recursos de uso comum, arranjos institucionais locais e governança ambiental global	Dissertação mestrado	Murilo Alvez Zacareli	2014	Universidade de São Paulo	0
54	Gestão e Governança Ambiental da Praia Brava– Estudo de Caso Setor Norte–Itajaí, Santa Catarina	Artigo	Vinicius Tischer, Pedro Paulo Antunes, Eduardo J Cubas	2013	Chão urbano(online)	0
55	Governança Ambiental Corporativa no contexto da resiliência: A Certificação Ambiental sob o enfoque do Desenvolvimento Sustentável	Tese pós graduação em direito	Inara de Pinheiro Nascimento Vidigal	2013	Escola Superior Dom Helder Câmara	0
56	Direito e governança ambiental global	Dissertação mestrado	Alessandra Lehmen	2013	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	0
57	Governança Ambiental no centro do debate: apontamentos sobre as Políticas de Saneamento Básico no Brasil	Artigo	Pedro Albuquerque, Marcela Fernanda P de Souza, Apolliane Rosselline F. de Souza	2014	FOCO: Revisa Administração e Recursos Humanos da Faculdade Novo Milênio	0
58	O problema da expertise e as questões da governança ambiental	Artigo	Alain Létourneau	2014	Revista CientiaStudia	0

59	A Governança Ambiental Internacional, desastres ambientais e Organizações não-governamentais: em especial a Cruz Vermelha	Artigo	Fernanda Ribeiro de Azevedo	2012	Revista eletrônica de Direito Internacional	0
60	Crise de energia e governança ambiental: articulações de redes e territórios nas dimensões global e local	Tese de doutorado	Georgeana Barbosa de França	2012	Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR	0
61	Três ensaios sobre a influência das instituições na governança ambiental: revisitando aspectos relativos a comportamento dos agentes, crescimento econômico e políticas públicas	Tese de doutorado	Fábio Henrique Granja e Barros	2007	Universidade de Brasília, departamento de Economia	0
62	A governança transnacional ambiental na Rio+ 20	Artigo	Zenildo Bodnar, Paulo Márcio Cruz	2012	Revista do curso de Direito da FGS	0
63	Governança e dimensão ambiental na política portuária internacional e brasileira: interesses e conflitos ao Porto do Rio Grande – RS	Dissertação de Mestrado	Nicole da Silva Paulitsch	2013	Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul	0